**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

ERYGEANNY MACHADO DE LIRA

**A Celebração da Unidade:
Um estudo sobre as concepções de soberania na Assembleia
Constituinte de 1823**

São Paulo
2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

A Celebração da Unidade:
Um estudo sobre as concepções de soberania na Assembleia
Constituinte de 1823

Erygeanny Machado de Lira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título
de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Cícero Araújo

São Paulo
2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Erygeanny Machado de Lira

A Celebração da Unidade:

**Um estudo sobre as concepções de soberania na Assembleia
Constituinte de 1823**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título
de Mestre em Ciência Política.

Área de concentração: Teoria Política.

Aprovado em: ____/____/____.

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Agradecimentos

Como lembrou Elias Canetti na sua trilogia autobiográfica, um aluno só admira aqueles professores que não se renderam a fins práticos, que querem propagar o saber pelo próprio saber, a estes professores concede homenagem, a estes é incessantemente grato pela inexaurível transmissão de seu saber. Nesse sentido, sou imensamente grata à deusa *fortuna* que me presenteou, no decorrer da minha curta vida acadêmica, com dois professores-orientadores extremamente generosos e preocupados com o *saber* (no sentido Canettiano do termo): Ana Montoia, ainda na graduação da UFPB, me ensinou a disciplina da pesquisa e o estudo paciente. Cícero Araújo, figura ímpar de integridade do departamento, não apenas me deu a oportunidade de desenvolver esta pesquisa, como depositou sua confiança em meu trabalho. Assim, agradeço ao professor Cícero pelo exemplo de intelectual discreto e rigoroso, pelo envolvimento, pelas aulas, pelo aprendizado no ensino e, enfim, pelas indicações cuidadosas e leituras criteriosas deste trabalho.

Sou muitíssimo grata ao professor Bernardo Ricupero, por abrir as portas do departamento de ciência política da USP, por me guiar pelos caminhos do pensamento político brasileiro e, sobretudo, pela sensibilidade de perceber a hora certa de mudar.

Agradeço aos professores João Paulo Pimenta e Christian Lynch pelas indicações precisas durante o exame de qualificação, bem como pela disponibilidade, paciência e rigor com a leitura do meu trabalho.

À Ellen Elsie Nascimento, gratidão pelo acolhimento na chegada em São Paulo e pela fundamental amizade e apoio em todas as horas.

Agradeço aos amigos que fiz na USP, particularmente, Aiko Ikemura Amaral, Camila Góes, Flávia Ré, Leonardo Belinelli, por tornarem os dias em São Paulo mais leves e coloridos.

Ao grupo de orientandos do professor Cícero, especialmente, Eduardo Seino e Ronaldo Tadeu, pelas leituras do meu texto de qualificação e conversas generosas nos corredores da universidade.

Agradeço a Rai e, especialmente, ao tão sempre prestativo Vasne, pela afetuosa convivência.

Agradeço aos meus pais, Geane Machado e Eriberto Lira, e ao meu irmão, Eriberto Filho, pelo incalculável apoio e amor.

A Marcelo Oliveira, que de maneira não menos real por ser impalpável, contribuiu para a produção desta dissertação.

À Capes cujo apoio financeiro possibilitou a realização desta pesquisa.

“As dúvidas e contestações que todos os dias suscitam entre nós, ainda sobre fatos contemporâneos, tornam evidente a grande necessidade, que temos de uma coleção autêntica dos documentos de nossa história [...]. Quantos fatos há por aí em nossa história, desconhecidos, desfigurados, diversamente interpretados, só porque um documento jaz nas trevas [...]? A verdade perante o tumulto é um dever sagrado. Desde que uma época é julgada em face dos monumentos escritos que ela lega ao futuro, desaparecem as conjecturas, as incertezas, as interpretações sinistras [...]. Um documento muitas vezes caracteriza uma época, explica uma situação, resolve um problema. É aí, nessa verdadeira exumação do passado, que se encontra aquilo que Chateaubriand chamou a physionomia dos séculos”.

(Francisco Ignácio Homem de Mello [1863]. *A Constituinte perante a História*. Brasília: Senado Federal, 1996, pp. 35-36)

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de investigar as formulações políticas, em especial as noções de soberania, no *Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império*, lido no contexto do seu tempo. Imersos no agitado período de transição entre o absolutismo do período colonial e o constitucionalismo que emergia no reino independente, os constituintes de 1823, atentos ao ideário da Revolução Francesa e da Independência das colônias da América do Norte, viram-se envolvidos em questões que marcariam a fundação de uma nova ordem política: a primeira girou em torno de decidir quem era o titular da soberania; a segunda, de como se representava essa soberania; e a terceira, de como se limitava seu exercício. Cabe-nos, então, compreender quais os debates que fizeram aparecer o tema e os problemas do conceito de soberania no âmbito da primeira experiência constituinte brasileira.

Palavras-chave: 1823, Assembleia Constituinte, Estado brasileiro, povo, soberania

Abstract

This study presents an analysis of the political formulations introduced by the *Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império* (*Journal of the Constituent and Legislative General Assembly of the Empire*). We are particularly concerned with the different conceptions of sovereignty advanced in the text, which is investigated within the context of the time period of its production. In the midst of the turbulent transition from colonial absolutism to constitutionalism in the independent kingdom, the constituents of 1823 were conversant with the ideas that animated the French Revolution and the Independence of the North American Colonies. As a result, several questions emerged during the constituent process – who should be the holder of sovereignty; how should sovereignty be represented; and how to limit the exercise of sovereignty –, leaving their mark on the foundations of the new political order in Brazil. We thus examine the debates that brought to light the thematic and the issues surrounding the concept of sovereignty during the first Brazilian Constituent Assembly.

Keywords: 1823, Constituent Assembly, Brazilian State, the People, Sovereignty

Sumário

Introdução	11
Capítulo I	
A soberania embrionária	24
1.1 A incipiente figura do cidadão	25
1.2 Entre o céu e a terra, a legitimidade imperial	30
1.3 1823: o ímpeto constitucionalista.....	34
1.3.2 A convocação: “uma Assembleia para assegurar a felicidade do Brasil” ..	40
1.3.3 A Assembleia vista de dentro	46
1.3.4 A Assembleia e as suas interpretações	50
Capítulo II	
A legitimidade da soberania: entre o povo e os povos.....	61
2.1 Um conceito plurívoco	62
2.2 <i>Soberanias</i> em disputa: a autoridade do Imperador versus a teoria da soberania nacional	75
2.3 A negação da soberania ao povo.....	81
Capítulo III	
Os limites da soberania: entre a inclusão e a exclusão	86
À Maneira de Conclusão.....	108
Bibliografia.....	112

Introdução

A experiência vivenciada pelos quase noventa representantes que em 1823 se dirigiram à Corte do Rio de Janeiro para formar a Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil e que teriam a tarefa de elaborar a primeira carta constitucional brasileira é, sem dúvida, um dos momentos mais importantes da nossa história política. Como afirma Pedro Octávio Carneiro da Cunha, a Constituinte era a “casa comum de tudo que se forjara de melhor no país” e por meio dela seria possível promover o rascunho da alforria colonial materializado em um estatuto supremo, que seria o próprio fundamento da nação independente.¹ Uma observação mais cuidadosa sobre a origem e as trajetórias dos constituintes revela que não é possível identificar, no início dos trabalhos em 1823, características de reunião dos mais variados grupos que sejam diferentes daquelas ligadas à determinada província a qual pertencem.² A Assembleia é, à primeira vista, a pintura da pluralidade do país, e não o lugar de efervescência de ideias novas. Como diz Carneiro da Cunha:

O Congresso, aliás, não contava com maioria ou minoria arregimentadas, nem mesmo com feixes rígidos de opinião; essa fluidez que esbatia arestas dentro do próprio diálogo parlamentar e deu ao primeiro legislativo brasileiro um caráter particular de espelho homogêneo da nação, isto é, das classes representadas.³

A história da Assembleia Constituinte de 1823 começa de fato no décimo sétimo dia do mês de abril do mesmo ano, assim que acharam-se reunidos 52 deputados oriundos das mais variadas províncias do Império. Aproximadamente às 9 horas da manhã, e conforme o Decreto do dia 14 de maio do mesmo mês e ano, seguiu-se a nomeação do presidente e do secretário. Foram eleitos, por aclamação, o Sr. José Caetano da Silva Coutinho, Bispo Capelão Mor⁴, para presidente, e o Sr. Manoel José

¹ CARNEIRO DA CUNHA, “Capítulo I: A fundação de um Império liberal” in: HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Tomo II, vol 1, Livro Segundo, 2003, p. 275.

² Os debates sobre a educação e a construção das universidades travados em várias sessões da Assembleia são exemplos claros disso.

³ CARNEIRO DA CUNHA, *op.cit.*, pp. 277-278.

⁴ José Caetano da Silva Coutinho, conhecido como bispo capelão-mor, nasceu em Portugal. Foi eleito deputado para Assembleia Constituinte de 1823 pelo Rio de Janeiro. Foi senador do Império entre 1826-1833.

de Sousa França para secretário.⁵ Deste modo, o primeiro trabalho a ser realizado na esfera da Constituinte foi a escolha do seu primeiro presidente e secretário. O primeiro era eclesiástico e português de nascimento; o outro, bacharel e brasileiro. Ambos se formaram na Universidade de Coimbra, Cânones e Leis. Ambos foram eleitos pelo Rio de Janeiro.

Entre os dias 17 de abril e 02 de maio, ocorreram cinco sessões preparatórias nas quais foram discutidas normas e formalidades sobre o funcionamento da Assembleia. Nomeou-se a comissão encarregada de verificar a legalidade dos diplomas dos deputados eleitos para formar a primeira Assembleia Nacional brasileira.⁶ De fato, a questão do reconhecimento dos diplomas era espinhosa, pois na época inexistia o

⁵ Nascido em Santa Catarina, Manoel José de Sousa França (1780-1856) formou-se bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi eleito deputado pela província do Rio de Janeiro para a Assembleia Constituinte. Ocupou a cadeira de deputado por mais três legislaturas: 1826-1829, 1845-1847, e 1848. Foi Ministro da justiça de D. Pedro I e ministro da justiça e do Império no início da Regência. Entre 1840-1841, ocupou o cargo de presidente da província do Rio de Janeiro.

⁶ A comissão era composta por quatro membros: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva; Antônio Luíz Pereira da Cunha; Barão de Santo Amaro; José Joaquim Carneiro de Campos e Manoel Jacinto Nogueira da Gama.

Manoel Jacinto Nogueira da Gama nasceu em 08 de setembro de 1765 em São João del-Rei. Doutorou-se em matemática e filosofia pela Universidade de Coimbra, foi temporariamente professor da Academia de Marinha de Lisboa, foi eleito deputado da primeira Constituinte brasileira pelo Rio de Janeiro, e nomeado para Ministro da Fazenda em 1823, 1826 e 1831. Recebeu vários títulos, entre eles o viscondado (1824) e marquesado (1826) de Baependi.

Nascido em Salvador, José Joaquim Carneiro de Campos formou-se em Direito e Teologia pela Universidade de Coimbra, e em Lisboa exerceu o cargo de oficial da secretaria da Fazenda de Portugal. Em 1818, passou a compor o Conselho de D. João VI. Após a Independência do Brasil, elegeu-se deputado pelo Rio de Janeiro e assumiu o lugar de Gonçalves Lêdo; foi nomeado Ministro nos anos de 1823, 1826 e 1829. Depois da renúncia de D. Pedro I, ocupou o cargo de regente do Império. Recebeu vários títulos, entre eles o de Marquês de Caravelas.

Antônio Luíz Pereira da Cunha nasceu em Salvador e formou-se em Direito, Filosofia e Matemática pela Universidade de Coimbra. Em 1823, foi eleito deputado da Assembleia Constituinte pelo Rio de Janeiro. Em 1826, aceitou a pasta dos Negócios Estrangeiros. Em 1831, foi chamado pelo Imperador para organizar o Ministério dos Medalhões. Com a abdicação daquele, foi exonerado. Era presidente do senado quando faleceu, em 1837.

José Egídio Álvares de Almeida, Barão de Santo Amaro, nasceu em Santo Amaro da Purificação. Foi deputado da primeira Assembleia brasileira, eleito pela província da Bahia. Foi Ministro das relações exteriores, embaixador em Paris e Londres. Foi mestre de cerimônia da coroação de D. Pedro I e presidente da sessão inaugural do senado do Império do Brasil. Foi senador e conselheiro de Estado de 1826 a 1832.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, irmão do famoso José Bonifácio, nasceu em 1773, em Santos. Realizou os primeiros estudos em São Paulo sob a supervisão de Frei Manuel da Ressurreição. Depois foi para Universidade de Coimbra, na qual formou-se em Direito e Filosofia. Em 1817, já de volta ao Brasil, encontrava-se em Olinda, período em que eclodiu a Revolução de Pernambuco. Não obstante tenha aderido à causa dos insurrectos, afirmou em carta ao irmão Martim Francisco (também membro da Assembleia de 1823) que o sucesso do movimento implicaria a separação definitiva de Pernambuco do restante do Brasil, fato este que o deixava com grande desgosto. Sufocada a Revolução de 1817, ficou encarcerado na Bahia até 1821 quando foi anistiado e eleito deputado às Cortes de Lisboa. Prosseguiu a carreira política, sendo eleito deputado para Assembleia Constituinte de 1823 pela província de São Paulo. Sem dúvida, foi um dos grandes nomes da Constituinte. Ver “verbete Antônio Carlos de Andrada” in: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

conceito de justiça eleitoral e o reconhecimento dos eleitos era feito pelo próprio corpo legislativo, o que abria brechas para a indagação *inter pares* da legalidade dos correspondentes mandatos.⁷

Também foi nomeada a comissão para elaboração do regimento provisório da Casa legislativa. A discussão em torno do tema se estendeu durante todo o período de vigência da Assembleia, não havendo tempo para que fosse inteiramente aprovado. Nestas cinco sessões preparatórias o acento fora colocado no cerimonial de abertura da Casa: o lugar que deveria ser ocupado pelo Imperador, pelos Ministros, pelo presidente e pelos deputados na primeira sessão da Constituinte geraram debates interessantes, que veremos no próximo capítulo.

Na sessão de 06 de maio, encontramos a primeira referência à fonte histórica que nos acompanhará durante todo este trabalho:

Parecia-me melhor [disse Antônio Carlos Machado] que o Sr. Secretário não inserisse na Ata os ofícios e discursos inteiros, mas só o resumo deles, pois desta maneira fica a Assembleia ciente, e não são as Atas extensas. As Atas são simples resumos; e o mais pertence ao Diário onde vai tudo amplamente expedido.⁸

É a primeira menção ao documento que pelo menos até meados do século XIX permaneceu mudo, ou nas palavras de Francisco Ignácio Homem de Mello, “desconhecido, desfigurado, e diversamente interpretado [...], enterrado no fundo dos arquivos”. É tarefa do pesquisador, ainda de acordo com o político oitocentista, examinar cuidadosamente as discussões, os projetos e as leis que foram debatidas no

⁷ O caso mais significativo de reconhecimento de diploma foi do Pe. pernambucano Henriques de Resende. Venâncio Henriques de Rezende, padre, nasceu na cidade de Serinhaém, na Província de Pernambuco, em 1784. Eleito deputado pela província de Pernambuco, seu diploma não foi promulgado, devido às ideias republicanas manifestadas em cartas e inseridas nos jornais Maribondo e Gazeta Pernambucana, as quais foram consideradas subversão da ordem. Tal fato só foi revertido depois da abertura da Assembleia, pela Comissão de Poderes, que determinou que o representante pernambucano tomasse o seu lugar na Assembleia e que a Câmara de Olinda fosse repreendida. Ver: SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Três Golpes de Estado*. São Paulo: Editora Itatiaia Limitada/Editora da Universidade de São Paulo. História dos Fundadores do Império do Brasil, Vol. VIII, 1957, p. 31. E *A História da Câmara dos Deputados*, disponível em http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/venancio_rezende1.html

⁸ Antônio Carlos Machado, Diário da Assembleia Constituinte, sessão 06 de maio de 1823, p. 27. Com o objetivo de tornar o texto do Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil alcançável ao leitor de hoje, mas também conservar neles o espírito da época, estabelecemos alguns procedimentos para a transcrição. A ortografia foi modernizada, mas a pontuação foi preservada. As abreviações das palavras foram “alongadas”, com exceção das mais conhecidas, como V.M.I (Vossa Majestade Imperial) e V.A.R (Vossa Alteza Real). As palavras ilegíveis foram classificadas entre colchetes. Estas mesmas observações se estendem aos periódicos que foram utilizados no trabalho. As referências Diário da Assembleia de 1823 serão identificadas com DAC, junto com a referência da sessão e da página após cada citação.

âmbito da Constituinte para assim, “nessa verdadeira exumação do passado”, contribuir com os estudos sobre a nossa primeira Assembleia Nacional.⁹ Seguiremos o valioso conselho metodológico de Homem de Mello e nos debruçaremos sobre a leitura cuidadosa e refletida do *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império*.¹⁰ Por ser a base documental desta dissertação, vamos nos estender um pouco mais no debate que os constituintes fizeram a respeito da elaboração e divulgação deste documento.

Seguindo a fala de Antônio Carlos Machado, ainda na sessão de 06 de maio, existia, além do Diário, a Ata em que eram anotadas as discussões da Assembleia. O deputado e então secretário Manoel de Sousa França recusou a proposta apontada pelo colega e disse:

Eu como Secretário, que sou neste mês, devo poupar o trabalho o mais que for possível para poder desempenhar tudo que está a meu cargo. Dar a substância dos officios é mais pesado do que transcrevê-los por inteiro: o extratar [sic] não é para todos, se não houver um official hábil que o faça, há de o Secretário carregar com esta tarefa, quando para copiar servem todos. Além disso, com as cópias evito a responsabilidade a que estou sujeito dando resumos, e por isso enquanto a Assembleia não encontrar este método, usarei dele em meu proveito, e dos que me sucederem neste lugar.¹¹

Foi então decidido que a transcrição do Diário ficaria aos encargos de um funcionário especializado. Em seguida, o presidente da Assembleia, Bispo Capelão Mor, nomeou a comissão de redação do Diário, composta por três deputados, sendo eles os Srs. Antônio Gonçalves Gomide, Cândido José de Araújo Vianna e João Antônio Rodrigues de Carvalho.¹²

⁹ HOMEM DE MELLO, Francisco Ignácio Marcondes. *A Constituinte perante a História*. Rio de Janeiro: Typ. Da Actualidade, 1863/ ed. Fac-similar, Brasília: Senado Federal, 1996.

Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello foi figura notória na vida política e intelectual do Império brasileiro. Nasceu em 1837, em Pindamonhangaba. Formou-se em Direito, em São Paulo, em 1858. Quando ainda estudante de Direito, interessou-se pela história política e social do Brasil, publicando *Estudos Históricos Brasileiros* (1858) e *Esboços Biográficos Brasileiros* (1859). A partir de 1861, Homem de Mello ingressou na política como presidente de diversas províncias. Para fins desse trabalho, vale ressaltar a intenção do Barão Homem de Mello na defesa da Assembleia Constituinte de 1823 com o propósito de reestabelecer, segundo ele, o raciocínio correto sobre os primeiros passos do Legislativo no Brasil.

¹⁰ Usaremos a edição publicada pelo Senado Federal em 2003. A edição é apresentada em três volumes. No primeiro, encontramos as sessões preparatórias e as primeiras sessões da Assembleia (até 09 de julho). O segundo volume corresponde ao período de 10 julho até 13 de setembro. O primeiro e o segundo volumes formam o primeiro tomo. Por fim, o terceiro livro (que corresponde ao segundo tomo) é dedicado aos debates sobre o projeto de constituição, que se seguiram do dia 15 de setembro até a “noite da agonia” (11 de novembro de 1823).

¹¹ Manoel José de Sousa França, DAC, sessão 06 de maio de 1823, p. 27.

¹² João Antônio Rodrigues de Carvalho nasceu no ano de 1770 no Rio de Janeiro. Formou-se bacharel pela Universidade de Coimbra em 1808. Foi magistrado pelas províncias de Pernambuco, Ceará e Bahia.

Em 16 de maio, a comissão de redação apresentou à Assembleia uma reclamação sobre a falta de redator. O constituinte Araújo Viana, eleito por Minas Gerais, fez a seguinte proposta:

A comissão da Redação do Diário não tem podido apresentar ao Público os trabalhos da Assembleia por falta de um Redator; e como deseja, que a Nação quanto antes se instrua dos negócios da mesma; propõe que o Oficial Maior da Secretaria Teodoro José Biancardi seja interinamente encarregado da redação; pois se oferece para esse fim, sem que por ora se entre na designação do ordenado, que deva merecer pelo seu trabalho.¹³

A preocupação dos membros da comissão de redação do Diário estava concentrada na apresentação dos trabalhos realizados na Assembleia perante a Nação. Por isso, este problema deveria ser resolvido rapidamente para que o Diário pudesse ser redigido e disposto ao público. Este mesmo constituinte, Araújo Viana, apresentou o Projeto de Regulamento para redação do Diário:

A Comissão da Redação do Diário, desejando dar a pronta publicação dele com a fiel exposição dos Negócios da Assembleia, para que a Nação convenientemente se instrua dos trabalhos dos seus Representantes, e julgue do fervor, com que eles sustentam os interesses públicos na árdua e difícil tarefa da organização da Lei fundamental, e das mais Leis, e Reformas urgentes, que a seus desvelos se acham confiadas.¹⁴

Neste momento do seu discurso, a tônica estava na coerência entre a fala dos deputados em plenário e o que será redigido no Diário. De fato, o Diário surge da preocupação em registrar “os fiéis acontecimentos” ocorridos dentro da Assembleia. O constituinte nos adiantou que o documento registraria “a árdua, e difícil tarefa da organização da lei fundamental”. Logo, a função do Diário não se restringia apenas a registrar os discursos dos deputados, mas sobretudo persuadir a “nação brasileira” de que os trabalhos desenvolvidos dentro da Assembleia eram importantes.

Em 1823 foi eleito deputado para Assembleia Constituinte pela província do Ceará, e posteriormente nas legislaturas dos anos entre 1826-1835. Neste último ano foi nomeado senador.

Antônio Gonçalves Gomide (1770-1835) nasceu em Minas Gerais. Médico, foi eleito deputado para Assembleia Constituinte de 1823 pela sua província natal e nomeado senador em 1826.

Cândido José de Araújo Viana (1793-1874) nasceu em Minas Gerais e formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Exerceu o cargo de juiz em Mariana, e desembargador na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro. Foi eleito representante para Assembleia Constituinte pela sua província natal e para a câmara dos deputados em quatro legislaturas: 1826-1828, 1830-1833, 1834-1837, 1838-1839. Foi presidente da província do Maranhão (1829-1832) e de Alagoas (1828-1829). Ocupou a pasta da Fazenda entre os anos de 1832-1834, a do Império em 1841, e a do Supremo Tribunal de Justiça em 1849. Em 1838 foi nomeado senador e, posteriormente, Conselheiro de Estado. Obteve o título de Marquês de Sapucaí.

¹³ Cândido José de Araújo Viana, DAC, sessão 16 de maio de 1823, p. 65.

¹⁴ Cândido José de Araújo Viana, DAC, sessão 16 de maio de 1823, p. 65.

Alguns deputados pediram a palavra para falar sobre a relevância do Diário e para isso foi sugerido um plano que ordenasse a redação do documento:

Artigo IV. O Redator receberá dos Taquígrafos o manuscrito das Notas decifradas, e da Secretaria as Cópias das Atas, e os mais papéis, que devam entrar no Diário por inteiro, ou por extrato. Incumbe-lhe fazer estes extratos com fidelidade, e concisão. V. É mais atributo do Redator corrigir os manuscritos das notas dos taquígrafos. Esta correção estende-se – 1º Riscar repetições viciosas de palavras, ou de proposições – 2º Polir a linguagem – 3º Substituir termos próprios, que a rapidez da fala não acudiram ao pensamento, a outros de menor propriedade – 4º Suprimir lacunas, e atar o fio do discurso – 5º Às concordâncias gramaticais; e 6º À ortografia pelo sistema etimológico. Porém jamais se entenderá a substituir às falas recolhidas pelos taquígrafos outras mais largas ou diversas delas: salvo se tendo sido primeiro trabalhadas em espaço, fossem de memória expostas à Assembleia. Em caso de total obscuridade, ou de duvidosa inteligência consultará os autores das falas. VI. Corrigido o Diário manuscrito, e Assinado pelo Redator, ficará por 24 horas sobre a Mesa no Gabinete da Redação para os Senhores deputados irem retocar as suas falas, ou verem os toques, que lhe fez o Redator. VII. O Diário será depois remetido para Impressão, e as provas voltarão ao Redator para rever, e emendar. VIII. Impresso o Diário, o Redator fará a Tabela dos erros, ou faltas, que escapassem à sua atenção, para sair no seguinte Número.¹⁵

Na verdade, a produção do Diário era bastante trabalhosa, visto que deveria ser apresentado ao público como um livro ou periódico. Por esta razão tinham a preocupação com as regras editoriais, com a revisão ortográfica, com o cuidado de “polir a linguagem”, enfim, com a produção do discurso parlamentar. O Diário era vendido como um livro. Não é possível definirmos sua distribuição e sua tiragem para saber o número de pessoas que tiveram acesso a este documento. Entretanto, o capítulo IV no item XIV é claro ao dizer que a comissão da redação do Diário “regulará as condições das Assinaturas [...], procurando sempre facilitar ao público a sua leitura”. Em outras palavras, existia um método de assinatura do Diário da Assembleia, tal qual os periódicos que circulavam na época.

No dia 22 de maio, o deputado Ribeiro de Andrada, então Ministro da Fazenda, voltou ao assunto sobre a venda do Diário. Para o constituinte, era necessário um orçamento do produto do Diário para se ter base para as deliberações da Assembleia. Esta opinião não é compartilhada por Manoel Jacinto Nogueira da Gama, já que, para o constituinte:

É indispensável que a nação conheça os nossos trabalhos, e o canal por onde isto se consegue é o Diário segue-se que a Fazenda pública há de carregar

¹⁵ *Ibidem*, p. 66.

com despesa dele seja qual for o produto da sua venda. Posto isto é claro que não dependemos do orçamento para arbitrar os ordenados; e até se quiséssemos que aquele produto cobrisse as despesas do Diário, como estas são muito grandes seria preciso vendê-lo por tal preço que teria mui poucos compradores, ao mesmo tempo que *deve ser lido por todas as classes de cidadãos*.¹⁶

O que fica claro da fala do deputado é a preocupação com o número de pessoas que deveriam ler o Diário. Para que isso fosse levado a cabo era essencial o custeamento pelo próprio Estado, o que o faria ser vendido por um preço que apenas cobrisse o seu custo.

Na sessão seguinte, em 23 de maio, passou-se a discutir o último artigo sobre o funcionário que estava encarregado de vender o Diário: “um administrador, encarregado da venda do Diário, com o ordenado de quatrocentos mil réis”. Para Antônio Carlos Machado, este funcionário é dispensável, visto que a comissão de redação poderia enviar os originais para a imprensa, e que depois de impressos seriam remetidos para um livreiro que teria a incumbência de vendê-los. O deputado Manoel de Sousa França considerou que o processo de impressão e distribuição não era tão simples como pressupunham os seus colegas. Segundo ele,

[deve-se] encarregar à Comissão este negócio, que não é tão simples como parece; pois não consiste só em mandar os Diários a um livreiro; é preciso que haja quem receba assinaturas, quem se encarregue das vendas, e quem remeta os Diários para as diferentes Províncias. Portanto a Comissão deve procurar esse homem e fazer com ele os ajustes precisos, pelo menor preço possível, *contanto que se promova a circulação do Diário*.¹⁷

O *Diário* deveria circular por todas as Províncias do Império. Sobre esse ponto, o deputado Ribeiro de Andrada esclareceu a importância de delimitar o número de Câmaras de cada província para saber a quantidade exata de *Diários* que se deveriam produzir. Para o constituinte, o documento deveria ser endereçado em maços para cada presidente de província para que estes promovessem a distribuição para as Câmaras das suas respectivas Comarcas. Por fim, a impressão, as despesas com papel e empregados seriam custeadas pelo Ministério dos Negócios do Império.

O artigo sobre a correção das falas dos deputados também rendeu interessantes debates. Para Antônio Carlos Machado, a revisão da linguagem tornaria o *Diário* mais homogêneo e “de acordo” com o pronunciamento que fora declamado no recinto. Para o

¹⁶ Manoel Jacinto Nogueira da Gama, DAC, sessão 21 de maio de 1823, p. 101. Grifos nossos.

¹⁷ Manoel José de Sousa França, DAC, sessão 23 de maio de 1823, p. 110. Grifos nossos.

constituente paulista, era preciso acompanhar de bem perto as atribuições demasiadas do redator, uma vez que este tinha o poder de fazer “brilhar Gralhas com penas de Pavão” – analogia usada para criticar os colegas que não tinham o dom da oratória. Disse o deputado:

Eu quisera que todos os discursos saíssem com o cunho próprio, com estilo difuso ou conciso de seu autor; mas deste modo aparecem todos com as mesmas vestiduras. Agora o que eu não consentirei jamais é que, na forma do artigo, se permita que o Redator para substituir as falas recolhidas pelos taquígrafos, utilize outras diversas dela, quando tiverem sido trabalhadas de espaço, ou expostas de memória à Assembleia. O Redator não deve aceitar fala alguma uma vez que os taquígrafos a não recolheram; é verdade que por ora quase nada escrevem do que nós dizemos, pois tenho visto longas falas reduzidas por eles a quatro palavras, e isto há de remediar-se de algum modo.¹⁸

Para Antônio Carlos, o papel do redator deveria limitar-se a escrever discursos, não retocá-los. O deputado ainda teceu críticas ao trabalho dos taquígrafos, insuficientes na transcrição das falas pronunciadas pelos constituintes. Sobre este assunto, o deputado João Antônio Rodrigues de Carvalho é mais severo:

É preciso que a Assembleia conheça o estado dos taquígrafos. Em uma das falas que hoje li e que o Oficial Maior me mostrou, ninguém parava o riso; não havia nexos nem dedução de ideias, umas proposições sem verbos, outras sem nominativo; em uma palavra, tudo que li só servia para rir. Portanto, ou se há de imprimir o Diário, ou há de dar-se ao Redator faculdade de consultar os autores das falas.¹⁹

O *Diário* não poderia ser impresso tal qual debatido na Assembleia. O discurso de cada deputado deveria ser apresentado por escrito ao redator depois de discursado na Casa Legislativa. Os deputados decidiram que o *Diário* fosse redigido por uma comissão especial, e que o objetivo do documento era “patentear à Nação os trabalhos da Assembleia, publicando os discursos de cada um dos deputados”, e, sobretudo, que as Câmaras eram “obrigadas a assinar o Diário da Assembleia”. Para José Bonifácio, então Ministro do Império, as Câmaras deveriam ser apenas convidadas para assinar o *Diário*. O deputado Nogueira da Gama, futuro Marquês de Baependi, defendeu que as assinaturas do *Diário* deveriam ser gratuitas, uma vez que a finalidade do documento era “propagar as luzes, e fazer conhecer os trabalhos da Assembleia”, e que por isso os parlamentares deveriam ser “generosos com as Câmaras do Império”.²⁰ O secretário

¹⁸ Antônio Carlos Machado, DAC, sessão 23 de maio de 1823, p. 111.

¹⁹ João Antônio Rodrigues de Carvalho, DAC, sessão 23 de maio de 1823, p. 111.

²⁰ Manoel Jacinto Nogueira da Gama, DAC, sessão 24 de maio de 1823, p. 118.

Manoel de Sousa França recomendou a seguinte proposta quanto à circulação do *Diário*:

Como nosso fim neste assunto é que se vulgarizem os trabalhos da Assembleia, quereria que as Câmaras assinassem por tantos exemplares do Diário quantas fossem as Paróquias de seu Distrito; e que os respectivos vigários se incumbisse tê-los sempre patente aos Domingos e Dias Santos na Sacristia da Matriz de cada Freguesia, para ali os lerem os Fregueses, ou ouvirem ler, ao mesmo passo, que ali concorressem de suas distanciadas habitações para cumprirem os preceitos da Igreja.²¹

Assim, ficaria garantido o acesso dos cidadãos brasileiros às discussões travadas na Assembleia, já que a Igreja era o local onde a maioria da população se encontrava: proprietários, comerciantes, funcionários públicos, ricos, pobres, mulheres, negros e até alguns indígenas já cristianizados. Ademais, a imprensa foi muito importante no processo de circulação do *Diário*. O jornal *O Espelho*, desde o início dos trabalhos parlamentares, passou a publicar uma espécie de resumo das questões discutidas na Assembleia. É bem verdade que a relação entre os constituintes e os periódicos que circulavam no Rio de Janeiro não eram as mais amistosas²², porém se mostram como mais uma ferramenta de difusão das ideias debatidas na Constituinte.²³ Muito provavelmente estes seriam os motivos pelos quais este documento teria chegado às nossas mãos.

Embora a Assembleia tenha sido dissolvida seis meses após sua abertura, o trabalho legislativo elaborado por ela não deve ser desprezado. Além do regimento interno e do Projeto de Constituição, que veio a público em 1º de setembro, foram

²¹ Manoel José de Sousa França, DAC, sessão 24 de maio de 1823, p. 118.

²² Ver LUSTOSA, Isabel. *A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

²³ É importante lembrar que a despeito da maioria da população brasileira ser analfabeta, a circulação de livros, folhas volantes e periódicos facilitava a leitura e a transmissão oral das ideias que circulavam na sociedade da época. Ver OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. “A Carta de 1824 e o Poder do Monarca: memórias e controvérsias em torno da construção do governo constitucional no Brasil, p. 236 in BERBEL, M. R. ; FERREIRA, P. B. C. . Soberanias em questão: apropriações portuguesas sobre um debate iniciado em Cádiz in: BERBEL, M. R.; OLIVEIRA, C. H. S. (Org.). *A experiência constitucional de Cádiz - Espanha, Portugal e Brasil*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2012. Ver também Neves, Lúcia. “Cidadania e participação na época da Independência”. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 22, n. 58, p. 47-64, dezembro/2002, p. 56 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Diz Lúcia Neves: “Em contrapartida, numa sociedade ainda regida pela oralidade, não se pode ignorar que muitos tomavam conhecimento dessas novidades ouvindo leituras em voz alta e participando de conversas e de discussões sobre os acontecimentos políticos nas lojas e mesmo na praça pública, como D. Higgs (1998) demonstrou ocorrer nas boticas do Rio de Janeiro desde a década de 1790. Aliás, os informantes da Intendência da Polícia no período da independência não deixavam de notificá-la de que diversas obras francesas, repletas de espírito revolucionário, estavam sendo traduzidas, “para a edificação dos ignorantes”. Ao substituir assim a leitura propriamente dita pela comunicação oral, não parece haver dúvida de que o público real atingido por essas ideias liberais era mais amplo do que se poderia a princípio imaginar”.

apresentados 38 projetos de Lei, afora um grande número de propostas e indicações das comissões instaladas. Devido à complexidade das discussões que se travaram naquele espaço político, foram aprovados efetivamente seis projetos. O primeiro foi sobre a vigência da legislação que dirigia o Brasil até abril de 1821; o segundo, sobre a forma de promulgação das leis da Assembleia Constituinte; o seguinte, sobre a revogação do decreto de 16 de fevereiro de 1822, o qual criara o Conselho de Procuradores Gerais da Província; o quarto determinou a proibição aos deputados do exercício de qualquer outro emprego durante o tempo de deputação; o quinto, do decreto de 30 de março de 1818, o qual proibia o funcionamento das sociedades secretas; e o último, sobre a regulação de uma forma para os governos provinciais.²⁴ Alguns projetos tiveram um amplo debate dentro da Constituinte, mas não alcançaram status de lei, como o projeto de naturalização dos portugueses – que toca na questão da construção do corpo político – apresentado pelo pernambucano Muniz Tavares em 22 de maio; a proposta de criação das universidades de autoria de José Feliciano Fernandes Pinheiro; e o projeto sobre a liberdade de imprensa, já discutido em várias sessões da Assembleia.

Os debates produzidos no calor do momento ocasionaram tensões próprias aos trabalhos dos constituintes, bem como as opiniões divergentes dos membros da Assembleia Geral de 1823. Mas, a partir de julho, os ânimos ficaram ainda mais exaltados devido ao acirramento da peleja entre a Casa parlamentar e o Governo. Em meados de julho, José Bonifácio e Martim Francisco de Andrada foram afastados dos Ministérios do Império e da Fazenda, respectivamente, e passaram a fazer oposição ao Governo na imprensa e dentro da Assembleia juntamente com o outro irmão Andrada, o Antônio Carlos. No dia 17 de julho, D. Pedro nomeou José Joaquim Carneiro de Campos para Ministro do Império, e Manuel Jacinto Nogueira da Gama para a pasta da Fazenda, ambos também deputados da Constituinte. Ainda em julho, entrou em discussão o Projeto sobre a sanção das leis aprovadas na Assembleia. Neste momento aflorou com mais vigor a questão da soberania, que, na verdade, perpassou toda a existência da Assembleia Constituinte, desde as sessões preparatórias com a discussão do lugar do Imperador na abertura da Assembleia até os debates em torno do Projeto de Constituição (especificamente no que diz respeito à formação do corpo político). É sobre este tema que nos debruçaremos neste trabalho.

²⁴ Todos estes projetos foram aprovados como Lei em 20 de outubro de 1823.

Dadas às condições mencionadas, seria ineficaz buscar na Constituinte uma concepção de soberania rousseauiana, contrária, por exemplo, à defesa do papel do monarca como essência do Poder Executivo. De todas as evidências, a defesa e aplicação da soberania popular nos moldes propostos pelo filósofo genebrino não parecia ser uma solução para a tarefa a que os deputados foram eleitos, qual seja, a de elaborar a primeira constituição do Estado brasileiro. De fato, a menção à soberania popular aparece nos discursos parlamentares ligados ao pronunciamento da maioria dos constituintes, mas sempre como forma de mostrar os perigos de sua implementação que se daria inclusive à custa de sangue brasileiro.

O que devemos investigar, porém, são os debates que fizeram aparecer o tema e os problemas da soberania, pois eles abriram as portas para o desenvolvimento e reorganização da vida institucional brasileira. Mas esta pesquisa deve ter em mente que, no momento de instalação da Assembleia, a maioria dos constituintes, senão todos, possuía a convicção implacável da importância da monarquia para o Brasil. Mesmo os deputados do eixo norte-nordeste demonstravam que a confiança no jovem Imperador estava acima das críticas ao funcionamento da monarquia. Todos os representantes almejaram reformar as bases do poder, e, para isso, queriam contar com apoio do imperador. Nos primeiros meses de funcionamento da Assembleia, sempre que D. Pedro I mostrava algum tipo de aprovação em relação ao que era discutido no seio da Constituinte, esse fato era felicitado com a formação de delegações para deixar claro ao Imperador o júbilo com que a Assembleia recebia as suas manifestações.

Nossa estratégia de análise será mapear os temas, exemplos e questões em torno da noção de soberania dentro da primeira Assembleia Constituinte brasileira. Em outras palavras, este trabalho busca apresentar a(s) concepção(ões) de soberania no *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*, de modo a destacar sua estrutura interna e suas relações com o contexto da época.

O conceito de soberania é mobilizado pelo menos desde o século XVIII ibérico dentro de ampla rede conceitual em associação com outros vocábulos que abarcam os dilemas (políticos e jurídicos) do mundo luso-americano (primeiro com a crise da monarquia portuguesa, depois com a independência brasileira). Em fins do século XVIII, particularmente com as ideias defendidas pelo Iluminismo português, ocorreu a afirmação da soberania real, o que parecia indicar que se buscava não apenas consolidar o poder real, mas reagir diante de um novo ambiente político.

Os intelectuais lusitanos estavam preocupados com a conformação da monarquia (transoceânica) portuguesa, pois temiam que a curto prazo, a grande extensão dos domínios portugueses pudesse ocasionar problemas, caso não se pensasse em reformas para modificar a complexa relação entre a monarquia lusa e seus territórios. A isso se somou a difusão das ideias jusnaturalistas, que compreendiam uma releitura de Aristóteles pelos neo-tomistas. Além disso, nas últimas décadas do século XVIII existia o temor das revoltas nativistas, especialmente o provocado pela Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798). Este novo contexto ocasionou tensões entre os termos associados à ideia de soberania, como obediência, consentimento, legitimidade e justiça.

Porém, a partir da transferência da corte em 1808, o conceito de soberania começou a sofrer, na feliz expressão de Elias Palti, *torções* expressivas ao associar-se a vocábulos como povo-povos, nação, estado, constituição, unidade e federação. Tais *torções* apontaram no processo de formação do Estado brasileiro algumas variáveis na medida em que os conflitos fomentados pela indefinição do sujeito da soberania começaram a adquirir, depois de 1808, um espaço de destaque na arena política. A intenção era suplantar a ordem colonial e substituí-la por uma nova ordem política fundada no princípio da soberania do povo, o que deu lugar a disputas violentas que estiveram associadas mais a determinar onde residia a voz do povo do que como se exercia ela mesma. No quadro desta disputa, que marcou as primeiras décadas do século XIX, três dimensões estiveram em jogo: a primeira, e sem dúvida a mais debatida no teatro político brasileiro, girou em torno de quem era o titular da soberania; a segunda, em como se representava essa soberania; e a terceira, em como se limitava seu exercício.²⁵

Deste modo, a compreensão da ideia de soberania deve, por um lado, considerar a natureza e a legitimidade do poder, ou seja, identificar o sujeito da soberania; mas, por outro lado, deve também identificar na fronteira dessa concepção de soberania como se reproduzem os contextos de inclusão e exclusão, e responder a algumas perguntas: Quais os requisitos para participar do processo de formação do corpo político defendidos no projeto de constituição elaborado pelos deputados de 1823? Quais eram

²⁵ Ver PALTÍ, Elias. *El tempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2007. Ver também o recente estudo de Noemí Goldman e Marcela Ternavasio sobre a noção de soberania popular na argentina, “Construir la república: semántica y dilemas de la soberanía popular en Argentina durante el siglo XIX. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 20, n. 42, p. 11-19, jun. 2012.

as barreiras impostas ao direito de voto? Como os constituintes asseguraram a participação política? Pensando nestas questões, no primeiro capítulo apresentaremos o contexto no qual está inserida a Assembleia Geral Constituinte do Império do Brasil. No segundo capítulo, procuraremos delimitar a(s) noção(ões) de sujeito político no interior do debate da Assembleia de 1823. Por fim, no terceiro capítulo procuraremos entender a composição do corpo político defendida pelos parlamentares. Por meio desse percurso talvez possamos compreender como os deputados entendiam a noção de soberania: como *soberania-autorização* ou como *soberania-autogoverno*?

Capítulo I

A soberania embrionária

Acontecimentos importantes marcaram os primeiros anos do século XIX. O homem, largado a sua própria sorte, tinha a dura tarefa de construir seu destino. As descobertas de novas terras e de novas gentes, a partir dos séculos XV e XVI, vieram a ampliar a visão de mundo do homem europeu, fato este responsável pela semente da descoberta do globo e da expansão do mercado. Entretanto, eventos como a instauração de um monarca europeu de carne e osso em uma (ex) colônia evidenciariam que, nos prelúdios do século XIX, esta conexão global alterava-se de forma significativa.

No velho mundo, a jornada napoleônica estimulava apoios, mobilizava oposições, motivava fugas, fazendo com que a ordem política tradicional, estremecida na sua base, ruísse em vários lugares. No novo mundo, a intensidade dos elos tradicionais entre Portugal e Espanha, concomitantemente ao caráter obsoleto da estrutura colonial, aparentaria despertar forte sensação de mudança e otimismo em relação ao futuro.

Desdobramento da crise do que se convencionou chamar Antigo Regime, a crise do sistema colonial incorreu sobre o Império Português de forma grave, mas presenteou os homens que a viveram com as condições necessárias de sua superação. O curso tortuoso das estradas desbravadas por estes homens é marcado pela existência concomitante de projetos de caráter conservador e outros especialmente radicais²⁶, com discursos contraditórios e indefinidos, posições políticas instáveis, questionáveis, conflitantes umas com as outras.²⁷

Os homens que dos destroços do Império português ergueram, no lado de cá do Atlântico, uma nova ordem de coisas, não tinham qualquer segurança nos prognósticos e resultados de sua missão, visto que ela foi uma construção coletiva, rebento de

²⁶ Sobre a distinção entre o projeto político “suave” e “irado” nos primórdios da formação do Estado brasileiro, ver: FAORO, Raymundo. “Existe um Pensamento Político Brasileiro?” [1987] in: *A República Inacabada*; organização e prefácio de Fábio Konder Comparato. São Paulo: Globo, 2007.

²⁷ Para melhor compreensão sobre as metamorfoses políticas ocorridas no início do século XIX brasileiro, ver: SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo G. *A Corte e o mundo: uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008 & SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo G. *O “nascimento político” do Brasil: as origens do Estado e da Nação (1808-1825)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

choques e lutas num ambiente no qual o consenso pôde ser construído a partir de muitos debates.

Analisaremos neste capítulo a sinuosa e complexa jornada dos acontecimentos desencadeados nos primeiros anos da década de 1820, em especial a sutil, porém importantíssima, metamorfose na noção de soberania que ocorreu nesse período. Para isso, percorreremos o movimento liberal e constitucionalista português (1820) e a Independência Brasileira (1822) até desaguar em 1823 com a instalação da *Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império*, que tomaria para si a tarefa de elaborar uma constituição para o Brasil.

1.1 A incipiente figura do cidadão

A invasão do reino português, em 1808, pelas tropas comandadas por Napoleão, levou à transferência do príncipe regente, D. João, e da sua Corte para a colônia portuguesa na América. Em meio ao redemoinho que assolava a Europa, os estadistas portugueses, afirmam Slemian & Pimenta, apresentavam-se capazes de articular uma proposta razoável para a conjuntura política. Por isso, ao idealizarem a mudança da Corte para América, não agiam como visionários, e muito menos pretendiam resgatar a imagem de D. João – “o príncipe medroso” – ou propunham uma medida salvadora; ao contrário, “a transferência da Corte foi uma medida emergencial”, porém inapta para garantir o sonho dos estadistas lusitanos de construir um imenso e duradouro império português.²⁸

A construção de um Império luso-brasileiro nunca esteve distante do horizonte dos administradores portugueses. Como demonstra Pedro Octávio Carneiro da Cunha, a mudança da Corte bragantina para o seu domínio colonial no outro lado do Atlântico foi resultado não apenas de uma combinação política e uma retirada estratégica, mas da expressão de uma aspiração nacional: “a de realizar um Portugal maior do outro lado do mar”. Segundo historiador:

Já no século XVIII amadurece a ambição de instalar o rei no Brasil e, ao mesmo tempo, conservar ou recuperar o berço europeu. Afirma-se então com um vigor crescente e uma crescente adequação à realidade – isto é, às possibilidades do ultramar – a ‘ideia’ de fundar um império no Brasil. Rompe, naturalmente, do dilatado esforço e do feitio particular dos colonizadores; mas representa um objetivo novo. Perfilhada até certo ponto,

²⁸ SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo G., 2008, pp. 47-48.

truncada às vezes e por fim aparentemente vencida pela independência da antiga colônia, essa concepção ilumina a mudança e sobretudo a permanência da Corte, e a mesma independência – como se processou, unitária e monárquica – numa faixa longitudinal que se desvestirá mais tarde do expansionismo lusitano e que se irão acrescentando os ideais do liberalismo.²⁹

A ideia de fundar império no Brasil está expressa, ainda de acordo com o historiador, em vários documentos portugueses. D. Luis da Cunha, na primeira metade do século XVIII, chegou a propor a D. João V a mudança da Corte: “Considerarei talvez visionariamente que S. M. se achava em idade de ver potentíssimo e bem povoado aquele imenso continente (...); e nele tomasse o título de Imperador do Ocidente”.³⁰ Com a morte de D. João V, a busca pela autoafirmação do poder régio continuou sob a coordenação do ministro de D. José I (imperador entre 1750-1777), o Marquês de Pombal, com a concepção de projetos de reforma administrativa. Um destes projetos foi proposto em 1798 por D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro da Marinha e Ultramar. Para este projeto, o Império era um sistema político-administrativo que reunia todos os territórios portugueses e o reino, caracterizado como “centro político da unidade do Império”.³¹ Desse modo, a base da monarquia portuguesa se fundamentava no princípio da unidade, e os territórios lusitanos (ou províncias) eram estabelecidos visando à defesa desta monarquia.

No início do século XIX, com a transferência da Corte para a América, estas formulações sobre o poder político e o Império foram reexaminadas sob novas condições. Criou-se uma nova corte com sede geopolítica no Rio de Janeiro. Em 1815, o Reino do Brasil reunia as províncias portuguesas na América. Consequentemente, falar em Império significava falar, naquele momento, do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e os projetos políticos cogitados para a união dos reinos propunham reformas político-administrativas que permitiam a determinados grupos ampliar sua força política dentro do regime monárquico.³²

²⁹ CARNEIRO DA CUNHA, Pedro Octávio. “Capítulo I: A fundação de um Império liberal” in: HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Tomo II, vol 1, Livro Segundo, 1993, pp. 136-137.

³⁰ CARNEIRO DA CUNHA, *op.cit.*, p. 137-138.

³¹ LYRA, Maria Lourdes Vianna. *A utopia do poderoso Império – Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994, p. 67.

³² Sobre as concepções de Império entre 1772 e 1824 ver: OLIVEIRA, Eduardo Romero de. A ideia de Império e a fundação da Monarquia constitucional no Brasil (Portugal-Brasil, 1772-1824). Rio de Janeiro, revista *Tempo*, nº 18, 2005, pp.53-54.

O primeiro projeto político que propôs expandir a força do Império português e redirecionar a atuação do Estado baseava-se na manutenção do princípio da unidade entre as províncias em torno da monarquia portuguesa, porém com a autonomia do Reino do Brasil e direitos iguais entre este e Portugal. A noção de povo é pensada como nasceu no setecentos português, isto é, o “povo” era a aristocracia local, os cidadãos eram os “homens bons”, os que tivessem posses e títulos, os que não possuíssem manchas na sua ascendência (leia-se os não-judeus), e a representação dos “povos” realizava-se por meio de petições. Esse grupo era formado por nobres e burocratas, como Paulo Fernandes Viana, Fernando Carneiro Leão, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, José Joaquim Carneiro de Campos, Barão de Santo Amaro (José Egídio Álvares de Almeida), Luíz Gonçalves dos Santos, e, um dos seus representantes mais ilustres, José da Silva Lisboa.³³

O segundo projeto, por sua vez, propunha uma organização política concebida como um corpo de cidadãos, na qual é permitida a liberação da esfera pública e a resistência ao poder absoluto do monarca. Este projeto conservava o elo político entre o Reino do Brasil e o de Portugal, mas, como a proposta anterior, consentia a autonomia daquele Reino e direitos iguais aos de Portugal. Entretanto, a autonomia presumia a prioridade do poder legislativo e o fortalecimento do mercado interno. Segundo Cecília H. de Salles Oliveira, estas propostas foram defendidas por fazendeiros, negociantes e membros da Corte do Rio de Janeiro, como Clemente Pereira, Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa, João Alves Silva Porto e Manuel Joaquim Silva Porto.³⁴

A partir da pesquisa realizada por Oliveira, fica claro que os dois projetos políticos admitem uma concepção de cidadania que demarca as verdadeiras condições da participação política, algo que inexistia nas propostas e ideias políticas do setecentos português. Assim, nas primeiras décadas do século XIX, ocorreu um deslocamento na noção de soberania ou poder soberano, que deixou de ser pensado a partir da *pessoa* que encarna o poder – predominante no período pombalino – para estar calcado na incipiente figura do cidadão. Em resumo, começou-se a alterar as concepções sobre a origem do poder, com a introdução do conceito de cidadão.

A diferença entre “cidadão” e “não-cidadão” produzia a desqualificação dos escravos e dos “homens livres e pobres sem ocupação fixa”. Este caráter diferenciado da

³³ OLIVEIRA, Cecília Helena L. de S. *A astúcia liberal – relações de mercado e projetos políticos da Independência (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF/ÍCONE, 1999, p. 127.

³⁴ OLIVEIRA, *op.cit.*, p. 127.

cidadania não se restringia apenas à exclusão dos escravos, dos libertos e da massa reputada “vadia” e “ociosa”, visto que, segundo Oliveira, os mecanismos elitistas permeavam todo o pleito, impondo como este deveria ser realizado.³⁵ Tal concepção tomou corpo na reunião da Assembleia da Província do Rio de Janeiro em 21 de abril de 1821, a qual visava às eleições dos representantes brasileiros nas Cortes de Lisboa e à redação da Constituição Portuguesa.

Os constituintes de 1821 e 1822 consideravam que a soberania deveria ter seu lugar na Nação. Associavam, segundo Márcia Berbel, a soberania do Estado luso-brasileiro à soberania de um corpo de cidadãos. Entretanto, também se defendia a compatibilidade de tais princípios com o da legitimidade dinástica, mesmo ainda não se reportando a uma sociedade de massas. O conjunto de cidadãos que deveria integrar a Nação era formado por súditos de um mesmo rei, e os fundamentos e os ensinamentos para a sua soberania misturavam-se com os princípios da própria nobreza.³⁶

Por certo, para entendermos o processo de Independência do Brasil e a convocação da Assembleia Constituinte devemos voltar ao movimento liberal e constitucionalista português de 1820. Segundo interpretação famosa de Raymundo Faoro,

os sublevados do Porto, no momento ainda sem a solidariedade de Lisboa, juristas e letrados com o estímulo ostensivo dos comerciantes, apoiados pela guarnição local, exigiam uma constituição, capaz de fixar as relações entre cidadãos e o governo, que reproduzisse as linhas mestras da carta espanhola de 1812, restaurada em março de 1820.³⁷

O soberano português, D. João VI, ao tomar conhecimento dos acontecimentos que assombravam a metrópole, convocou as “velhas e anacrônicas” Cortes da monarquia. Elas teriam permissão para apresentar emendas e alterações, “que acharem úteis para o esplendor e prosperidade da monarquia portuguesa”, e, só assim, o soberano português enviaria a sua real sanção, que se daria “segundo os usos, costumes e leis fundamentais da monarquia”.³⁸

Entretanto, a vida das Cortes monárquicas de D. João VI foi efêmera, e elas logo ganharam tons de uma Assembleia Constituinte, que foi denominada de *Cortes*

³⁵ OLIVEIRA, *op.cit.*, pp. 133-134.

³⁶ BERBEL, Márcia R. Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas de 1821-22. São Paulo: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 51, julho 1998, p. 191.

³⁷ FAORO, 2007, p. 170

³⁸ *Idem, Ibidem.*

Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa. Forçado pela pressão ultramarina, D. João VI aderiu às reivindicações das lideranças do movimento revolucionário:

Havendo eu dado todas as providências para ligar a Constituição que se está fazendo em Lisboa com o que é conveniente ao Brasil, e tendo chegado ao meu conhecimento que o maior bem que posso fazer aos meus povos é desde já aprovar essa mesma constituição, e sendo todos os meus cuidados, como é bem constante, procurar-lhes todo descanso, e felicidade: hei por bem desde já aprovar a Constituição, que ali está fazendo recebê-la no meu reino do Brasil, e nos mais domínios da minha Coroa.³⁹

As Cortes Gerais exigiam a volta imediata de D. João VI à Europa para restabelecer os vínculos políticos e constitucionais da nação portuguesa. Concomitantemente, é a primeira vez na história que os brasileiros elegeram e enviaram representantes a uma constituinte. Com a chegada dos deputados brasileiros à nova Casa Legislativa, o clima de tensão advindo do confronto entre propostas distintas de ambos os hemisférios tornou insustentável a ambição lusitana de manter a unidade e integridade do Império português.

Segundo Berbel, as reuniões das Cortes não podem ser vistas como prognóstico ou motivo que levaria à independência da América portuguesa, mas como experiências de manutenção da unidade das diversas partes do Império através da adoção de novos princípios legitimadores.⁴⁰ Outros historiadores, ao contrário, enfatizam que as atitudes das Cortes insistiam em recolonizar o Brasil.⁴¹ Para isso, contavam com a ajuda dos comerciantes portugueses tanto em Portugal como na colônia. Ainda segundo esta última interpretação, as medidas recolonialistas das Cortes Portuguesas e as agitações no Brasil apressaram o processo de desagregação do Reino Unido e o processo de Independência brasileira.⁴²

³⁹ Decreto assegurando a sanção do Rei à constituição que se está elaborando em Portugal (24 fevereiro 1821) in BONAVIDES, P. & AMARAL, R. *Textos Políticos da História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 3 ed., 2002, p. 76.

⁴⁰ BERBEL, Márcia R. Os apelos nacionais nas cortes constituintes de Lisboa (1821/22) in: MALERBA, Jurandir. *A Independência Brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183.

⁴¹ MOTA, Carlos Guilherme (org). *Os Juristas na Formação do Estado-nação Brasileiro. Século XVI a 1850*. São Paulo: Quartier Latin, 2006, p. 91.

⁴² MOTA, *op.cit.*, p. 90; FAORO, *op.cit.*, p. 171; LUSTOSA, Isabel. *As Trapaças da Sorte: ensaios de história política e de história cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004., p. 58; SLEMIAN, Andrea. “Um Império entre Repúblicas? Independência e construção de uma legitimidade para monarquia constitucional no Brasil, 1822-1834” in OLIVEIRA, C. H. de S.; BITTENCOURT, V. L. N.; COSTA, W. P. (orgs). *Soberania e Conflito: configurações do Estado Brasileiro no Século XIX*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010, p. 127.

Em 26 de agosto de 1822, chegou a Lisboa uma nota oficial sobre a convocação da Constituinte no Brasil. Diante desses fatos novos, os paulistas Diogo Feijó, Antônio Carlos, Vergueiro e Silva Bueno solicitaram a anulação de suas representações, visto que “as províncias de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e algumas outras estão em dissidência com Portugal”.⁴³ Todavia, a comissão de constituição afirmava não reconhecer governos dissidente no Brasil. Então, pela primeira vez, segundo Berbel, Antônio Carlos de Andrada advogou a favor da separação dos dois reinos:

Eu não quero por isto fazer mal à união [...]. A opinião de um representante de uma nação pode ser a verdadeira opinião dos povos representados, ou pode ser diversa: pode a maior parte dos deputados do Brasil pensar que é utilíssima a união do Brasil com Portugal, e podem no entanto ver que as províncias não pensam como eles [...]. Se acaso quiserem ser o espelho do espírito dos povos que representam, devem dizer, se os povos não quiserem, não queremos esta união, ainda que eles individualmente a queiram [...]. Mas não creio que se faça mal à união com a separação temporária, muito pelo contrário. Juntos, aqui, somos como inimigos em linha de batalha.⁴⁴

E para explicar os motivos de seu pedido de afastamento das Cortes de Lisboa, Antônio Carlos fez uso da noção de soberania. Para ele, soberania é a “coleção das vontades dos cidadãos de uma nação”, e representação é “a delegação dessa soberania”.⁴⁵ As palavras de Antônio Carlos nos mostram a metamorfose operada na forma de conceber a soberania, que passou por um longo processo de secularização do poder no período pombalino. Neste, a soberania era encarnada por aquele que detinha o poder (o rei ou o seu ministro Marquês de Pombal), e passou a ser entendida, após a Revolução de 1820, como calcada na nação.

1.2 Entre o céu e a terra, a legitimidade imperial

Entre 1822 e 1824, o esforço da elite política brasileira esteve concentrado na tarefa de depositar o poder político do reino independente do Brasil no príncipe-regente D. Pedro. Os adeptos de um projeto de governo constitucional, como José Clemente Pereira e Gonçalves Lêdo, haviam pressionado para que se realizasse a convocação de uma Assembleia Constituinte no Brasil, sendo esta “representada por um número competente de deputados, nomeados por novos eleitores paroquiais eleitos pelo povo

⁴³ Diários das Cortes Constituintes, Sessão de 27 de agosto de 1822 *apud* BERBEL, 2006, p. 202.

⁴⁴ Diário das Cortes Constituintes, sessão de 27 de agosto de 1822 *apud* BERBEL, 2006, p. 203.

⁴⁵ Diário das Cortes Constituinte, sessão de 30 de agosto de 1822 *apud* BERBEL, 2006, p. 203.

com poderes especiais para este fim”.⁴⁶ Os partidários da monarquia soberana, como José Bonifácio de Andrada, defendiam a supremacia do poder político do novo Imperador.⁴⁷ A aclamação de D. Pedro como Imperador do Brasil, em 22 de outubro de 1822, manifestou as divergências entre os dois projetos. No ato da Aclamação, D. Pedro agradeceu o *título* de Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil porque, tendo ouvido o Conselho de Estado e de Procuradores Gerais e examinado as representações das Câmaras de diferentes Províncias, estava convencido que esta era a vontade geral de todas as províncias.⁴⁸ De outro lado, em discurso proferido dias antes, José Clemente Pereira, representando o Senado da Câmara, declarou que “a vontade de todo o Brasil” o havia aclamado para governar o reino, e que “por esta razão e pela importância de suas consequências, deve aparecer à face do mundo inteiro revestido das formalidades solenes que estão reconhecidas por enunciativa da vontade unânime dos povos”.⁴⁹ Nesta visão, a soberania se originava do povo, e seria representada numa assembleia que, em conjunto com o monarca, marcaria os rumos e as normas da nação. A assembleia formulava as leis e tomava as decisões; o monarca as executava. Além

⁴⁶ Fala do Senado da Câmara, redigida por Joaquim Gonçalves Lêdo e lida pelo Presidente José Clemente Pereira a D. Pedro, ao apresentar-lhe a Representação do Povo do Rio de Janeiro, para a convocação de uma Assembleia Geral Constituinte e Legislativa Brasileira, em 23 de maio de 1822 in: ASLAN, N. *Subsídios para uma Biografia de Joaquim Gonçalves Lêdo: Textos e Documentos*. Rio de Janeiro: Editora Maçônica, 1975. 2 v., p. 236. Ver também: *Fala do Conselho de Procuradores Gerais, redigida por Joaquim Gonçalves Lêdo, que a leu ao Príncipe Regente, em 3 de junho de 1822, op.cit.*, p. 243: “A salvação, o decoro do Brasil, e a glória de Vossa Alteza Real instam, urgem e imperiosamente comandam, que Vossa Alteza Real faça convocar com a maior brevidade possível uma assembleia geral de representantes das províncias do Brasil [...] As leis, as constituições, todas as instituições humanas, são feitas para os povos, não os povos para elas. É deste princípio indubitável que devemos partir: as leis formadas na Europa podem fazer a felicidade da Europa, mas não a da América. O sistema europeu não pode, pela eterna razão das coisas, ser o sistema americano; e, sempre que o tentarem, será um estado de coação e de violência, que necessariamente produzirá uma reação terrível”.

⁴⁷ “Seja, pois, Vossa Alteza Real o anjo tutelar de ambos os mundos [Portugal e Brasil]; arrede com a sua sabedoria, força, decisão e franqueza, desprezando todos os remédios paliativos que não curam, mas matam o enfermo; arrede, digo, para sempre o quadro fúnebre das eminentes calamidades que ameaçam o vasto império lusitano; confie-se corajosamente no amor, ternura e fidelidade dos portugueses do Brasil, e mormente dos seus briosos paulistas, que pelo nosso órgão oferecem seus corações para abrigo de V.A.R., seus corpos para escudo, e seus fortes braços para a sua defesa, que por nós juram verter a última gota de seu sangue, e sacrificar todos os seus bens para não verem arrancado do Brasil o seu Príncipe idolatrado, em quem tem posto todas as esperanças da sua verdadeira felicidade, e da sua honra, e brio nacional”. In: ANDRADA, José Bonifácio. *Representações que, a Augusta presença de sua Alteza Real o Príncipe Regente do Brasil, levaram o governo, o Senado da Câmara, e o Clero de São Paulo; por meio de seus respectivos deputados; com o discurso, que, em audiência pública do dia 26 de janeiro de 1822, dirigiu em nome de todos ao mesmo Augusto Senhor, o conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva, Ministro, e Secretário de Estado e Negócios do Reino, e Estrangeiros*, pp. 13-14. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/>.

⁴⁸ Ata da aclamação do Senhor Dom Pedro I, Imperador Constitucional do Brasil, e seu defensor perpétuo in: *Correio Braziliense* de dezembro de 1822, pp. 578-579. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/>.

⁴⁹ Edital pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1822 in: *Correio Braziliense* de dezembro de 1822, p. 582.

disso, estabelecia-se uma igualdade entre a assembleia e o governante, visto que os dois ligavam-se à soberania (denominada popular). Esta posição, segundo Cecília H. de Salles Oliveira, agradava ao grupo fluminense, que aventurava ampliar sua força de mercado e encontrar um lugar legítimo para elaborar tais regras universais para toda a sociedade.

No projeto encabeçado por José Bonifácio, ao contrário, a soberania não estava depositada na *pessoa* do Imperador. O poder real encontrava algumas limitações, todavia não tinha suas atribuições totalmente cerceadas, muito menos dependia ou precisava da aprovação da Assembleia. O monarca não se restringia a executar as deliberações da Assembleia. Na extensão de seu poder, também podia sancionar leis necessárias e implementá-las. Em resumo, as palavras de Clemente Pereira afirmavam o princípio da soberania popular e um governo com ares representativos; o discurso de José Bonifácio e do grupo que cercava D. Pedro, ao contrário, organizavam a prioridade do poder político do Imperador. Ademais, foi este último grupo que compôs o cerimonial de sagração de D. Pedro.

A caracterização detalhada do Imperador sagrado, no sermão de Frei Sampaio, quando do cerimonial de sagração, é importante para observarmos os traços simbólicos do ritual e o modo como a ideia de soberania foi absorvida por parte da elite e permitiu instituir o poder político que D. Pedro recebeu. O jovem imperador é caracterizado, naquele sermão, como “ungido” do Senhor, “seu representante na Terra”, incumbido de “promover a felicidade dos povos” e “sustentar seus direitos invioláveis”:

Ainda há pouco, Senhores, nós o vimos prostrado diante d’Aquele, a quem compete a Soberania como um atributo de sua essência; nós já o devemos considerar como o Ungido do Senhor, respeitável pelas convenções sociais mais antigas, inviolável pela sanção política, e Religioso, como uma pessoa ligada aos interesses da Nação, porque nele temos o defensor da Constituição que nos deve dar uma idade d’ouro [...].⁵⁰

Neste sermão, D. Pedro aparece como “o primeiro ungido do Senhor neste hemisfério austral”, “inviolável pela sanção” e “Defensor da Constituição”: são, de fato, características importantes do novo monarca. O poder político de D. Pedro alicerçou-se na imagem de um governo protetor, pronto para defender os direitos dos povos e promover a felicidade das nações. Por isso, o Imperador é descrito pelo Frei Sampaio

⁵⁰ Sermão, que na cerimônia da Sagração do Nosso Augusto Imperador Constitucional D. Pedro I. Defensor Perpétuo do Brasil, repetiu na capela imperial o Padre Mestre Fr. Francisco de S. Paio, in: *O Regulador Brasileiro*, nº 21, Rio de Janeiro, 1822, p. 311. Disponível em hemerotecadigital.bn.br

como “marchando a sua frente com a tábua da Lei em uma mão e na outra com vara da Justiça”.⁵¹

Como apontou Eduardo de Oliveira, a imagem do monarca com as insígnias simbolizava que ele seria um representante de Deus sobre a terra. Assim, o Imperador se apresentava como um sacerdote, detentor do poder de justiça para fazer valer as liberdades e direitos do seu povo. Ao mesmo tempo, estes direitos repousam nos *direitos das gentes*, ou seja, no *direito natural*. Cruzam-se os direitos naturais dos homens e a ordem universal estabelecida por Deus. Deste modo, proteger os direitos dos povos é também fazer cumprir a Lei suprema decretada pela vontade de Deus. O imperador transitava entre a justiça humana e a divina simultaneamente: como representante divino e como defensor da Constituição, dos direitos e das liberdades da Nação. Assim, o poder político de Dom Pedro alicerçou a sua autoridade nos princípios da razão natural e também da soberania divina, a que todos os homens estavam incondicionalmente sujeitos.⁵²

A ilustração do Imperador como defensor constitucional acumula tanto o caráter de empreendedor dos desígnios divinos, por meio do poder político, como o de representante da vontade dos povos que o elegeram. Com o cerimonial da sagração temos o entrelaçamento entre os princípios religiosos e a justiça terrena. Com isso, o poder do Imperador é caracterizado como supremo, visto que D. Pedro é tido como governante eleito por Deus e ratificado pelo povo.

Com a coroação de D. Pedro I, observamos que foi atribuída ao Imperador uma autoridade que estava acima do julgamento humano e não poderia ser questionada pela Assembleia Constituinte. A realização do ritual da sagração assegurava o poder político como uma dimensão superior, cuja autoridade e obediência eram absolutas. Por isso, a convocação e os trabalhos da Assembleia Constituinte não deveriam colocar em dúvida este fundamento imperial do poder político.

De fato, não se deu a vitória de um projeto político – particularmente o elaborado por José Bonifácio e os próximos do Imperador – sobre o outro – o do governo constitucional, proposto por Gonçalves Lêdo e Clemente Pereira –, visto que

⁵¹ Sermão que, na cerimônia da Sagração do Nosso Augusto Imperador Constitucional D. Pedro I. Defensor Perpétuo do Brasil, repetiu na capela imperial o Padre Mestre Fr. Francisco de S. Paio, in: O Regulador Brasileiro, nº 21, Rio de Janeiro, 1822, pp. 310, 311 e 327. É importante ressaltar que a Constituição do Império só viria a ser redigida posteriormente.

⁵² OLIVEIRA, Eduardo Romero de. A ideia de Império e a fundação da Monarquia constitucional no Brasil (Portugal-Brasil, 1772-1824). Rio de Janeiro, revista *Tempo*, nº 18, 2005, pp.53-54.

D. Pedro convocou uma Assembleia Constituinte para elaborar a constituição do reino independente. As reuniões da Assembleia, no decorrer do ano de 1823, formularam os termos jurídicos sobre os quais repousaria a nova sociedade e delimitariam os poderes políticos, inclusive os do Imperador. Foi necessário aceitar a liberdade política dentro do novo governo, mas organizá-la com o princípio de um poder supremo, depositado na *pessoa* do monarca.

1.3 1823: o ímpeto constitucionalista

Se nos pedissem um resumo dos seis meses de existência da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império Brasileiro, poderíamos nos limitar a algumas frases sem nenhum esplendor: o príncipe-regente, o Sr. Pedro I, convocou, em junho de 1822, uma Assembleia Constituinte incumbida de elaborar uma Constituição. Entretanto, o risco de uma Constituinte era o de apropriar-se, como de fato defenderam alguns deputados, da encarnação da soberania nacional, sobrepondo-se ao Príncipe. Consciente dos rumos dos debates parlamentares e zeloso dos interesses do povo brasileiro, Pedro I decidiu, para o bem geral de todos, dissolver a Assembleia.

Na história da Assembleia de 1823, à primeira vista, um Príncipe a convocou, um Príncipe a dissolveu. A composição dramática da peça tem início no mesmo palco – entre o Paço da Assembleia, onde estava sediada a Assembleia; o Paço da Imperial Quinta de São Cristóvão, a residência da família real; e as ruas brasileiras inebriadas por jornais pró ou contra o imperador – e com o mesmo grupo teatral: um Imperador, os deputados, jornais e panfletos e, o mais importante, uma Constituição a se fazer.

1.3.1 A Assembleia entre os festejos e o “terror público”

Era início de maio. A cidade do Rio de Janeiro amanheceu decorada com cortinas de seda das mais diversas cores, as ruas estavam cobertas de flores e folhas perfumadas, as portas e as janelas das casas adornadas com diferentes veludos e damascos que, segundo o redator do Jornal *Diário do Governo*, “juntamente com o ondeamento e variedade de sedas, e plumas da maior parte das senhoras mais distintas,

que ocupavam aquelas janelas, ofereciam à vista um matiz delicioso”.⁵³ Chegou o dia, exaltava o *Diário*, “em que reunida a nossa Assembleia Geral Legislativa e Constituinte legitimamente convocada, deve principiar os seus trabalhos, de que tantos bens se esperam para este Império”.⁵⁴ De forma mais veemente, lia-se no Jornal *O Espelho*, “o dia suspirado, objeto dos desejos e dos votos dos Brasileiros, confusão e desespero de seus inimigos. Emudeceu a calúnia, correu-se a impostura, folgou a probidade, e a verdade ostentou com todo o garbo seu brilho inextinguível nas mais remotas idades”.⁵⁵

No Paço da Assembleia, esperavam os primeiros mandatários do povo brasileiro, na manhã de 3 de maio de 1823, a chegada de Sua Majestade, o Imperador. Aproximadamente às onze horas e quinze minutos, os canhões deram cento e uma salvas, anunciando a saída de D. Pedro do Paço de São Cristovão. Entretanto, apenas depois da meia hora do meio dia chegou à Assembleia a notícia da aproximação do cortejo real. Ao tomar conhecimento da informação, o Sr. Presidente, Bispo Capelão Mor, fez sair a deputação destinada para receber o Imperador na porta do edifício. Eram doze deputados: Diogo Duarte da Silva, José Bonifácio de Andrada e Silva, Francisco das Chagas Santos, Belchior Pinheiro de Oliveira, Jacinto Furtado de Mendonça, Barão de Santo Amaro, Manuel Pinto Ribeiro Sampaio, Bernardo José da Gama, Inácio Acioli de Vasconcelos, Augusto Xavier de Carvalho, João Antônio Rodrigues de Carvalho e Antônio Luís Pereira da Cunha. À porta da sala estavam o secretário França e o suplente do secretário, Araújo Viana, futuro Marquês de Sapucaí.⁵⁶

Inaugurava-se oficialmente o regime constitucional no Brasil. Fundava-se a vida parlamentar brasileira e os membros da Assembleia Constituinte sabiam a responsabilidade de serem os artífices do pacto constitucional do novo Império. Inúmeras são as ocasiões, ao longo dos seis meses de vigência da Constituinte, em que podemos perceber o comprometimento, muitas vezes apaixonado, dos deputados com a

⁵³ Jornal *Império do Brasil: Diário do Governo*, nº 100, 05 de maio de 1823, p. 480. Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Até 02 de janeiro de 1823, o *Diário do Governo* se chamava *Gazeta do Rio de Janeiro*. Depois de 20 de maio de 1824 passou a se chamar *Diário Fluminense*. Para informações mais detalhadas acerca deste e outros jornais do período entre 1821 e 1823 consultar: LUSTOSA, Isabel. *A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁵⁴ Jornal *Império do Brasil: Diário do Governo*, nº 100, 05 de maio de 1823, p. 480.

⁵⁵ Jornal *O Espelho*, nº 153, 06 de maio de 1823. Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/>. O jornal circulou no Rio de Janeiro entre 1º de outubro de 1821 e 27 de junho de 1823. O *Espelho* funcionava como um jornal semi-oficial, editado por Manuel de Araújo Ferreira Guimarães.

⁵⁶ Ver: BRASIL. Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa (1823). *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. Tomo I. Sessão de 3 de maio de 1823, p. 15. Jornais *Império do Brasil: Diário do Governo*, 05 de maio de 1823 e *O Espelho*, 06 de maio de 1823.

tarifa que assumiram perante a Nação: “Que demanda o bem real do Brasil?”, perguntou Antônio Carlos. O mesmo deputado respondeu: “o amor do Brasil, [...] foi o primeiro [sentimento] que me animou, assim que me abrolhou a razão, assim que me palpitou o coração, este sentimento, que será o último, que abandone a minha moribunda máquina, ditará as regras do meu discurso”.⁵⁷ Sentimento este compartilhado pelo Pe. Henriques de Rezende, que energicamente protestou com toda a sua franqueza que “arrostaria todos os perigos” e nada o faria “afrouxar em defender os interesses da Nação à custa mesmo do próprio sangue”.⁵⁸

Em contraste com o ar festivo que embebia a todos na capital do Império, o jornal *Guarita de Pernambuco* começou o número de 03 de maio de 1823 definindo terror público:

A palavra terror público, que é o que tratamos aqui, significa um medo horrível que se apodera de qualquer povo por meio de procedimentos cruéis e perseguições do Governo, ou seja por via de continuadas vexações arbitrárias, de pancadas, cadeias, ferros, etc., ou seja por via de devassas, pesquisas por meio de espias, denúncias, deportações ou degredos, cartas em branco, assassinatos clandestinos, etc. Essa ideia e admissão do terrorismo procede sempre de maldade do Governo ou Ministério, seu despotismo e tirania.⁵⁹

Todo esse número se organiza num assustador libelo contra as perseguições fomentadas pelo Governo no Rio de Janeiro.⁶⁰ Segundo o redator do jornal citado, a Corte estava em um “estado violento e lastimoso”:

É pois esta arma funesta, isto é os espias, quem fere e faz estragos no Rio de Janeiro, perseguindo-se a gente honrada e os cidadãos liberais debaixo do nome de Republicanos ou Carbonários. Que triste sorte do Brasil! É neste sistema que o cidadão honesto anda mudo e solitário como em terras estranhas, e não acha asilo seguro em sua própria casa.⁶¹

⁵⁷ Deputado Antônio Carlos Andrada Machado, DAC, sessão 21 de maio de 1823, p. 93.

⁵⁸ Deputado Henriques de Resende, DAC, sessão 22 de maio de 1823, p.103.

⁵⁹ Jornal *Guarita de Pernambuco: Sentinela da Liberdade*, nº 9, 03 de maio de 1823. Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/>

⁶⁰ “A pressão do grupo liderado por Gonçalves Lêdo, no sentido de fazer com que o Imperador, no dia da sua Aclamação, 12 de outubro, jurasse a constituição que a Assembleia iria fazer, alimentou o clima de hostilidade. José Bonifácio aproveitou o mal-estar provocado por artigo do jornalista João Soares Lisboa, amigo de Lêdo, para acusar, a este grupo, de conspiração republicana. Diante da hesitação de D. Pedro, José Bonifácio pediu demissão do Ministério. Voltaria, dois dias depois, com poderes ainda mais aumentados, atendendo a pedido do Imperador, abrindo imediatamente a devassa que passou à história com o nome de *Bonifácia*. Por meio dele e de prisões e exílios, eliminou da cena política o grupo liderado por Gonçalves Lêdo” in: LUSTOSA, Isabel. *Trapaças da Sorte: ensaios de história política e história cultural*, p. 63.

⁶¹ Jornal *Guarita de Pernambuco: Sentinela da Liberdade*, nº 9, 03 de maio de 1823. Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Poucos dias antes, em 26 de abril, o mesmo jornal, *Guarita de Pernambuco*, transcreveu uma carta de um leitor contra os portugueses. Anunciou ataques lusitanos no Piauí, Maranhão e Bahia, “o nosso porto está bloqueado, nós temos o nome de insurgentes; uma esquadra de Portugal com 1.500 homens chegou a Bahia; as traições para nos dominarem são claras, tudo isso são fatos”. E concluiu, exigindo providências contra Portugal: “estamos em guerra aberta”.⁶²

No mesmo compasso, indagou Cipriano Barata em carta intitulada *Proclamação aos Baianos*: “Valorosos Baianos! Até quando haveis de ter erguidos esses valorosos braços? Que esperais para descarregar o fatal golpe sobre os cruentos traidores Portugueses?” Estes, continuou Barata, “são vossos essenciais inimigos, esses tigres sedentos, de sangue Brasileiro tem perdido todos os foros da humanidade. Olhai bem: refleti na ingratidão dos abomináveis celerados de Portugal [...]; eles vos querem meter em ferros.” Por fim, exortou: “Rompei, Baianos, ensopai a terra no sangue dos tiranos Portugueses; perderam-se para sempre os momentos de reconciliação [...]; nada mais resta senão sacrificar as cabeças desses monstros aos Deuses Infernais”.⁶³

Em panfleto que circulou na Bahia no início de maio de 1823, a província é descrita como “revolucionada”, “em perfeito estado de sítio” e a única solução para salvar a Nação é, nas palavras do seu autor, “fazer voltar à ordem todos os lugares insurgidos, e tendo [...] em vista as instruções, de [...] El Rei o Senhor D. João 6º [...], hei por declarado esta mesma Cidade como Praça de Guerra bloqueada, e sitiada como com efeito está”.⁶⁴

Em princípios de 1823, a Bahia estava imersa no complicado cenário de lutas políticas. Diversas vilas se mobilizaram para reconhecer a mudança geopolítica do poder na figura do príncipe regente; outras, ao contrário, mantiveram o antigo compromisso político com Portugal. Assim, o tablado político baiano parecia organizado pelas disputas entre aqueles que apoiavam o governo do coronel Ignácio Luiz Madeira de Mello, reunidos principalmente em Salvador, e aqueles que, não considerando sua autoridade como legítima, preferiam seguir as coordenadas do Rio de Janeiro.

⁶² Jornal *Guarita de Pernambuco: Sentinela da Liberdade*, nº 7, 26 de abril de 1823.

⁶³ BARATA, Cipriano. Proclamação aos Baianos in: Jornal *O Espelho*, nº 154, 09 de maio de 1823.

⁶⁴ Panfleto IGNÁCIO LUIS MADEIRA DE MELLO, 09 de maio de 1823 in: *À Armas, Cidadãos! Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823)*. Organização, transcrição, introdução e notas José Murilo de Carvalho, Lúcia Bastos, Marcelo Basile. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, pp. 96-97.

Nessa época, costumava-se parodiar formas religiosas, para atingir um público mais amplo. Um exemplo é o folheto *Sinal da Cruz*, que diz que todos os brasileiros deveriam “rezar” até a expulsão do coronel Madeira:

Baianos! Se aos pés-de-chumbo
 Deveis uma boa coisa,
 A vitória será nossa
 PELO SINAL
 Fazei-lhes, pois, todo o mal
 Fazei-lhes cruenta guerra,
 Para que deixem a terra
 DA SANTA CRUZ
 O Madeira, esse lapuz,
 Não escape pela malha;
 E de toda essa canalha
 LIVRE-NOS DEUS
 Sejam por vós, eles e os seus,
 Todos feitos em poeira,
 Assim o permite, e queira
 NOSSO SENHOR
 Ele vos infunda valor
 Para que fiquem em cacos
 Por um cento de macacos
 DOS NOSSOS
 Baianos, moei-lhe os ossos
 Em viva guerra sem pausa
 Porque são da nossa causa
 INIMIGOS
 Vede que os falsos artigos,
 Que o Congresso feito tem
 Por gosto de lá não vem
 EM NOME DO PAI
 O que sobre vós recai
 E que vos esfola a pele
 Nada é por voto dele
 E DO FILHO
 Assim neles de cadilho
 Procurar vingar o insulto
 Com o flagelo do vulto
 E DO ESPÍRITO
 Que quando com valor fito
 Estrangulareis os vis
 Ficará vosso país
 SANTO
 Assim queira, Deus, portanto
 Que o Diabo é um flagelo
 Deve o Madeira de Melo
 AMÉM, JESUS.⁶⁵

⁶⁵ Sinal da Cruz, com que todo fiel Christão Brasileiro deve benzer-se todos os dias, logo que acordar do somno, enquanto não for expelido da Bahia o Madeira, e seus sequazes. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1823 in: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: cultura e política (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003, pp. 42-43.

O clima no Maranhão não era muito diferente do que foi descrito na Bahia. São Luís recusava adesão ao príncipe regente e reiterava sua lealdade às Cortes de Lisboa. O Pará sempre foi historicamente mais ligado a Lisboa do que ao centro político do Brasil. O transporte marítimo era mais rápido para a Europa do que para o Rio de Janeiro ou Salvador e, além disso, não existiam estradas que a ligassem as outras regiões. Assim, tal como São Luís e Salvador, Belém não aderiu à causa do Brasil imediatamente.

O cenário político brasileiro foi percebido na Assembleia Constituinte na sessão de 09 de maio, depois de um breve comentário sobre o futuro projeto de anistia. O deputado José da Cruz Gouvea, eleito pela Paraíba, assim relatou as condições de algumas províncias:

Sr. Presidente, as Províncias do Norte estão em desordem como a todos é notório [...] o Rio Grande acha-se governado pelo presidente Manoel Pinto, um Secretário, [palavra ilegível] Deputado Comandante Antônio Germano, como se vê das representações do Povo de Porto Alegre. A Paraíba, que unanimemente aderiu à causa do Brasil, já mandando para aqui seu procurador, e deputados, já enviando tropas para a Bahia, já guarnecendo suas praias como luzidos batalhões dos filhos dos lavradores que voluntariamente se oferecem para rebater as baionetas europeias que a ameaçam, não está em sossego [...]. A Paraíba não fez baderna, ela não quer mercês, só quer uma constituição liberal. Pernambuco acaba agora de dar uma amostra da cena de São Domingos; e Alagoas goza de pouco sossego [...]. Sr. Presidente, esta assembleia é o termômetro onde os povos observam todos os dias a altura da sua felicidade futura.⁶⁶

O ambiente geral do período pode ser resumido pelas indagações, em agosto de 1823, do Jornal *Correio do Rio de Janeiro*:

Por tudo quanto há de mais sagrado [...], será certo que o Brasil vai ser dilacerado por violenta e civil guerra? Será inevitável no Brasil a repetição das sanguinosas cenas que se tem repetido em todo o Continente Americano sem excetuar o mesmo Brasil? Será de matemática evidência, ou tão exato como o problema de Euclides, que a Liberdade, e Independência, da América não pode verificar-se de fato sem sacrifício de milhares de vítimas?⁶⁷

Revela-se, no contexto político da época, e sobretudo nos motins, a necessidade de organizar o Estado que surgia, isto é, de estabelecer uma ordem pública mesmo que acarretasse o uso da violência e da repressão para anexar as províncias rebeladas à causa

⁶⁶Deputado Cruz Gouvea, DAC, sessão 09 de maio de 1823, p. 46. José da Cruz Gouvêa é natural da Paraíba. Participou da Insurreição de 1817, escapando da prisão, exilando-se na Inglaterra até 1821. Foi deputado à 1.ª Assembleia Constituinte, pela Paraíba, em 1823.

⁶⁷ Jornal *Correio do Rio de Janeiro*, nº 5, 06 de agosto de 1823. Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/>

do Brasil. A adesão ao Imperador implicou, por conseguinte, o emprego da violência, enquanto manutenção do território e sobretudo formação do estado nacional.⁶⁸

1.3.2 A convocação: “uma Assembleia para assegurar a felicidade do Brasil”

Ao longo de 1823, enquanto as províncias separatistas iam sendo incorporadas ao Império, representantes das outras províncias foram nomeados para participar de uma Assembleia que tomaria para si a tarefa de elaborar uma constituição para o Brasil.

Antes mesmo da separação formal com Portugal D. Pedro havia convocado uma Assembleia Geral Constituinte e Legislativa.⁶⁹ Nesse sentido, o alicerce da convocação da Constituinte não está em um processo de revolução; ao contrário, o príncipe regente tentava lançar as bases da transição de poder e, com isso, evitar a ruptura abrupta com o governo português. Ao mesmo tempo, ensaiava arquitetar um projeto de Brasil com a centralização do poder no novo centro geopolítico do país independente – a Corte do Rio de Janeiro –, apoiado pela camada composta por grandes comerciantes, negociantes, traficantes de escravos e fiscalizadores das navegações de cabotagem, que enxergaram uma circunstância singular para expansão da sua base material de existência.⁷⁰

Em 03 de junho de 1822, D. Pedro convocava a Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa. No decreto se escrevia que “para a manutenção da integridade da Monarquia Portuguesa, e justo decoro do Brasil”, era convocada uma Assembleia Luso-brasiliense, “que investida daquela porção de soberania, que essencialmente reside no povo deste grande, e riquíssimo continente, constitua as bases sobre que se devam erigir a sua independência”. E complementava afirmando que o objetivo era o “assegurar a felicidade deste reino, manter uma justa igualdade de direito entre ele e o de Portugal, sem perturbar a paz, que tanto convém a ambos, e tão própria é de povos irmãos”.⁷¹

⁶⁸ Ver SOUZA, Iara Lis F. S. C. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 167.

⁶⁹ A Assembleia foi denominada “constituinte e legislativa” porque atuou como constituinte (para elaborar a Constituição do Império) e como câmara de legislação ordinária (para legislar enquanto a constituição era elaborada e debatida pelos parlamentares).

⁷⁰ Ver SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo G. *O “nascimento político” do Brasil: as origens do Estado e da Nação (1808-1825)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

⁷¹ Convocação de uma Assembleia Geral Constituinte e Legislativa – decreto do Príncipe Regente (3 junho 1822) in: BONAVIDES, P. & AMARAL, R. *Textos Políticos da História do Brasil*. Brasília: Editora do Senado Federal, 3ª ed., vol VIII: Constitucionalismo, 2002, p. 123.

No mesmo mês, José Bonifácio de Andrada assinou as instruções para a eleição dos constituintes, servindo-se das informações do censo levantado em 1819, conforme a tabela abaixo:

Estimativa da população por condição civil, segundo as províncias – 1819			
Províncias	Estimativas da população		
	Total	Condição civil	
		Livres	Escravos
Amazonas	19.350	13.310	6.040
Pará	123.901	90.901	33.000
Maranhão	200.000	66.668	133.332
Piauí	61.226	48.821	12.405
Ceará	201.170	145.731	55.439
Rio Grande do Norte	70.921	61.812	9.109
Paraíba	96.448	79.725	16.723
Pernambuco	368.465	270.832	97.633
Alagoas	111.973	42.879	69.094
Sergipe	114.996	88.783	26.213
Bahia	477.912	330.649	147.263
Minas Gerais	631.885	463.342	168.543
Espírito Santo	72.845	52.573	29.272
Rio de Janeiro (e Corte)	510.000	363.940	146.060
São Paulo	238.323	160.656	77.667
Paraná	59.942	49.751	10.191
Santa Catarina	44.031	34.859	9.172
Rio Grande do Sul	92.180	63.927	28.253

Mato Grosso	37.396	22.216	14.180
Goiás	63.168	36.368	26.800

Fonte: *Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*/ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2ª ed, V. 3 de séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 31.

A representação para a Assembleia Constituinte aumentou em relação às deputações das províncias que haviam mandado deputados às Cortes de Lisboa.⁷² A bancada do Rio de Janeiro, aponta José Honório Rodrigues, era formada por oito deputados: nenhum carioca; 2 mineiros, 1 paulista, 1 catarinense, 3 baianos e 1 português. Entretanto, é desta bancada algumas das grandes figuras da Constituinte; entre elas, José Joaquim Carneiro de Campos, o futuro Marquês de Caravelas, José Egídio Álvares de Almeida, Barão de Santo Amaro, e Manoel Jacinto Nogueira da Gama. A representação da província de São Paulo contava com nomes importantes da Assembleia, como José Bonifácio de Andrada, Antônio Carlos de Andrada Machado, Francisco de Paula Sousa e Mello e Antônio Manuel da Silva Bueno. Por Pernambuco, temos o historiador da revolução de 1817, Muniz Tavares, o Pe. Venâncio Henriques de Resende e Pedro de Araújo Lima, futuro Marquês de Olinda. Na bancada mineira, a mais numerosa, alguns nomes se destacaram, como Manuel Ferreira da Câmara e João Severiano Maciel da Costa. Da representação baiana, também podemos destacar a presença de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu; José da Costa Carvalho, Marquês de Monte Alegre e futuro membro da Regência Permanente; e o jovem Francisco Acaiaba Montezuma, sempre combativo na arena parlamentar.

Segundo as *Instruções*, o eleitor deveria ser “homem probo e honrado, de bom entendimento sem nenhuma sombra de suspeita e inimizade à causa do Brasil e de decente subsistência por emprego, ou indústria, ou bens”. A escolha dos representantes se processaria de forma indireta, isto é, em dois graus. A primeira, realizada nas paróquias (distritos administrativos e eclesiásticos das vilas e cidades), deveria determinar os eleitores provinciais; dela poderiam participar todos os homens livres com mais de 20 anos, residente há pelo menos um ano no distrito de votação. Apesar de

⁷² Ver José Honório Rodrigues, *A Assembleia Constituinte de 1823*, p. 26: “O Rio de Janeiro passava de 5 para 8; Pernambuco, de 8 para 13; São Paulo, de 7 para 9; Minas Gerais, de 14 para 20; o Rio Grande do Sul, de 2 para 4; Goiás, de 1 para 2; Ceará, de 5 para 8; Rio Grande do Norte, de 1 para 2; Paraíba, de 4 para 5; Santa Catarina permanecia com 1; Mato Grosso aparecia pela primeira vez com 1, e o Rio Negro desaparecia. A Bahia, Maranhão e o Pará só mais tarde se fariam representar”.

não existir a obrigação da alfabetização, as eleições primárias excluía, além dos escravos, os homens livres sem emprego regular, os estrangeiros, os eclesiásticos, e muitas pessoas que trabalhavam na prestação de serviços e no comércio, devido à restrição de salários e soldos. Nas eleições de primeiro grau não era exigida qualificação ou registro. Apenas os eleitores que seriam escolhidos pelo povo, os denominados eleitores de paróquia, que podiam escolher os representantes, deveriam possuir o necessário diploma, uma cópia da ata das eleições. O censo eleitoral era realizado pelo pároco e afixado à porta da igreja; assim, calculava-se o número de eleitores de paróquia a serem eleitos pelo povo. No dia marcado para as eleições paroquiais, o pároco celebrava missa solene do Espírito Santo. Terminada a cerimônia religiosa “o presidente [da assembleia eleitoral, que era o presidente da Câmara], o pároco e o povo se dirigirão às casas do conselho [...] e tomando os ditos presidente e pároco assento à cabeceira de uma mesa” se formará a mesa ou junta paroquial e começará o recebimento das listas ou cédulas. De acordo com as *Instruções*:

Estas deverão conter tantos nomes, quantos são os eleitores, que têm de dar aquela freguesia; serão assinados pelos votantes e reconhecida a identidade do pároco. Os que não souberem escrever, chegar-se-ão à mesa e para evitar fraudes, dirão ao secretário os nomes daqueles em que votam: este formará a lista competente, que depois de lida será assinada pelo votante com uma cruz, declarando o secretário ser aquele o sinal de que usa tal indivíduo. (cap. II, art. 5)⁷³

O direito de eleger os deputados, por sua vez, estava circunscrito aos homens livres, maiores de 25 anos, com domicílio fixo há mais de quatro anos, desde que possuíssem decente subsistência e “nenhuma sombra de suspeita e inimizade à causa do Brasil”.

Ainda mais limitados eram os atributos para ser eleito deputado: deveria ser natural do Brasil, ou de qualquer outra parte da Monarquia Portuguesa, ter doze anos de residência no Brasil, e, sendo estrangeiro, que possuir doze anos de estabelecimento no Brasil, com família além dos da sua naturalização, e reunir “reconhecidas virtudes, verdadeiro patriotismo e decidido zelo pela causa do Brasil”.⁷⁴

⁷³ BONAVIDES, P. & AMARAL, R. *op.cit.*, p. 124-125.

⁷⁴ Diz as Instruções para a eleição dos deputados à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa (19 junho 1822): “Capítulo I: Das eleições. Parágrafo 2. Os eleitores que hão de nomear os deputados serão escolhidos diretamente pelo povo de cada uma das freguesias [...]. Parágrafo 5. Toda a povoação ou freguesia, que tiver até cem fogos [moradias] dará um eleitor; não chegando a duzentos, porém, passar de cento e oitenta dará dois; não chegando a trezentos e passar de duzentos e cinquenta, dará três, e assim progressivamente [...]. Parágrafo 7. Tem direito de votar nas eleições paroquiais todo cidadão casado e

Não se exigia do votante qualquer documento de identificação, nem de qualificação, apenas era necessário que comprovasse a sua renda. O voto era vetado aos não-proprietários, conquanto se ampliasse o direito ao voto às camadas mais altas da sociedade, mesmo que esses eleitores fossem analfabetos.

O governo da regência não levou em conta o critério da proporcionalidade entre a população provincial e o número de deputados, pois, segundo as *Instruções*, “a necessidade da mais breve instalação da Assembleia obste a que se espere por novos e mais bem formados censos, não devendo merecer atenção por inexatos todos os que existem”. A tabela abaixo demonstra como foram distribuídos os deputados por província:

Composição da Assembleia Constituinte de 1823, por província e região				
Regiões e Província	Cadeiras propostas	Cadeiras ocupadas	Suplentes	Deputados não-substituídos
CENTRO-SUL				
Rio de Janeiro	8	8	2	-
Cisplatina	2	-	-	-
Espírito Santo	1	1	-	-
São Paulo	9	9	3	-
Minas Gerais	20	20	4	-
Mato Grosso	1	1	-	-
Santa Catarina	1	1	-	-
Goiás	2	1	-	1
Rio Grande do Sul	3	4	-	-
Subtotal da região	46	45	9	1
NORTE-NORDESTE				
Ceará	8	7	-	1
Paraíba	5	4	-	1

todo aquele que tiver de vinte anos para cima, sendo solteiro e não for filho de famílias. Devem, porém, todos os votantes ter pelo menos um ano de residência na freguesia onde derem seu voto.” Serão excluídos do voto todos aqueles que recebem salários ou soldadas, religiosos regulares, estrangeiros não naturalizados e criminosos. *in*: BONAVIDES, P. & AMARAL, R. *op.cit.*, p. 125-126.

Pernambuco	13	12	2	1
Maranhão	4	-	-	-
Pará	3	-	-	-
Alagoas	5	4	0	1
Rio Grande do Norte	1	1	1	-
Piauí	1	-	-	-
Bahia	13	11	3	1
Subtotal da região	53	39	5	4
Total	100	84	15	5

Fonte: inventário do arquivo da assembleia geral constituinte e legislativa do Império do Brasil – 1823. Brasília: Câmara dos deputados/coordenação de publicações, 1987, p. 43 in: SLEMIAN & PIMENTA. *O “nascimento político” do Brasil: as origens do Estado e da Nação (1808-1825)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 99.

Assim, uma das províncias mais populosas, como a Bahia, com 477.912 habitantes, contava com treze cadeiras, o mesmo número de Pernambuco que possuía população um pouco inferior a 368.465 habitantes. Minas Gerais, com 631.885 habitantes, poderia eleger vinte deputados; São Paulo com 238.323 habitantes, nove; e o Rio de Janeiro com 510.000 habitantes, isto é, o dobro da população de São Paulo, apenas oito.⁷⁵

A instabilidade da situação política e militar impediu a realização das eleições para membros da Assembleia Constituinte de 1823 na Cisplatina, Piauí, Maranhão e Pará. A Bahia conseguiu eleger onze deputados, ficando impedida de completar a sua representação porque Salvador encontrava-se ocupada pelas tropas do General Madeira. Entretanto, dos 89 deputados que deveriam tomar assento na Assembleia, 5 não assumiram seus postos nem foram substituídos, fato este que reduziu o escopo da Constituinte ao total de 84 deputados.

Ponderando as dificuldades de se realizarem eleições em um país nas dimensões do Brasil, e agitado por contextos políticos bastante diferenciados, determinou-se que

⁷⁵ Ver: MOTTA, Ronaldo Serôa da; VERSIANI, Flávio Rabelo; SUZIGAN, Wilson (coord.). *Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 31.

para se instalar a Assembleia bastaria que estivessem reunidos 51 deputados, isto é, a metade mais um dos representantes. “Os outros [tomariam] nela assento à proporção que fossem chegando”.⁷⁶ Denota-se, assim, na própria composição da Assembleia Constituinte, a dimensão conflituosa da formação do Estado brasileiro.

Uma vez fixada as devidas eleições provinciais para a Assembleia Geral e Constituinte de 1823, resta-nos indagar sobre quem caberia participar da esfera capaz de deliberar e projetar o futuro da jovem nação brasileira. Quem eram os membros dessa Assembleia, convocada e eleita para dar ao país uma Constituição?

1.3.3 A Assembleia vista de dentro

Não obstante a elite imperial brasileira ser, segundo estudo de José Murilo de Carvalho, homogeneamente educada em termos de ideologia e de treinamento, ao menos no seu núcleo principal, pois grande parte dos jovens brasileiros, entre a segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, buscava instrução na metrópole, é importante desenhar o panorama geral que caracteriza os principais atores do jogo político. Não faremos uma análise de todos os componentes da elite brasileira; pretendemos traçar uma noção dos espaços de formação – acadêmico, científico, profissional e político de uma parcela representativa dessa elite. Devido à temática do trabalho, optamos por elaborar um recorte da elite: os oitenta e quatro deputados que tomaram assento em 1823 para a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Como ressaltou José Murilo de Carvalho, é necessário reconhecer a importância do papel das elites para a construção do Estado brasileiro nos primeiros anos da década de 1820, o que não significa aceitar que apenas o estudo sobre a composição e atuação delas explique todo o processo político.⁷⁷

Para a análise da formação dos membros da Assembleia Constituinte de 1823, os dados disponibilizados pela documentação são quase sempre insatisfatórios, principalmente os que se referem aos indivíduos que não ocuparam lugar de destaque na vida política e social da época. Este fato ficou claro quando tentamos traçar o perfil dos religiosos da Assembleia; em muitos casos não encontramos a data de nascimento ou o ano em que iniciaram os estudos no seminário, etc, com alguns militares tivemos o

⁷⁶ BONAVIDES, P. & AMARAL, R. *op.cit.*, p.131.

⁷⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 2006

mesmo problema.⁷⁸ Por isso, nos debruçaremos apenas na formação acadêmica deste recorte da elite política. Os resultados obtidos foram resumidos no quadro abaixo:

DEPUTADOS (1823) QUE ESTUDARAM EM COIMBRA, POR PROVÍNCIA			
Província	Nº de Representantes	Nº de Formados em Coimbra	%
CENTRO-SUL			
Rio de Janeiro	8	8	100
Espírito Santo	1	1	100
São Paulo	10	8	80
Minas Gerais	20	14	70
Mato Grosso	1	0	0
Santa Catarina	1	0	0
Goiás	1	0	0
Rio Grande do Sul	3	2	66,6
Subtotal da região	45	33	73,3
NORTE-NORDESTE			
Ceará	7	1	14,2
Paraíba	4	1	25
Pernambuco	12	5	41,6
Alagoas	4	2	50
Rio Grande do Norte	1	1	100
Bahia	11	9	81,8
Subtotal da região	39	19	48,7
Total	84	52	61,9

⁷⁸ Apesar de fornecer informações restritas sobre os parlamentares, compomos os dados sobre a formação acadêmica e política dos parlamentares a partir do livro *Parlamentares do Império*, organizado por Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo, publicado pela editora do senado federal em 1973. Também usamos os dados disponíveis na sessão *A História da Câmara dos Deputados* em <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia>

Verifica-se que nas províncias de maior importância, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Bahia, a maioria de seus representantes eram egressos de Coimbra, com exceção do Espírito Santo e do Rio Grande do Norte, devido ao universo restrito de seus representantes. Deve-se destacar também a preponderância de “coimbrãos” entre os deputados do centro-sul, em oposição aos deputados do eixo norte-nordeste com uma formação mais heterogênea. Dentre os 52 constituintes formados em Coimbra, 44 frequentaram o curso jurídico, ou seja, 84% do total formado naquela universidade. Em segundo lugar, três optaram pela medicina, três pela filosofia e, por fim, dois pelas ciências naturais. Os parlamentares, em sua maioria, inclinavam-se pela formação e ocupação de cargos jurídicos, tão logo apareciam. Entretanto, como veremos no quadro a seguir, esta unidade em torno do grupo coimbrão era atenuada por outros componentes presentes na Constituinte:

FORMAÇÃO DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1823, POR REGIÃO						
	Jurídica	Ciências Exatas	Militar	Médica	Religiosa	Sem formação
Centro-Sul	25	3	6	2	6	1
Norte-Nordeste	16	2	5	1	11	1
Total	41	5	11	3	17	2

O ponto importante da tabela é, sem dúvida, o que José Murilo de Carvalho chamou de “síndrome educação superior/educação jurídica em Coimbra”, que, segundo o historiador, concedeu à elite política da primeira metade do século XIX homogeneidade ideológica e de treinamento necessária para execução da tarefa de construção do poder nas circunstâncias históricas nas quais o Brasil estava inserido.⁷⁹ Coimbra foi especialmente eficiente em impedir o contato dos seus estudantes com as ideias oriundas da Revolução Francesa, visto que o paradoxal Iluminismo português, corporificado na pessoa do Marquês de Pombal, pretendeu, nas palavras de Ribeiro Sanches, “civilizar a nação e ao mesmo tempo, escravizá-la”. Isto é, de um lado o Marquês tinha em mente reformar o ensino lusitano, reestruturando faculdades, programas, métodos de estudos, livros e edifícios da Universidade de Coimbra; por outro lado, não desejava que as mentes assim apuradas se ocupassem em combater a

⁷⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite imperial*, 2006.

estrutura do Estado absolutista que montara. Por isso, a censura continuava a ditar o ritmo da Ilustração em Portugal. Aqui estaria o “paradoxo pombalino”, como de todo absolutismo, queira-se ou não “ilustrado”.⁸⁰ Foi essa, precisamente, a formação recebida por mais da metade dos membros da Assembleia Constituinte de 1823.

Se compararmos, por exemplo, o número total de deputados eleitos pelo eixo norte-nordeste com a soma dos deputados que possuíam formação jurídica no interior da Constituinte, poderíamos imaginar um “conjunto de juristas” maior que a representação de todo eixo norte-nordeste. Entretanto, se nos detivermos em cada eixo separadamente, perceberemos que a formação dos deputados do norte-nordeste é mais heterogênea, nota-se, principalmente, a alta participação de padres, não só pelo número de eleitos mas pelas discussões dentro da Assembleia.

A educação do clero se distinguia bastante da dos egressos de Coimbra, tanto em termos de localização, uma vez que a grande maioria dos seminaristas, com exceção do alto clero, não saía do Brasil para buscar conhecimento, quanto em termos de conteúdo, visto que os padres não estudavam direito romano, não abraçavam empregos nos altos escalões da administração, não constituíam um grupo muito coeso em razão da grande distância geográfica e da menor circulação a que estavam sujeitos. Em oposição aos magistrados, os padres participaram da maioria dos movimentos de insurreição entre 1789 e 1842. A ideia geral da participação dos padres, particularmente dos mais ilustrados, estava embasada nos ideários das revoluções Francesa e Americana, sobretudo no que dizia respeito à defesa das liberdades políticas e no combate ao absolutismo. Essas flechas de Luzes que muitas vezes não conseguiam chegar a Coimbra, cruzavam, apesar da precariedade, todo o território brasileiro.⁸¹

⁸⁰ Ver: MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1996, pp. 100-101.

⁸¹ Ver: CARVALHO, 2006. Em análise minuciosa sobre a biblioteca do Cônego Luís Vieira da Silva, vasta e bastante atualizada, Eduardo Frieiro observou que a elite ilustrada brasileira, inclusive um padre, estava atenta aos livros e ideias filosóficas do século das Luzes europeu. O Cônego Luís Vieira era, nas palavras do historiador Joaquim Noberto de Souza, o mais “instruído e eloqüente” de todos os envolvidos na Conjuração Mineira. Entrou aos quinze anos para o seminário de Mariana e ali passados dois anos seguiu para o Colégio dos Jesuítas em São Paulo, onde concluiu o curso de Filosofia e Teologia Moral, tornando-se depois vigário da vila de São João d’el Rei. O Cônego, acometido da “febre de inteligência”, possuía uma notável biblioteca para o lugar e o tempo. Embora letrado, era pobre, como pobre era em geral a colônia. Não impede que tivesse amealhado, no sertão das Minas Gerais, cerca de duzentas e setenta obras, perto de oitocentos volumes, mais da metade em latim, cerca de noventa em francês, alguns trinta em português, cinco ou seis em italiano, alguns em espanhol e vinte e quatro livros em inglês. De fato, o trabalho pioneiro de Frieiro permite saber com um pouco mais de rigor o que liam os círculos ilustrados da Colônia à época da Inconfidência. Os Autos da devassa mineira informam que na biblioteca do Cônego foram encontrados uma Geometria de Descartes, dois volumes da *Encyclopédie* de Diderot e D’Alembert; Montesquieu e suas obras mais importantes, *L’Esprit des Lois* e *Grandeur et décadence des*

Embora a elite fosse solidária entre si, não se pode afirmar que formasse um grupo monolítico. Verifica-se na composição da primeira Assembleia brasileira a cisão da elite política, como demonstraram alguns historiadores, a exemplo de José Murilo de Carvalho e Lúcia Bastos Neves. Para esta, as elites que atuaram no processo de Independência podem ser divididas em dois grupos. O primeiro, denominado *elite coimbrã*, em interpretação muito próxima de Carvalho, era composto por graduados em Coimbra, na maioria das vezes em leis e cânones, e que tinham servido ao Estado nos dois lados do atlântico. Defendiam projetos de constituição de um governo representativo, com um executivo forte, necessário à preservação da ordem e da unidade do Estado. O segundo grupo é chamado pela autora, aproveitando expressão de Hipólito da Costa, de *elite brasiliense*. Era formado exclusivamente pelos que haviam nascido no Brasil, e cujo único contato com o exterior se deu via jornais. Composto principalmente por padres e proprietários de terras, não possuíam estudos universitários, embora alguns tivessem frequentado universidades francesas. Defendiam a submissão do Príncipe ao Parlamento e à descentralização política.⁸²

No seu conjunto, ambas as vertentes das elites presentes na Assembleia possuíam basicamente uma confiança no Estado, entendido como autoridade com fins idealizados, acima de todos, que poderia intervir na sociedade para o seu bem-estar e progresso, fazendo as leis, implementando as reformas – mas apenas se guiado pelo bem comum.

1.3.4 A Assembleia e as suas interpretações

Perdurou durante bom tempo um juízo pejorativo acerca da primeira Assembleia Nacional brasileira. John Armitage, um dos primeiros historiadores a se ocupar da Constituinte, imputou a pecha de “clube de facciosos” aos representantes do povo brasileiro. A totalidade da Câmara, segundo o historiador, compunha-se de membros com pouco conhecimento; em uma palavra, era formada por medíocres:

Romains; a *Lógica* de Antônio Genovesi (Genuense), fundador da ciência política italiana, e os *Principes du droit naturel* de Jean Burlamaqui; Mably; Voltaire, o crítico da corrupção aristocrática e da opulência do clero; e mesmo o *Contrato Social*, de Rousseau, “livrinho [que] andava de mão em mão no Brasil, como em toda a América”. Ver: FRIEIRO, Eduardo. *O Diabo na Livraria do Cônego; Como era Gonzaga?; E Outros Temas Mineiros*. São Paulo: Ed. Itatiaia: Ed. Universidade de São Paulo, 1981.

⁸² NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: cultura e política (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003, p 51.

A maioria formava-se quase exclusivamente de Magistrado, juizes de primeira instância, juriconsultos, e altas dignidades da Igreja, sendo pela maior parte homens quinquagenários, de noções acanhadas, e inclinados à realeza. A minoria era composta do clero subalterno, e de proprietários de pequenas fortunas, ávidos de liberdade, mas liberdade vaga e indefinida, que cada um interpreta a seu modo, e guiavam-se por seus próprios sentimentos. Eram filantropos de coração; mas nem estes, nem seus oponentes, estavam habilitados com aptidão prática para bem exercerem as suas atribuições. Habitando distritos em que a sua ciência, relativamente superior, os havia feito considerar como oráculos, cada um se possui de ideias exageradas de sua própria importância, combinada, na maior parte, com a mais completa ignorância da tática usada nas Assembleias deliberantes: excetuados os três Andradas, que tinham sido eleitos deputados, havia entre todos mui poucos indivíduos, se é que havia, acima da mediocridade.⁸³

Corroborando com a perspectiva referida acima, Francisco Varnhagen, ao comentar a composição da Assembleia, acentuou o caráter de inexperiência dos deputados. Para ele, os trabalhos da Constituinte corriam com falta de ordem e de métodos, “em resultados de nenhuma experiência destas lides da maior parte dos operários, começando pela presidência, umas vezes exercida pelo bispo, outras por José Bonifácio, e seguindo-se os que mais compunham a mesa”. E concluiu: “continuava-se, porém, a observar, no andamento das discussões, a natural falta de conhecimento dos estilos parlamentares”.⁸⁴

Os julgamentos de Armitage e Varnhagen produzem a imagem de mesquinhez intelectual e falta de habilidade dos constituintes no trato com esse novo cenário político que surgia no Brasil – o Parlamento. Como vimos, a maioria da Assembleia, ao contrário do que apontaram os historiadores, encontrava-se acima da mediocridade, mais da metade dos parlamentares, 61,9%, eram formados em Coimbra. Talvez aqui estejam os indícios das interpretações que desacreditavam a representação política, classificando-a como dispensável ou contraproducente.

Ainda no século XIX, mais precisamente em 1863, a Constituinte teve um conhecido defensor, Francisco Ignácio Homem de Mello. Em *A Constituinte perante a História*, Barão Homem de Mello evidenciou o traço ilustrado dos nossos primeiros

⁸³ ARMITAGE, John [1835]. *História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil*, de Southey/por João Armitage. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1981, pp. 75-76.

⁸⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo [1854/1857]. *História da Independência do Brasil até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data*. Ed. Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1918, pp. 280 e 282.

deputados. Segundo o político oitocentista, todas as classes elevadas e importantes da sociedade estavam ali dignamente representadas: o clero, a alta magistratura, a administração superior do Estado, os jurisconsultos, os literatos e os militares. Todos os membros contemplados em uma eleição livre e espontânea. Entre estes, ainda de acordo com Homem de Mello, estavam os três irmãos Andradas, os doutores José da Silva Lisboa, Luiz José de Carvalho e Mello, José Joaquim Carneiro de Campos, Antônio Luiz Pereira da Cunha. Ao lado destes, deputados mais jovens se faziam notar nas discussões, como Montesuma, Vergueiro, Alencar, Araújo Lima, Carneiro da Cunha, Rodrigues de Carvalho, e Muniz Tavares. Segundo Homem de Mello, “todos os deputados mostravam-se animados dos mais sinceros desejos de promover o bem-estar da pátria”.⁸⁵

Ao contrário de Armitage e Varnhagen, que diminuíram a importância da Constituinte devido à precariedade da sua existência, Homem de Mello identificou forte presença de temas votados na Assembleia de 1823 na Constituição Outorgada de 1824. O mais importante para ele era destacar que a Constituição de 1824 não havia sido “uma dádiva graciosa do Imperador e dos Conselheiros de Estado que a assinaram”, visto que se fundamentou no projeto formulado na Constituinte por Antônio Carlos Machado, que veio a público em 01 de setembro de 1823.⁸⁶

Octávio Tarquínio de Sousa, já no século XX, ponderou a mediocridade atribuída aos deputados, lembrando que “de medíocres sempre se constituiu a massa de todos os Parlamentos do mundo”. Para Sousa, a Assembleia Constituinte de 1823 e seus parlamentares devem ser entendidos em seu contexto. No Brasil de 1823, continua o historiador, com uma população de quatro milhões de habitantes, dos quais mais de um milhão eram escravos, “melhor assembleia não poderia ter se reunido”.⁸⁷ Alguns deputados tinham experiência nas Cortes de Lisboa, e outros da Revolução de 1817, em Pernambuco.

A exaltação da atuação da Assembleia, nos primórdios da modernidade política brasileira, é destacada por Pedro Octávio Carneiro da Cunha. Em “A fundação de um Império liberal”, Carneiro da Cunha ressalta que os deputados eram homens instruídos e

⁸⁵ HOMEM DE MELLO, Francisco Ignácio Marcondes. *A Constituinte perante a História*. Rio de Janeiro: Typ. Da Actualidade, 1863/ ed. Fac-similar, Brasília: Senado Federal, 1996.

⁸⁶ HOMEM DE MELLO, *op.cit.*, pp. 4-5.

⁸⁷ SOUSA, Octávio Tarquínio de. “A Constituinte de 1823 e a sua dissolução violenta” in: *Três Golpes de Estado*. São Paulo: Editora Itatiaia Limitada/Editora da Universidade de São Paulo. História dos Fundadores do Império do Brasil, Vol. VIII, 1957, p. 21.

equilibrados, dignos representantes do Brasil: “[a] Constituinte era a pátria, a casa comum de tudo que se forjara de melhor no país”. Segundo Carneiro da Cunha, os magistrados, lecionistas, altos funcionários, professores, oficiais superiores, proprietários abastados que formavam a Assembleia eram na maioria representantes da ordem e do centro. O Parlamento, para o historiador, não contava com maioria ou minoria arregimentada, nem opiniões rígidas; essa fluência revelava as divergências dentro do diálogo parlamentar, e deu à Constituinte “um caráter particular de espelho homogêneo da nação, isto é, das classes representadas”.⁸⁸

Isabel Lustosa, como Carneiro de Cunha, acentua que a maioria dos parlamentares era composta de liberais moderados. Eleitos por voto censitário, não representavam a massa dos excluídos (leia-se mulheres, escravos, indígenas e homens livre e pobres). Representavam, sim, os interesses da aristocracia rural: os deputados eram espíritos esclarecidos da classe dominante.⁸⁹

De fato, a sociedade brasileira seria representada pelas elites produtivas de maior poder econômico, visto que se excluía das decisões sobre o futuro da Nação mais de um terço da população, porcentagem correspondente aos escravos, e a parcela formada por homens livres. Todavia, a Constituinte e os parlamentares devem ser entendidos em seu próprio contexto. Como vimos, a formação territorial do país ainda era objeto de disputa; províncias como Maranhão, Pará, Piauí e Bahia, a terceira mais populosa à época, não aderiram imediatamente à *causa do Brasil*, continuando ligadas politicamente a Portugal. A preocupação dos nossos primeiros homens de Estado era, de um lado, com o estabelecimento da demarcação territorial, e para isso não abriram mão do uso legítimo da violência; e, por outro, com a instauração de um sistema de regras universal para a sociedade, ou seja, tentava-se encontrar aquele equilíbrio tão caro aos teóricos soberanistas entre força e direito. Por isso, a feitura da Constituição, e dentro dela a questão da soberania, era um tema maior e sério, como veremos nos próximos capítulos.

A associação de brasileiros numa Assembleia era algo inteiramente novo e, mesmo reconhecendo-se que a maioria dos deputados era de natureza conciliadora, a

⁸⁸ CARNEIRO DA CUNHA, Pedro Octávio. “Capítulo V: A fundação de um Império liberal: discussão de princípios” in: HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 9 ed. Tomo II, V. 1, Livro Segundo, p. 275 e 278.

⁸⁹ LUSTOSA, Isabel. “Criação, Ação e Dissolução da primeira Assembleia Constituinte Brasileira: 1823” in: *As Trapaças da Sorte: ensaios de história política e de história cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 62.

consequência desta reunião era imprevisível, fato que provavelmente contribuiu para a decisão tomada por Pedro I em dissolvê-la de forma tão precoce.

Contudo, a partir da análise da composição da Assembleia e da leitura do *Diário*, podemos hoje comprovar que os componentes do primeiro legislativo brasileiro não só eram muito ilustrados como atendiam aos procedimentos formais do Parlamento. A elegância dos debates e o respeito entre os que discordavam deixam transparecer um avançado sentido de responsabilidade civil.

1.3.5 O início dos trabalhos parlamentares

Antes da abertura da Assembleia Constituinte, existiram cinco sessões preparatórias, nas quais se discutiram várias matérias que poderiam parecer secundárias – questões formais, o lugar do Imperador na sessão de inauguração da Constituinte, a situação dos ministros, a questão de saber se o Imperador deveria entrar com a coroa e os deputados ficarem cobertos – e adiantaram os futuros debates entre o poder do Imperador emanado do povo pelo ato da aclamação e o poder da Assembleia Constituinte, a qual arrogava para si a tarefa de representar a Nação.

Segundo o capítulo 5 do Projeto de Regulamento da Assembleia, “no topo da Sala das Sessões estará o Trono Imperial e no último degrau à direita estará a cadeira do Presidente da Assembleia”. Levantou-se José Custódio Dias, deputado eleito por Minas Gerais, e sustentou que a posição do Imperador no recinto deveria ser distinta, “mas no mesmo plano onde estiver o Sr. Presidente, cabeça inseparável, naquele ato, do Corpo Moral que representa a Nação, Soberana e independente; e deixaria de o ser, quando tivesse superior”.⁹⁰ Desse modo, o Imperador derivaria seu poder da Assembleia, que, de seu turno, possuiria o poder oriundo do povo.

Antônio Carlos de Andrada, por sua vez, mostrou-se estupefato com o que acabara de ouvir e retrucou:

Que paridade há entre o Representante Hereditário da Nação inteira e os Representantes temporários? [...] Que paralelo pode encontrar-se entre o Monarca que em sua individualidade concentra toda uma delegação soberana, e o Presidente de uma Assembleia que abrange coletivamente outra delegação soberana, mas que não deve nem pode abranger-la toda?⁹¹

⁹⁰ José Custódio Dias, DAC, sessão 30 de abril de 1823, p. 5. José Custódio Dias (1770-1838), padre, nasceu em Portugal. Foi membro da Assembleia Constituinte de 1823 por Minas Gerais, foi deputado na primeira legislatura da Câmara e senador do Império.

⁹¹ Deputado Antônio Carlos, DAC, sessão 30 de abril de 1823, p. 6.

Na mesma sessão, continuou-se a debater a questão sobre se os Ministros deveriam fazer parte do cortejo Imperial na abertura dos trabalhos constituintes. Mais uma vez, Antônio Carlos de Andrada defendeu que o imperador deveria aparecer rodeado de seus “servos”, e que o sistema constitucional tinha por obrigação “conceder ao monarca honra, glória, esplendor e poder”. Manuel José de Sousa França, então secretário e deputado eleito pelo Rio de Janeiro, replicou-lhe que os Ministros “são responsáveis à Nação pelo que otram em razão do seu ofício ou cargo; e não podem em tal qualidade ser jamais considerados servos do Imperador”.⁹² Antônio Carlos ponderou: “os agentes do Poder Executivo são servos não do homem, mas da dignidade, mas da Coroa”.⁹³ Esta discussão foi encerrada com as palavras de José Joaquim Carneiro de Campos, futuro Marquês de Caravelas:

Os Ministros de Estado, Sr. Presidente, verdadeiramente não são criados do Imperador, nem também oficiais da sua Casa; eles exercem um Poder Político, são membros do Poder Executivo, este Poder é um dos Poderes Soberanos, e nesta qualidade não se lhe pode negar a entrada nesta Augusta Assembleia.⁹⁴

Na manhã de 03 de maio, Sua Alteza Real fora recebido pela deputação composta por 12 membros da Assembleia. O mesmo entrou na sala das sessões descoberto, isto é, privado das insígnias reais, visto que a coroa e o cetro foram conduzidos por seus oficiais e colocados em uma mesa à direita do Trono. Então, recitou sua fala aos *dignos representantes da Nação Brasileira*:

É hoje o dia maior, que o Brasil tem tido; dia que ele, pela primeira vez começa a mostrar ao Mundo, que é Império, e Império livre. Quão grande é o Meu prazer, vendo juntos Representantes de quase todas as Províncias, fazerem conhecer umas às outras seus interesses, e sobre eles basearam uma justa, e liberal constituição que os reja!⁹⁵

O discurso do Imperador criticou o colonialismo: “o Brasil, que por um espaço de trezentos e tantos anos sofreu o indigno nome de Colônia, e igualmente todos os

⁹² Manoel José de Sousa França, DAC, sessão 30 de abril de 1823, p. 6.

⁹³ Antônio Carlos Machado, DAC, sessão 30 de abril de 1823, p. 6.

⁹⁴ José Joaquim Carneiro de Campos, DAC, sessão 30 de abril de 1823, p. 6.

⁹⁵ Dom Pedro I, Fala do Trono, DAC, sessão 03 de maio de 1823, p. 15.

males provenientes do sistema destruidor então adotado”; criticou também a atitude das Cortes de Lisboa: “eis, em suma, a liberdade que Portugal apetecia dar ao Brasil: ela se converteria em escravidão, e faria a nossa ruína total e se continuássemos a executar suas ordens [...] o Brasil seria desgraçado”; comentou sobre a situação econômico-financeira do tesouro público: “as circunstâncias do tesouro público eram as piores”; e lembrou dos primeiros passos rumo à constitucionalidade e à conquista da liberdade nacional:

Eu me lisonjearia governando a contento dos Povos [...] que esta leal, grata, briosa, e heroica Nação fosse representada n’uma Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa, o que, graças a Deus se efetuou em consequência do Decreto 3 de junho do ano pretérito, a requerimento dos Povos, por meio de suas Câmaras, seus Procuradores Gerais e meus conselheiros de Estado.⁹⁶

A intenção de D. Pedro foi mostrar que ele estava longe de ser um déspota remanescente dos tempos áureos do Absolutismo português. Ao contrário, atento aos discursos políticos de seu tempo, o Imperador pretendia reforçar o caráter constitucional do seu poder, e, por isso, segundo ele, teria convocado a Assembleia Constituinte. O jovem monarca ratificou sua promessa de aderir à “constituição justa, sábia e adequada, ditada pela razão e não pelo capricho, promovendo a liberdade dos povos”. Uma constituição que pusesse “barreiras ao despotismo, quer Real, quer Aristocrático, quer Democrático; que [afugentasse] a anarquia e [plantasse] a árvore da liberdade”. Logo em seguida, expressou uma opinião que criaria polêmica entre os deputados:

Como Imperador constitucional, e mui principalmente como defensor perpétuo deste Império, disse ao povo no dia 1º de dezembro do ano passado, em que fui coroado e sagrado, que com minha espada defenderia a pátria, a nação e a constituição, se fosse digna do Brasil e de mim.

E arrematou: “Espero que a constituição que façais mereça a minha imperial aceitação, seja tão sábia e tão justa quanto apropriada à localidade e a civilização do povo brasileiro”.⁹⁷

De fato, no pronunciamento imperial, Dom Pedro, como destacou José Honório Rodrigues, evidenciou a sua superioridade potencial e hierárquica e, sobretudo, enfatizou a anterioridade de sua aclamação e coroação, deixando entrever qual seria a tônica dos seus discursos: a superioridade do Executivo em relação aos outros poderes.

⁹⁶ Dom Pedro I, Fala do Trono, DAC, sessão 03 de maio de 1823, p. 17.

⁹⁷ Dom Pedro I, Fala do Trono, DAC, sessão 03 de maio de 1823, p. 18.

Entretanto, a intenção do Imperador não passou despercebida pelos deputados. Após o pronunciamento, levantou-se então o presidente da Assembleia, o bispo D. José Caetano da Silva Coutinho, que respondeu a D. Pedro com o seguinte discurso:

Em verdade, Senhor, o presente espetáculo chega ao mais alto grau de admiração e de importância, quando é considerado como imagem simbólica, mas enérgica, da verdadeira grandeza e das propriedades reais, que dele devem resultar o Brasil. O Brasil civilizado já não podia perfeitamente constituir-se e organizar-se, senão adotando as formas e estabelecendo as garantias, e criando as instituições políticas, que têm feito a felicidade e a opulência dos povos mais ilustrados do mundo [...]. A distinção dos poderes políticos é a primeira base de todo edifício constitucional; estes poderes se acham já distintamente no recinto augusto desta sala; a sabedoria coletiva da Nação; a autoridade constituinte e legislativa; o chefe do poder executivo.⁹⁸

O presidente da Assembleia ressaltou a estruturação política do Império, fundamentada na divisão dos poderes, na cidadania e na soberania da nação, considerada essencial para a inserção do Brasil no conjunto dos Estados “modernos” europeus.

Na sessão de 6 de maio ainda ressoava o discurso do Imperador. O deputado Andrade Lima rompeu o debate: “A Fala de Sua Majestade Imperial”, exclamou o parlamentar, “está sem dúvida concebida de termos constitucionais, mas notam-se no fim dela algumas palavras ambíguas”.⁹⁹ Para ele, D. Pedro referia-se à constituição se a Assembleia a fizesse digna do Brasil e dele, tomando para si a função de árbitro supremo da bondade da Constituição.

A apreensão do Sr. Andrade Lima foi compartilhada pelo deputado Antônio Carlos Andrada Machado, que não enxergava na Fala do Imperador termos que não fossem “muito constitucionais”, mas concordava que a Assembleia não poderia deixar de fazer uma Constituição digna do monarca e do Brasil. Em um segundo discurso, o Deputado Maia propôs que se convidasse o Imperador para que expusesse brevemente “as condições com que quer[ia] entrar no Pacto Social”. O Sr. Muniz Tavares discordou; segundo ele, “nós fomos eleitos para fazer uma Constituição; e para a

⁹⁸ José Caetano da Silva Coutinho, DAC, sessão 03 de maio de 1823, p. 19. Dom José Caetano da Silva Coutinho, conhecido como Bispo Capelão Mor, nasceu em Portugal em 1768. Não conseguimos informações adicionais a respeito desse deputado.

⁹⁹ Luíz Ignácio de Andrade Lima, DAC, sessão 06 de maio de 1823, p. 27. Luíz Ignácio de Andrade Lima foi um padre pernambucano, eleito deputado pela constituinte de 1823. Não conseguimos informações adicionais a respeito desse deputado.

fazermos não se nos mandou pedir bases; uma proposição tal não deve jamais consentir-se que passe entre nós”.¹⁰⁰

Antônio Carlos endossou essa posição. Nas palavras do deputado: “ninguém respeita mais do que eu o Poder Real na Monarquia, tanto quanto deve ser respeitado: mas nunca o admitirei” mendigar as bases da Constituição; “somos os eleitos da Nação; temos obrigação de formar o Pacto Constitucional de dar-lhe leis conformes à razão, adequadas ao Estado de civilização do Brasil, e que sejam a expressão da vontade geral.”¹⁰¹

Este debate não esteve circunscrito apenas ao espaço da Constituinte. O periódico *Diário do Governo*, por meio de seus correspondentes um tanto zangados, criticou a ausência das insígnias reais no cerimonial da abertura da Assembleia: “não gostei disso senhor redator! [...] O Manto, a Coroa, o Cetro etc, são insígnias características do Imperador; quando ele não aparece revertido destas insígnias, não representa o que é.” Para o Sr. *Leal Brasileiro*, o Imperador “tirou sua Coroa em sinal de respeito à Soberania Nacional representada pela Assembleia”; entretanto, continua o correspondente, “isto só pode dizê-lo quem ignora o que seja Soberania.” Para ele, soberania significa “reunião dos Poderes, se estes se dividem, ou cessa, ou divide-se também com eles a Soberania; e de uma ou de outra sorte não vejo motivo para tal demonstração de respeito, visto que os Poderes são igualmente Soberanos, ou não Soberanos.”¹⁰²

Em outro número do mesmo periódico, o corresponde autodenominado *filordinis* também não escondia seu descontentamento com o cerimonial da primeira sessão da Constituinte, especialmente no que diz respeito ao lugar do presidente da Assembleia,

¹⁰⁰Respectivamente, José Antônio da Silva Maia; Francisco Moniz Tavares, DAC, sessão 06 de maio, p. 28.

José Antônio da Silva Maia nasceu em Portugal em 1789. Graduou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Serviu na magistratura em vários cargos: juiz de Fora de Sabará, Procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional. Foi eleito deputado constituinte pelo estado de Minas Gerais. Exerceu o cargo de inspetor da Casa de Fundição de Rio Velhas, pertenceu ao Conselho do Imperador. Faleceu no Rio de Janeiro em 1853.

Francisco Muniz Tavares nasceu em Recife em 1793. Formou-se em teologia pela Universidade de Paris. Tornou-se padre e posteriormente monsenhor. Participou da Revolução pernambucana de 1817. Preso como conspirador nos calabouços da Bahia, saiu para tornar-se constituinte das Cortes lisboetas em 1820. Em 1823 foi eleito deputado da primeira assembleia constituinte brasileira pela província de Pernambuco até 04 de novembro de 1823 quando remeteu ofício à Assembleia renunciando o seu mandato. Também foi eleito deputado para Assembleia Legislativa do Império do Brasil para a legislatura de 1845-1847. Faleceu em 23 de outubro de 1876.

¹⁰¹ Antônio Carlos Machado, DAC, sessão 06 de maio, pp. 28-29.

¹⁰² Jornal O Diário do Governo, nº 105, 12 de maio de 1823, Carta do Leal Brasileiro, p. 514.

Disse um Senhor Reverendo Padre deputado na assembleia [José Custódio Dias], que ela devia ficar paralela com a do Imperador, porque aquele representava a soberania nacional; pondo de parte a questão só própria para entreter meninos de escola, *o que é soberania?* Quero eu supor, que o dito sr. Reverendo é um pároco; segundo o modo, com que se enunciou, e pondo de parte a teologia, o poder do pároco vem dos fregueses, logo quando os irmãos do santíssimo se juntam, e que o juiz os preside fica este igual ao pároco, pergunto eu, terá também o tratamento de reverendíssima? Sejam consequentes. *A força é uma coisa, a ação de a mover é outra, a primeira está no povo, a segunda no soberano*, e deixemos de imitar aos descamisados de Madrid, e aos Sansculotes de Lisboa.¹⁰³

De forma mais alarmante advertia o correspondente *Olhe que eu também sou das galerias*: “quando nos vemos arrancar, ainda que por um só momento, da Sagrada Cabeça do nosso Adorado Imperador aquela Coroa, que o seu Amado Povo tão espontaneamente lhe deu [...]é tempo, me parece, de desconfiar das intenções sinistras, não digo da Assembleia como corpo, mas sim de alguns dos membros dela”.¹⁰⁴

Instalada solenemente a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, duas interrogações mobilizaram os parlamentares. A primeira referia-se a presença do Imperador. A existência de outro poder soberano obrigava a observar a sutil confecção de fórmulas protocolares. As controvérsias em torno do tema demonstravam a construção de espaços de poder que deveriam ser divididos. A segunda, consequentemente, tratava-se da problemática da soberania, que se inseria na ordem do dia dos debates constitucionais. O conflito de *soberanias* acompanhou toda a existência da Constituinte e, a propósito, os problemas em torno da noção de soberania nasceu com a sua convocação. O decreto de 3 de junho de 1822, como vimos anteriormente, notificava que o Príncipe Regente D. Pedro I, após ouvir o Conselho de Estado, decidiu por bem convocar uma Assembleia Constituinte que, “investida naquela porção de Soberania que reside, essencialmente, no povo deste grande e riquíssimo continente, constitua as bases sobre as quais deve erigir a sua independência”.¹⁰⁵ O decreto convocatório é claro: foi uma prerrogativa imperial que determinou a convocação da Assembleia Constituinte, cabendo a esta aquela “porção de soberania”, uma vez que o

¹⁰³ Jornal O Diário do Governo, nº 102, 07 de maio de 1823, Carta do Sr. Filoordinis, p. 498. Grifos nossos. Aqui já encontramos a grande questão a ser resolvida pelos parlamentares: a distinção, moderna por excelência, entre a titularidade e o exercício do poder soberano. Voltaremos a esse assunto no próximo capítulo.

¹⁰⁴ Jornal O Diário do Governo, nº 107, 14 de maio de 1823, Carta do Sr. Olhe que eu também sou das galerias, p. 526.

¹⁰⁵ Convocação de uma Assembleia Geral Constituinte e Legislativa – decreto do Príncipe Regente (3 junho 1822) in: BONAVIDES, P. & AMARAL, R. *Textos Políticos da História do Brasil*. Brasília: Editora do Senado Federal, 3ª ed., vol VIII: Constitucionalismo, 2002, p. 123

excedente concentrava-se no Imperador. A questão das *soberanias* localizava-se, pois, no cerne do complexo processo de construção do Estado brasileiro. Os pactos políticos que semearam as bases da emancipação nacional funcionaram como componentes da consonância sociopolítica que se fragmentou diante das divergências em torno das atribuições dos poderes no Estado que se constituía. O início dos trabalhos da nossa primeira Assembleia Constituinte potencializou o conflito político entre as diferentes concepções de *soberania* que estavam em jogo nos primórdios do século XIX brasileiro. É exatamente isso que tentaremos mostrar nos capítulos seguintes.

Capítulo II

A legitimidade da soberania: entre o povo e os povos

O famoso quadro *Aclamação de D. Pedro I*, pintado por Debret a partir do rascunho feito no próprio dia de sua realização, 12 de outubro de 1822, no Campo de Sant'Ana, apresenta, em primeiro plano, o então aclamado Imperador, D. Pedro I, na varanda de um palacete sendo congratulado pelo povo. Ao seu lado, acham-se a imperatriz, a filha primogênita, Maria da Glória, e algumas figuras importantes no cenário político da época, como José Clemente Pereira, presidente do Senado, e José Bonifácio, Ministro do Império.

Em segundo plano, encontra-se o povo, colocado em cena de forma compacta e homogênea aos pés do jovem monarca. Aliás, se repararmos bem no quadro de Debret, tanto o Imperador como as outras autoridades que estavam presentes na varanda do palacete lançam seus olhares para o céu, de onde irradia um feixe de luz que ilumina o palco. A imagem, segundo Cecília H. de Salles Oliveira, une a aclamação do Imperador à providência divina, reiterando a legitimidade dos herdeiros da corte bragantina ao trono do futuro império brasileiro.¹⁰⁶ Enquanto isso, em toda organização da cena o povo se reduz a um personagem coletivo, sem rosto, sem vida. Debret nos mostra a densidade simbólica do povo: massa opaca e coesa. Talvez a pintura da *Aclamação de D. Pedro I* possa nos indicar as dificuldades de figuração (no sentido de colocar em cena) do povo nos primórdios do Estado brasileiro.

O mesmo acontece nas festas dedicadas à adesão ao Imperador nas vilas e cidades em todo território brasileiro. Como se sabe, os anos posteriores à Revolução Liberal em Portugal até à dissolução da Assembleia Constituinte, em novembro de 1823, foram marcados pela entrada brusca do povo nas ruas. Esta ocorreu por meio das festas imperiais, que tinham como objetivos enaltecer a Independência do Brasil e legitimar a adesão local ao recém intitulado Imperador e Defensor Perpétuo; pelo uso da violência ou repressão das tropas em favor da Independência; e por meio do papel exercido pelas Câmaras que asseguraram a instalação de uma Assembleia Constituinte com o intuito de participar na formulação das leis. O processo de adesão local, de

¹⁰⁶ OLIVEIRA, C. H. de S. *A invenção do grito* disponível em http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/a_invencao_do_grito.html

acordo com o estudo de Iara Lis Souza, envolvia as tropas, o juramento, a aclamação, e o ato na praça pública, onde o povo confiava a sua lealdade e anuência no monarca constitucional. Fundava-se, assim, no “povo do imperador” e nas praças públicas o novo contrato social, fora da esfera da Assembleia e das Cortes, criando-se, desse modo, uma aproximação entre o Imperador e o Brasil como “corpo político autônomo”.¹⁰⁷

No âmago deste novo contrato social, exaltava-se a aliança entre o monarca e o povo, mediante a recorrente alusão à coroação de D. Pedro I. Da parte do Imperador, ressaltava-se a vigilância das regras constitucionais, dos direitos e das representações dos brasileiros. Por parte do povo, evocava-se a fidelidade e obediência ao governante. A conjuntura política foi a mola propulsora da supremacia da figura do povo como defensor da legitimidade de D. Pedro I perante o temor da recolonização portuguesa, que inebriava os ares brasileiros. Entretanto, quem era essa categoria denominada “povo” nos primeiros anos da década de 1820, particularmente em 1823? Mais especificamente, como os primeiros parlamentares brasileiros conceituavam e definiam a noção política de povo?

2.1 Um conceito plurívoco

O início dos trabalhos da Constituinte de 1823 se deu, como vimos no capítulo anterior, com o discurso proferido por D. Pedro I na sessão de 03 de maio. Nele já podemos perceber que a noção de povo se transformou num tenso entrecruzamento de sentidos. Ainda que o vocábulo “povo” fosse central no glossário de todos os grupos políticos do século XIX, é importante sublinhar que a sua definição e seu significado variavam entre eles e eram um dos mais importantes objetos de luta política.¹⁰⁸ A polissemia do termo “povo” já estava expressa nas primeiras palavras do Imperador aos *dignos representantes da nação brasileira*.

Primeiramente, o vocábulo povo assumiu a forma de plural, “os povos”, como crítica à postura política da metrópole para com a colônia. “Portugal”, disse D. Pedro, “[...] nunca quis consentir que *os Povos do Brasil* gozassem de uma Representação

¹⁰⁷ SOUZA, Iara Lis F. S. C. *Pátria Coroadas: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

¹⁰⁸ GUERRA, François-Xavier. “El Pueblo soberano: incertidumbres y coyunturas del siglo XIX” in: *Modernidad e Independências: Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: FCE, MAPFRE, 2000, p. 353.

igual aquela [o Imperador referia-se às Cortes Portuguesas]”. E, um pouco mais adiante, D. Pedro ressalta “o contentamento, que *os Povos deste vasto Continente*” mostraram com a elevação do Brasil ao status de Reino Unido, porém adverte que “esta medida política não veio, como dev[eria] ter vindo outra, qual era a convocação de uma Assembleia, que organizasse o novo Reino”. Foi com grande entusiasmo que o Imperador lembrou a convocação da Assembleia Constituinte em consequência do Decreto de 3 de junho do ano pretérito [1822], “*a requerimento dos Povos, por meio de suas Câmaras, seus Procuradores Gerais e meus conselheiros de Estado*”.¹⁰⁹

Nas palavras do Imperador, a noção de “povos” está associada à ideia de territorialidade, moradores de uma cidade, de uma vila ou os habitantes do extenso continente brasileiro. Estes sentidos coincidem com os que nos oferece o dicionário de língua portuguesa de Antônio de Moraes Silva, na edição de 1789: “Povo, s.m. Moradores de uma cidade, vila ou lugar/ Povo miúdo, plebe, canalha/ Nação, gente”.¹¹⁰

As acepções mencionadas, em boa medida, são heranças da antiguidade clássica. Na Grécia, a palavra *demos* significava, num de seus sentidos, região, país ou terra; e estritamente ligada a esta primeira acepção, referia-se também ao corpo político ou base social do sistema político. O termo *demos* foi pensado por Aristóteles em dois sentidos: 1) incluía apenas os homens que participassem da autoridade, isto é, dos cargos públicos e da administração política legal sobre um determinado território; e 2) incorporava as pessoas que possuíam direitos reconhecidos pela lei e podiam considerar-se livre, ou seja, aqueles que podiam participar da *Polis*. Assim, na Grécia antiga a noção de *demos*, ou povo, está relacionada à participação dos cidadãos na autoridade específica de um determinado território. Os romanos, por sua vez, traduziram *demos* por *gens*, no sentido de povo ou comunidade, ao passo que adotaram o termo *populus* para reproduzir o sentido mais elaborado de base social de um sistema político. Inicialmente, o termo latino *populus* designava os homens livres, em referência à assembleia política da *polis* grega, que instituiu a menção essencial da *politeia* romana (*Senatus Populus que Romanus*). Após o Édito de Caracala (ano 212 d.C), que alargou consideravelmente o

¹⁰⁹ D. Pedro I, “Fala do Trono”, DAC, sessão 03 de maio de 1823, pp. 15 e 17. Grifos nossos.

¹¹⁰ Ainda conforme D. Pedro, “quando *os Povos da Rica, e Majestosa Província de Minas* estavam sofrendo o férreo jugo do seu deslumbrado Governo”. Ver: Dicionário da Língua Portuguesa Composto por Antônio de Moraes Silva (1831): Lisboa, Imp. Régia, 4ª edição *apud* “Entre viejos y nuevos sentidos: ‘pueblo’ e ‘pueblos’ en el mundo IberoAmericano entre 1750 y 1850” in: SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir). *Diccionario político y social del mundo ibero-americano: la era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid: Fundación Carolina; Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

direito de cidadania romana a todos os habitantes do Império, a palavra *populus* começou a ter significado universal, isto é, todas as pessoas integradas numa sociedade política.¹¹¹

Ponderando o contexto político e histórico, o vocábulo *povos* evocado na fala do Imperador identifica-se com a concepção territorial presente na antiguidade clássica. Está intimamente ligado a “*vasto Continente*”, a “*suas Câmaras*”, aos habitantes de uma província como a “*Majestosa Província de Minas*”. Refere-se assim ao “povo” no sentido empírico, uma vez que em cada acepção é incontestável a menção ao valor empírico, enumerável e descritível dos habitantes que, em princípio, deveriam formar a soberania.

O termo *povos*, segundo estudo de François Guerra, era comum a todas as línguas latinas e designava as comunidades políticas do Antigo Regime. Os “povos da Espanha”, por exemplo, correspondiam aos corpos políticos que formavam a monarquia espanhola: os reinos, as províncias e as principais cidades. Entretanto, ainda de acordo com Guerra, é difícil inferir se os textos que empregavam a palavra povos se referem às corporações municipais, às províncias ou reinos ou à população em conjunto.¹¹² No Antigo Regime e na medievalidade ibérica, o conjunto do corpo político era denominado *os povos* – cidades ou vilas do reino e império português –, os quais estavam ligados ao rei por um pacto específico. Os corpos componentes da sociedade se caracterizavam por uma hierarquia alicerçada em uma ordem universal inalterável cujas partes possuíam responsabilidades e deveres. O rei era a cabeça, defensor da paz, sossego e felicidade. Tinha a obrigação de governar de acordo com a justiça e dar soluções aos conflitos. Nesta percepção, o povo e o seu plural, povos, era compreendido como o conjunto das ordens e corpos que sustentavam uma relação de obediência e lealdade para com o rei.¹¹³

Ao evocar, na abertura da Assembleia, a noção de povos, D. Pedro se referia tanto às comunidades políticas municipais e provinciais, como ao conjunto da população brasileira. É importante lembrar que o cenário geopolítico brasileiro estava bastante agitado; províncias como Bahia, Pará, Maranhão e Piauí não abraçaram à causa

¹¹¹ Embora nem todos participassem da autoridade política. Ver RIVAS, Xosé Luiz Barreiro. Verbete “povo” in: *Dicionário de Filosofia Moral e Política*. Instituto de Filosofia da Linguagem. Universidade de Lisboa. Fundação para a Ciência e Tecnologia. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Disponível em www.ifl.pt

¹¹² GUERRA, 2000, p. 354.

¹¹³ PEREIRA, Luisa Rauter. “Verbetes povo e povos” in: Feres Jr. João (org). *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 203-224.

do Brasil e, por isso, continuavam atadas politicamente a Portugal. Assim, a expressão *povos* mobilizada por D. Pedro talvez pudesse estar ligada à reafirmação do seu título de Imperador Constitucional do Brasil, no sentido de ser o único capaz de unir em torno de si as várias *províncias* ou *povos* em conflitos e constituir o UM, o povo, no sentido moderno do termo.

Por conseguinte, ao prosseguir o seu discurso, o jovem monarca enalteceu o caráter constitucional do seu poder ao convocar uma Assembleia para elaborar “uma constituição sábia, justa, adequada e executável, ditada pela razão” e que promovesse “*a justa liberdade dos Povos* e toda força ao Executivo”. Logo em seguida, pronunciou, como vimos anteriormente, as polêmicas palavras:

Como Imperador constitucional, e mui principalmente como defensor perpétuo deste Império, disse ao povo no dia 1º de dezembro do ano passado, em que fui coroado e sagrado, que com minha espada defenderia a pátria, a nação e a constituição, se fosse digna do Brasil e de mim.

E arrematou:

“Espero que, a constituição que façais mereça a minha imperial aceitação, seja tão sábia e tão justa quanto apropriada à localidade e a civilização do povo brasileiro”.¹¹⁴

O plural *povos*, subitamente, deu lugar ao singular *povo*. E mais, associado ao adjetivo pátrio, *povo brasileiro*. Neste caso, o povo vincula-se ao ato de aclamação do monarca e às bases da futura constituição do Império. Estamos diante da noção de povo no sentido abstrato, ideal, como base para a legitimidade política, como soberano coletivo e autor das leis. Eis a definição mais utilizada no ambiente político do século XIX. Em contraposição às definições anteriores, o termo *povo* remete antes de tudo a um princípio político, que, como sublinhou François Guerra, não tem equivalência imediata com os sentidos concretos presentes no vocábulo *povos*.¹¹⁵

A noção de povo, se seguirmos bem de perto o discurso do Imperador, é constitutivamente dúbia: de um lado, identifica-se com um fato plural – *os povos* como províncias, cidades ou habitantes de um continente –; por outro, identifica-se com uma ideia singular – *o povo* como princípio jurídico. Porém, para compreender os problemas do século XIX é preciso analisar como se entendia e se mobilizava a noção de povo nesse último sentido, que compreende a essência da política moderna.¹¹⁶

¹¹⁴ D. Pedro I, “Fala do Trono”, DAC, sessão 03 de maio de 1823, p. 18. Grifos nossos.

¹¹⁵ GUERRA, 2000, p. 355.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 355.

As festas para aclamar o novo monarca e promover a causa brasileira eram, como vimos com a historiadora Iara Lis Souza, o momento para alcançar a *unidade-na-diversidade*, visto que estavam presentes na praça pública o povo empírico e o povo abstrato para legitimarem o novo contrato social do Estado, sempre selado com grandes paradas militares. Para historiadora, o artifício de recorrer às tropas por meio das câmaras delimitava uma “certa noção de povo”, da qual os homens que moravam na cidade ou nas redondezas eram coagidos a participar; associava negociantes, pequenos roceiros, comerciantes, proprietários, foreiros, arrendatários, homens que viviam de seus ofícios, forros, mulatos livres. Esse povo corporificado nas tropas e milícias, participava do processo de aclamação do imperador, marchando nas praças, homogeneizando o todo social, exibindo as armas, lutando contra os soldados portugueses e todos aqueles que fossem contrários à causa do Brasil, arriscando a própria vida, bradando os vivas que legalizavam a soberania brasileira.¹¹⁷

É interessante assinalar que a noção de povo adquiriu, a partir deste momento, uma nova centralidade política no vocabulário da época. Desde fins do século XVIII, principalmente com a Revolução Francesa e a propagação das Luzes, alargou-se a ideia de povo. No verbete da *Encyclopédie* dedicado a *peuple*, Chevalier de Jaucourt inicia pelo reconhecimento de que se trata de um “nome coletivo difícil, pois há diferentes ideias de povo nos diversos lugares, nos diversos tempos e segundo a natureza dos governos”. Analisa, em seguida, que a palavra designava, na França de seu tempo, tanto uma parte numerosa e necessária da nação, ou uma classe, como também a própria nação, ou seja, a noção de povo associava-se a de nação.¹¹⁸ Contudo, a acepção povo percorreu um ambíguo jogo de sentidos: referia-se, de um lado, ao povo empírico, na medida em que o povo mostrava-se no espaço público por meio de suas reivindicações, discordâncias e violências; de outro, era sinônimo de soberania, porque apenas o povo

¹¹⁷ Iara Lis Souza, *op.cit.*, pp. 178-179. O processo de aclamação de D. Pedro consistiu, em geral, da presteza das câmaras de organizar uma parada militar, na qual o povo em armas tinha um lugar público apropriado – as praças – para saudar o imperador. De forma sucinta, Iara Lis Souza descreveu este acontecimento na Câmara de Salvador: “depois de concluída a festa, seguiu-se no mesmo terreiro do Colégio a grande parada das tropas, que se achavam desde o princípio postadas naquela Praça, dando-se pelo Governo Civil, e comandante da Parada os vivas análogos aos objetos, que nos são mais caros, e que foram correspondidos com o mais vivo entusiasmo por todo o Concurso, dando as tropas as descargas do costume, seguindo-se logo o cortejo em Palácio do Governo, para onde o mesmo Governo se havia dirigido com todo o ajuntamento, e com esta Câmara, vindo todo este ato a concluir-se às cinco horas da tarde pouco mais” *As câmaras municipais e a independência*. Rio de Janeiro: série de publicações do arquivo nacional, 1972, V. 1, p. 152 *apud* SOUZA, *op.cit.*, p. 178.

¹¹⁸ Chevalier de Jaucourt, “Verbetes Povo” in: DIDEROT & D’ALEMBERT. *Verbetes políticos da Enciclopédia*. Tradução de Maria das Graças de Souza. São Paulo: Discurso Editorial/Editora UNESP, 2006.

celebrava o contrato social. Ou seja: o povo era, ao mesmo tempo, *poder*, porque era a fonte de toda legitimidade; e *enigma*, visto que não possuía um rosto facilmente identificável.¹¹⁹

O grande número de significados da noção de povo adentrava, assim, no debate político como um elemento-chave. Por isso, o papel que a ideia de povo desempenhará como instância legitimadora do processo de reestruturação da Europa e das Américas nos fins do século XVIII e início do século XIX será de fundamental importância. Por mais que estejam registrados diversos exemplos de convivência entre os antigos e novos significados do termo, é indiscutível a importância que o vocábulo “povo” assumiu perante a necessidade de legitimidade de ruptura com o Antigo Regime e com a sua concepção de soberania.

No século XVIII, Portugal esteve intimamente vinculado à figura do Marquês de Pombal. Este procurou hostilizar as doutrinas de origem medieval, conhecidas por depositar nos *povos* – conjunto dos corpos do reino – a origem da soberania real. Concomitantemente, tentou impedir a propagação de doutrinas baseadas nos direitos inalienáveis do povo, pois poderiam corromper a estrutura do Estado absolutista que montara. Por esse motivo, o despotismo ilustrado do Marquês propôs a noção de povo como um fato natural a ser estudado e tutelado pelo Estado monárquico.

As teorias do direito natural tiveram grande influência nessa nova concepção de povo. O jurista e inconfidente mineiro Tomás Antônio Gonzaga escreveu o seu *Tratado de Direito Natural* dedicado ao então ministro de D. José I, o Marquês de Pombal. Sem termos certeza quanto às datas e às condições exatas da publicação, é possível supor que o texto foi redigido entre 1768, ano da formatura de Tomás Antônio, em Leis, na Universidade de Coimbra, e 1772, período áureo da administração pombalina, marcado pela promulgação dos novos estatutos da Universidade de Coimbra e da introdução da cadeira de Direito Natural em seu *curriculum*. O objetivo de Gonzaga era a defesa do poder absoluto do monarca. Para construí-lo, Gonzaga busca no direito natural a própria vontade de Deus, a ordenação das ações humanas. Governantes e súditos, assim, encontram nessa raiz original as “verdadeiras razões” da obediência.

Portanto, a vontade de Deus, isto é, o Direito Natural – o conjunto das leis infundidas no coração de cada homem – organiza as relações entre os homens e fornece

¹¹⁹ ROSANVALLON, Pierre. *Le peuple introuvable: histoire de la représentation démocratique en France*. Éditions Gallimard, 1998.

o fundamento do mundo humano-social. O direito natural assim entendido é a raiz sobre a qual está assentada a superioridade do governante.

O pacto que dá origem à sociedade civil, afirma Lourival Machado, não passa “de uma mera hipótese sem maior função que a de propulsor inicial da evolução política”. Pois, nessa evolução, nenhum traço do pacto é encontrado que não seja a absoluta e constante sujeição dos súditos. O povo não chega a figurar no *Tratado*, pois, concluído o ato que transforma a “multidão de homens” em sociedade, não cabe nenhum poder à soberania popular, posto que o rei, assim sagrado, inferior apenas a Deus e recebendo dele todo o poder, transforma-se, por obra do próprio pacto, em soberano absoluto.¹²⁰

Naturalmente, ao fundar a autoridade em um princípio teológico – *Omnes potesta a Deo* (sem admitir qualquer variação da doutrina paulina predominante na Idade Média) – Gonzaga passa a conceber um governante com poderes totalmente irrestritos do ponto de vista humano, já que as únicas limitações admitidas, impostas por Deus ou por sua lei, não podem encontrar tribunais para o julgamento além do foro interno do interessado ou de seu destino na vida futura. Isto tornava o soberano totalmente irresponsável pelos seus atos. Chegamos, por conseguinte, ao mais extremado absolutismo.

Ao contrário do jusnaturalismo moderno, que assenta o poder do monarca no povo, como queriam os monarcômacos, e no indivíduo, como afirmavam os contratualistas modernos, em Gonzaga, o monarca é o representante de Deus escolhido pelo povo por meio da pluralidade de votos.

Existe em todo pensamento de Gonzaga uma clara hierarquia que tem no topo Deus, passa pelo Rei e termina no súdito. É uma noção de mundo organizado, cada qual a seu lugar e a sua maneira. Desobedecer, romper com essa hierarquia é violar a ordem das coisas ditada pelo direito natural, a qual ordena que aos superiores os homens amassem com amor de devoção e obediência, “tanto maior quanto maiores forem as suas perfeições e superioridade”. Posto que todo poder vem de Deus e resistir ao poder é resistir à ordenação de Deus, pouco importa dispensar ao súdito grande espaço no mecanismo contratualista. Não é deles, não pelo menos imediatamente, que emana a legitimação da soberania. Ou para usarmos as palavras do próprio Gonzaga: “a obrigação nasce da superioridade de quem manda e não do consentimento do súdito”.

¹²⁰ MACHADO, Lourival Gomes. *Tomás Antônio Gonzaga e o Direito Natural*. São Paulo: Edusp, 2000.

Ao povo, depois de instituído o soberano, nada mais toca, além da obrigação de obedecer. Vale ressaltar esse ponto, pois ainda mais que o caráter ilimitado do poder soberano proposto por Gonzaga, o que salta aos olhos é a profunda irresponsabilização dos seus atos, derivado da máxima que Gonzaga repete a cada página: “*ominis potestas a Deo*”. Desse modo, seria só a Ele (Deus) que o monarca presta conta de seus atos.¹²¹

Com a revolução liberal constitucionalista de 1820, começou-se a alterar as concepções sobre a origem do poder: a soberania deixou de ser pensada a partir da *pessoa* que encarna o poder – no caso, o monarca – para estar alicerçada na figura do cidadão. Foi o momento de fundação do novo pacto entre o rei e o povo, este entendido não apenas como súdito ou vassalo, mas como *povo-cidadão*, princípio da soberania que se representaria em uma constituição.¹²²

No início do século XIX, a ideia de povo como “todo” ou unidade política designava aquele que se transformara em ator central do processo político, em força histórica evidente, ao mesmo tempo em que passa a ter destacada sua natureza problemática: quem era o povo? Como deveria exercer a soberania?

Nos debates da nossa primeira Assembleia Constituinte, em 1823, o povo foi elemento-chave. Perguntava-se: quem era o “povo independente” recém constituído? Qual o sistema político e administrativo adequado para o povo *brasiliense*? A controvérsia em torno do Voto de Graças à primeira fala de Sua Majestade Imperial na Assembleia iniciou, oficialmente, os trabalhos parlamentares, e apresentou os diferentes usos da acepção “povo”. A urgência da matéria foi proposta por Antônio Carlos Machado, que sugeriu as palavras a serem remetidas, enaltecendo os “sentimentos de verdadeira constitucionalidade do Imperador, além dos princípios de genuína liberdade a que aspira”.¹²³ Entretanto, alguns deputados mostraram-se incomodados com as

¹²¹ GONZAGA, Tomás Antônio. *Tratado de Direito Natural* [1772]. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Cf. LIRA, E.M. *Uma teoria moral da soberania: o Tratado de Direito Natural de Tomás Antônio Gonzaga*. Monografia. UFPB: graduação em Ciências sociais, 2010, publicada na Revista Caos, disponível em http://www.cchla.ufpb.br/caos/n19/MONOGRAFIA_ERYGEANNY%20LIRA.pdf

¹²² Ver RAUTER, “Verbete povo e povos” in: Feres Jr. João. *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil*, pp.209-211.

¹²³ Antônio Carlos Machado, DAC, sessão 05 de maio de 1823, p. 22. Antônio Carlos apresentou o seguinte voto de Graças: “Proponho que se nomeie uma Deputação para levar à Presença de Sua Majestade imperial, o voto de graças da Assembleia pela graciosa Fala de Sua Majestade Imperial pronunciada na sessão primeira, 3 de maio do corrente mês, e que se declare a Sua Majestade Imperial: 1º que a Assembleia reconhece com ternura a generosidade e a grandeza d’alma de Sua Majestade Imperial, que desprezando sentimentos acanhados, e vistas curtas e interessadas foi o primeiro a convocar a Representação Nacional, que deve limitar o poder que de fato possuíram os seus Antecessores. 2º que a Assembleia louva, e agradece a atividade de Sua Majestade Imperial, que lhe abriu o caminho às reformas precisas, e facilitou assim os trabalhos da Assembleia. 3º a Assembleia reconhece mais na Fala de Sua

palavras ambíguas que D. Pedro havia defendido na sessão de abertura, prometendo defender a constituição se fosse digna do Brasil e Dele, e sugeriram que deveria entrar em discussão a Fala do Imperador. O deputado José Custódio Dias, eleito por Minas Gerais, enfatizou que

julgar se a Constituição, que se fizer, é digna do Brasil, só compete a nós como *Representantes do Povo*, e aos mais que ainda faltam de muitas Províncias. Demais se nós confiamos tudo dele, por que não confia Ele também tudo em nós? Tem *um Povo fiel que o elege seu defensor, que o aclama, que o coroa*, e há de desconfiar? Acabem-se de uma vez estas indiferenças; seja uma só a voz da Nação e a do Chefe do Poder Executivo, por mais arriscada que for a crise. *Nós, como Representantes da Nação* não seremos injustos, nem faltaremos aos nossos deveres; *o Povo Brasileiro ama com predileção a Dinastia de Bragança*, e é tão brioso e liberal como amigo do seu Imperador. Entendo pois que deve entrar neste contrato sem desconfiar de nós.¹²⁴

Na fala do constituinte encontramos, mais uma vez, a associação entre povo e o adjetivo pátrio, brasileiro, alusivo à noção de identidade territorial. De fato, este período é marcado pela emergência na linguagem política de uma nova forma de identidade política: o ser brasileiro. Por isso, a maioria dos parlamentares ao falar em povo, no singular, adiciona o adjetivo pátrio *brasileiro* em um esforço para construir o conceito de povo próprio. Por isso, na continuação da sua fala, ainda o deputado José Custódio Dias refere-se ao “*Povo Brasileiro* [que] tem posto em nós a sua confiança, e espera que façamos uma Constituição digna dele”.¹²⁵

Entretanto, ao associar a acepção *povo* à ideia de representação, o deputado conferiu ao vocábulo um sentido propriamente político. Para o deputado Dias, o povo havia encomendado “uma Constituição mui conforme aos seus sentimentos”. Ele continua: “[talvez], teremos a sorte que quase sempre cabe aos defensores da liberdade. Eu [...] quero a liberdade [...] bem entendida, e a favor dela sempre clamarei, *como órgão do Povo*, sem jamais me desviar deste caminho por temor ou covardia”.¹²⁶

Imediatamente, o constituinte João Antônio Rodrigues de Carvalho expôs a sua opinião sobre o Voto de Graça, defendendo a superioridade do Imperador em relação à

Majestade Imperial os sentimentos de verdadeira constitucionalidade, e os princípios de genuína liberdade a que aspira – Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado”.

¹²⁴ José Custódio Dias, DAC, sessão 06 de maio de 1823, p. 28. José Custódio Dias nasceu em Minas Gerais e era sacerdote. Foi eleito para Assembleia Constituinte de 1823 pela sua província natal, e posteriormente nas três primeiras legislaturas, entre 1826-1835, neste último ano foi nomeado senador do Império.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 29.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 29.

Assembleia. Para Rodrigues de Carvalho, “a Nação escolheu o Senhor D. Pedro I para o seu Imperador, e a Nação o ama”. E para comprovar, disse o deputado,

consulte cada um o que viu e ouviu no dia da abertura desta Assembleia: os vivas dentro deste recinto, e fora, e pelas ruas, eram incessantes, no teatro o regozijo e as aclamações foram iguais; e eis aqui o termômetro do sentimento público.¹²⁷

O que subjaz do discurso do deputado é a sutil mudança de termos. Enquanto a maioria dos deputados referia-se ao povo, seja como fato plural ou como princípio jurídico, Rodrigues de Carvalho reportava-se à Nação como fundamento do poder do monarca. Este fato não passou despercebido por Antônio Carlos Machado. Incomodado com o uso aleatório das palavras, o constituinte alertou:

Há uma diferença entre Povo e Nação, e se as palavras se confundem, a desordem nasce. Nação abrange o Soberano e os Súditos; *povo só compreende os Súditos*. O Soberano é a razão social, coleção das razões individuais; *o povo é o corpo que obedece à razão. Da confusão destes dois termos, da amalgamação in-filosófica da Soberania e povo, tem dimanado absurdos, que ensanguentaram a Europa, e nos ameaçam também; exijo que se substitua a palavra povo a de nação todas as vezes que se falar em soberania*.¹²⁸

O povo que figura na fala de Antônio Carlos se aproxima daquele proposto por Tomás Antônio Gonzaga em seu *Tratado de Direito Natural* na segunda metade do século XVIII. Trata-se do povo que elege o seu governante, mas depois desse ato, nada mais toca, a não ser submeter-se, ser súdito. O povo, portanto, não está no centro do discurso político, pois desse modo evitava-se que este mesmo povo aparecesse como protagonista no teatro do poder e portador da vontade soberana.

A obsessão em demonstrar os perigos da soberania popular não é algo particular aos deputados brasileiros. Os males provocados pelo poder excessivo concedido ao povo no período jacobino da Revolução Francesa permeiam toda obra de Benjamin Constant. No início de seu *Princípios de Política*, o filósofo enfrenta a difícil questão da vontade geral. Embora admita a sua existência em termos abstratos, Constant assegura que o problema está na sua aplicação concreta. Para ele,

o axioma da soberania do povo tem sido visto como um princípio de liberdade. Na verdade, ele é um princípio de garantia constitucional. Objetiva evitar que um indivíduo qualquer assuma a autoridade que pertence apenas à

¹²⁷ João Antônio Rodrigues de Carvalho, DAC, sessão 06 de maio de 1823, p. 29.

¹²⁸ Antônio Carlos Machado, DAC, sessão 06 de maio de 1823, p. 31. Grifos nossos.

sociedade política como um todo. Não obstante, ela não determina coisa alguma a respeito da natureza de tal autoridade. Não adiciona, portanto, nada à soma das liberdades individuais, e, se não nos valermos de outros princípios para determinar a extensão de tal soberania, a liberdade poderá ser perdida, a despeito do princípio da soberania do povo, ou mesmo por causa dele.¹²⁹

Assim, Constant não nega que o corpo de todos os cidadãos é soberano. Isso significa dizer, entretanto, que nenhum indivíduo, grupo ou facção pode arrogar-se como detentor da soberania, salvo por delegação.

A moderna noção de soberania é o resultado de uma longa e complexa jornada. A identificação do povo como elemento central do soberano remonta a Marsílio de Pádua. Imerso no atribulado período de disputas entre o Papa e o Imperador pela primazia sobre o poder, o conselheiro político do Imperador do Sacro Império Romano Germânico Luís IV, da Baviera, afirmou que o povo (o conjunto dos cidadãos) ou sua *parte preponderante*, formava a fonte de legitimidade do poder terreno.¹³⁰ Em outras palavras, operava-se a gradual transferência do poder de Deus para o “seu povo”. Nesse processo de secularização do poder, os tratadistas ibéricos da Contra-Reforma, em meados do século XVI, foram muito importantes. Para estes teóricos, como Francisco de Vitória, Luiz de Molina e Francisco Suarez, o poder legítimo dos reis só podia emanar do próprio povo, o verdadeiro soberano, tornado agora o único legítimo intermediário do poder de Deus. Se a tese pôde servir de fundamento ao absolutismo monárquico, que conhecerá seu mais pleno desenvolvimento nos escritos franceses de Jean Bodin e Jacques Bossuet entre meados do século XVI e meados do século XVII, ela também poderia ter-se prestado à instalação do princípio da soberania popular.

O fato é que pelo menos desde o século XVI, com os estudos mais sistemáticos de Bodin e Hobbes sobre o assunto, a noção de soberania foi concebida como um poder unificado, absoluto e ilimitado. Com o advento da Revolução Francesa no final do século XVIII surgiram novas figuras abstratas no cenário político, como povo, nação, soberania e representação. Entretanto, as noções de soberania e nação ocuparam um lugar central. Por um lado triunfou a concepção de soberania gestada desde o século

¹²⁹ CONSTANT, Benjamim. *Princípios de Política Aplicáveis a todos os Governos* [1810]. Tradução Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Topobooks Editora, 2007, p. 51.

¹³⁰ KRITSCH, Raquel. “Final – o poder sem pecado” in: *Soberania: a construção de um conceito*. São Paulo: FFLCH/ USP/ Humanitas, 2002, pp. 493-536.

XVI: indivisível, absoluta e ilimitada. E por outro lado, a ideia de nação concebida como um corpo de cidadãos iguais perante a lei.¹³¹

As transformações políticas trazem consequências diversas, que explicam, por sua vez, diferentes maneiras de instalação da política moderna. Os revolucionários franceses, por exemplo, cortaram a cabeça do rei Luís XVI e declararam que a soberania estava depositada na nação, tal qual os ensinamentos de Sieyès. Nesse sentido, tiveram a árdua tarefa de afirmar a soberania interna, ou, em outras palavras, encontrar uma solução política para que a nação exercesse a soberania. No mundo hispânico, como apontou François Guerra, a soberania da nação nasceu da ausência do rei e em seu nome, na luta contra a invasão francesa e a imposição por Napoleão de uma nova dinastia. Assim, a nação se afirmou em combate contra um inimigo externo: primeiro contra Napoleão; e a partir do processo de independência, em um segundo momento, contra a Espanha peninsular.¹³²

Ao contrário da França, que esteve às voltas com o problema do exercício interno da soberania da nação devido à decapitação do rei, e do mundo hispânico que vivenciou o “vazio da soberania”, o mundo ibérico mobilizou uma ferramenta política diferente para fugir do turbilhão provocado por Napoleão na Europa: os políticos portugueses, como vimos, arquitetaram a transferência da Corte para o Brasil em 1808, e alguns anos mais tarde, ao ser pressionado para voltar a Portugal devido a Revolução do Porto em 1820, D. João deixou seu filho D. Pedro I como príncipe-regente. Dessa maneira, a soberania da nação nasceu a partir da redefinição da relação entre o monarca e a estrutura política e social que este encabeçava. Tratava-se, então, da afirmação interna da soberania, seja por meio da unificação do território, seja pela convocação de uma Assembleia Constituinte. Por esta razão existia a preocupação de Antônio Carlos Machado com a “amalgamação in-filosófica da soberania e povo”, a qual originou absurdos que “ensanguentaram a Europa” e também ameaçavam o Estado que se constituía no Brasil. Os parlamentares brasileiros se esforçaram para preservar a cabeça de D. Pedro, ao mesmo tempo que tentavam demarcar seu poder, seguindo bem de perto

¹³¹ NORA, Pierre. “verbete nação” in: FURET, François & OZOUF, Mona. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Prefácio de José Guilherme Merquior. Tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 803.

¹³² GUERRA, François-Xavier. “De la política antigua a la política moderna. La revolución de la soberanía” in: GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick (orgs). *Los espacios públicos em Iberoamérica: ambigüedades y problemas. (siglos XVIII e XIX)*. México: CFEMC/Fondo de Cultura Económica, 1998, p. 132.

as ideias de Benjamim Constant: governo limitado – por meio da divisão dos poderes –, porém forte.

Na sessão de 20 de maio, o constituinte Antônio Martins Bastos, eleito pelo Rio Grande do Sul, sugeriu a criação de uma comissão especial para redigir o decreto concedendo plena e completa anistia a todos os que tivessem abraçado opiniões políticas contrárias “à nossa grande causa”. Tratava-se do projeto de anistia. Esta sessão possibilitou um profícuo debate sobre a fonte da soberania. Para Antônio Carlos, a soberania reside, em essência, na Nação,

É ela [a Nação] a única verdadeira soberania, nela reside essencialmente a coleção de todos os poderes, que juntos formam a soberania, e que delegados divididamente formam outras tantas delegações Soberanas. A sua vontade é a coleção das vontades individuais; a sua razão a coleção das razões particulares; a sua força o complexo de todas as forças separadas; e a razão e a força é que fazem a soberania. Mas do direito se não segue o exercício; em todas as sociedades que se não restringem a pequenas cidades a experiência mostrou a impossibilidade da soberania exercitada por todos e a necessidade da delegação.¹³³

A soberania reside fundamentalmente na Nação. Entretanto, *sem representação não há Nação* como entidade verdadeiramente política.¹³⁴ A representação política concede vida à Nação. Nesse primeiro momento, a Nação só passa a existir porque há um núcleo de unidade do corpo político e a constituição do *UM*. A ideia de unidade pode ser representada na forma política. Por esta razão, a união da Nação é originariamente representativa antes que se concretize o sistema representativo em particular, com todas as suas instituições e órgãos políticos. Assim, a preocupação dos parlamentares ao longo do período de vigência da Assembleia Constituinte estava concentrada na afirmação interna da soberania. Por um lado, tentavam definir o sujeito da soberania; por outro, buscavam demarcar as fronteiras desta concepção de soberania nacional por meio dos debates em torno da delimitação dos poderes, especialmente as disputas entre a Assembleia e o Imperador, e também com a preocupação de formar o corpo político, através dos debates sobre a cidadania e a participação política.

¹³³ Deputado Antônio Carlos Machado, DAC, sessão 20 de maio de 1823, p. 85.

¹³⁴ Deputado Antônio Carlos Machado, DAC, sessão 16 de maio de 1823, p. 58, grifo nosso.

2.2 Soberanias em disputa: a autoridade do Imperador versus a teoria da soberania nacional

Na sessão de 26 de julho entrou em discussão o Projeto da Comissão de Constituição sobre o modo de promulgar leis.¹³⁵ A discussão sobre a promulgação das leis orbitou em torno daqueles que consideravam a Assembleia a fonte de todo poder, recebido diretamente do povo, e os que sustentavam que o Imperador detinha um poder superior ou pelo menos igual ao da Assembleia. Ou seja: para alguns deputados o povo era o único soberano, e, assim sendo, apenas a Assembleia poderia encarnar a soberania. Para outros constituintes, o imperador era considerado o primeiro representante da vontade nacional, por isso a soberania estava dividida entre o povo e o monarca. Para esta última interpretação, a soberania real teria origem na aclamação de D. Pedro, que

¹³⁵ Projeto da Comissão de Constituição: “art. 1º De todo o projeto de Lei, uma vez reduzido a Decreto, e lido na Assembleia, far-se-ão dois autógrafos assinados pelo Presidente e os dois primeiros secretários, os quais serão apresentados ao Imperador por uma comissão de sete membros, nomeada pelo presidente [Passou sem discussão]. Art. 2º Um dos autógrafos será remetido, depois de assinado pelo Imperador, ao arquivo da Assembleia e o outro será promulgado na forma do artigo 4º [Passou sem discussão]. Art. 3º Os decretos da presente Assembleia serão promulgados sem preceder de sanção”. O debate sobre o veto imperial começou, na verdade, na sessão 12 de junho, e é fundamental para entendermos os modelos constitucionais que estavam em jogo no início do século XIX brasileiro.

A discussão deste projeto de lei pode ser considerada semelhante àquela que a França assistiu no período da Revolução Francesa sobre a questão do veto monárquico. Para os representantes do Comitê Constitucional, Lally-Tollendal e Mounier, a Assembleia Constituinte fora convocada por um rei, e, por isso, sua autoridade precedia a dela. Seus membros haviam recebido mandato para agir de acordo com a coroa para evitar que a monarquia degenerasse em despotismo. O monarca preexistia à Constituição. Desse modo, os porta-vozes do Comitê defendiam que o princípio da soberania residia na Nação, mas não podia ser exercido diretamente pela Nação. Daí, enfatizavam a necessidade de uma distribuição e equilíbrio de poderes: por um lado, o Executivo forte unido na pessoa do monarca; e de outro, um Poder Legislativo dividido entre o monarca e duas Assembleias representativas. O fecho de tal sistema baseava-se na preservação de um direito de veto monárquico em matéria legislativa. O veto monárquico absoluto, segundo Mounier, estabeleceria o equilíbrio entre o Executivo e o Legislativo e, ao mesmo tempo, asseguraria um governo em conformidade com os interesses do povo. Os opositores do Comitê – Salle, Pétion, Grégoire, Rabaut-Saint-Etienne e Sieyès – não concordavam com a ideia de que era essencial qualquer forma de consentimento monárquico à Constituição. A monarquia seria um poder constituído, por isso deveria ser recriada pela Constituição; logo, não poderia ser parte de sua criação, que só poderia ser ato da Assembleia Nacional Constituinte agindo como convenção constitucional munida por seus eleitores do poder constituinte de instituir novamente. Nesta perspectiva, a arquitetura institucional do equilíbrio de poderes, característica do modelo inglês, é substituída pela dicotomia emanada de Rousseau entre o Poder Legislativo soberano e a autoridade delegada do Executivo. Por esta razão, pronunciaram-se a favor do veto monárquico suspensivo. Entendido como uma tarefa específica do rei, o veto suspensivo funcionaria como uma invocação ao povo em caso de crise entre a vontade da legislatura e a vontade geral. Nas palavras de Baker, “o veto tornou-se, portanto, a chave de reconciliação revolucionária da soberania da nação com o governo representativo”. No curso dos votos disputados, a Assembleia decretou um modelo constitucional calcado em um corpo legislativo único, de um Executivo subordinado representado pela Coroa, e de um veto monárquico suspensivo. Estas opções constitucionais acarretaram, segundo Baker, enormes consequências na dinâmica da Revolução Francesa, especialmente na definição e na forma da constituição. Ver: Keith Michael Baker no verbete “constituição” in: FURET, François & OZOUF, Mona. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Prefácio de José Guilherme Merquior. Tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, pp. 227-232.

revelava o vínculo direto entre o povo e o monarca, anterior à instalação da Assembleia Constituinte e da Constituição.¹³⁶

No entanto, para ambas as vertentes o problema da representação aparece, não relacionado à prática do governo representativo, mas ao cuidado de constituir a unidade da Nação brasileira. Sobre esta questão, diz Antônio Carlos:

Somos os eleitos da Nação [...]. É preciso entender que qual for o espírito popular tal deve ser o nosso; nós devemos ser o espelho em que ele se reflita [...]. Se representarmos pois o espírito popular, se exprimirmos a vontade geral, se cumprirmos com os nossos deveres fazendo uma Constituição em que nada abandonemos dos Direitos da Nação, antes lhe seguremos as liberdades a que tem direito, mas ao mesmo tempo não levemos as coisas ao cabo, invadindo e aniquilando as legítimas prerrogativas da Coroa, que garantindo a existência da Monarquia garantem também a ordem social; sem dúvida uma tal Constituição merecerá o agrado e aceitação do Imperador, que tanto tem trabalhado para sua instauração, e tanto amor tem mostrado ao Povo.¹³⁷

Pode-se observar no discurso acima que, mesmo quando o deputado pretende delimitar o espaço que lhe é próprio, isto é, a soberania da Assembleia Constituinte, concomitantemente aparece a preocupação de demarcar um lugar específico para o monarca no novo arranjo institucional. Ao que parece, no ambiente da Assembleia reconhecia-se a autoridade singular do monarca, no sentido de que o Imperador não devia confundir-se com nenhum poder. Todavia, as palavras de Antônio Carlos também nos mostram que os deputados estavam preocupados em constituir o “Um” por meio da representação nacional.

O processo representativo prolonga o trabalho de encarnação do poder. Para Antônio Carlos, o sujeito da representação é a Nação. Os representantes não são delegados de um grupo, não são porta-vozes de uma opinião, nem são defensores de interesses particulares. Eles são apenas emissários de uma fração da vontade geral.

O primeiro deputado a falar sobre o tema específico da sanção imperial foi José Joaquim Carneiro de Campos, figura muito atuante na Constituinte. O mesmo perguntou a seus pares: “negando ao Imperador a sanção nas leis regulamentares ou administrativas, [...] nós alteramos a forma de governo decretado pela Nação?” O nobre constituinte, lembrando a frase de Mirabeau, na Assembleia francesa, - “não somos

¹³⁶ A disputa entre as duas concepções de soberania perdurou durante todo o período Imperial, gerando conflitos entre os poderes legislativo e executivo, e revoltas em várias províncias do país. Ver Luisa Rauter Pereira, *O Conceito de Soberania: dilemas e conflitos na construção e crise do Estado Imperial Brasileiro (1750-1870)*, *Intellèctus*. Ano IX. n.2, pp. 1-22.

¹³⁷ Deputado Antônio Carlos Machado, DAC, sessão 06 de maio de 1823, p. 29.

selvagens vindos nus das margens do Orinoco para formar uma sociedade” – insistia que à Constituinte preexistia uma sociedade política já organizada com uma forma de governo politicamente escolhida – monarquia constitucional representativa –, cujo chefe, D. Pedro, havia sido aclamado Imperador e Defensor Perpétuo. Esse fato não poderia ser alterado pela Constituição. Assim, era da essência do regime monárquico constitucional e representativo a sanção do monarca para que as leis pudessem ser promulgadas e executadas:

*Só a Nação possui realmente a soberania; porque só nela reside a reunião de todos os poderes políticos. A soberania é inalienável; a Nação só delega o exercício dos seus poderes soberanos. Ela nos delegou somente o exercício do Poder Legislativo, e nos encarregou de formarmos a Constituição de um governo por ela já escolhido e determinado [Monárquico Constitucional e Representativo]. Nós as recebemos [as bases da constituição] da Soberania da Nação; nós temos jurado mantê-las, e as devemos respeitar religiosamente em todas as nossas decisões.*¹³⁸

Após defender que a Nação é a fonte de toda soberania, Carneiro de Campos arquitetou qual o tipo de modelo constitucional que melhor exerceria esse poder:

Os governos não se distinguem pelas suas formas externas; o caráter particular que constitui a sua natureza e classifica a sua espécie, só o poderemos achar nos poderes que exercem as diversas autoridades que o compõe. A Monarquia Representativa é um governo misto, que se combina umas vezes com elementos democráticos, outras vezes com a Aristocracia e a Democracia juntamente; se nos conduzíssemos somente pelas suas formas externas, e não atendêssemos mui especialmente para os poderes que exerce o Chefe da Nação, e que lhes dão o caráter Augusto de Monarca, certamente confundiríamos a Monarquia Representativa com as Repúblicas [...]. Basta refletir que em vão depositaremos em uma só pessoa a plenitude do poder executivo, e em vão lhe conferimos o Título de Rei e Imperador, ele jamais será um Monarca, e Monarquia o governo a que presidir, se ao mesmo tempo este supremo Magistrado não for munido de autoridade suficiente para contrabalançar as resoluções do Poder Legislativo.¹³⁹

Para o futuro Marquês de Caravelas, a Monarquia representativa brasileira deveria ser um governo misto marcado pelos elementos democrático, aristocrático e monárquico. Daí a necessidade da distribuição e equilíbrio dos poderes: de um lado um executivo forte, depositado na pessoa do Monarca; de outro, o Poder Legislativo, dividido entre a Assembleia e o Imperador. A chave deste modelo constitucional é a ingerência do Executivo na arena legislativa, atuando de modo a estabelecer o equilíbrio entre os poderes. Por isso que, para Carneiro de Campos, a distinção entre o governo

¹³⁸ Joaquim Carneiro de Campos, DAC, sessão 26 de junho de 1823, p. 299.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 299.

monárquico representativo e as Repúblicas está na influência que o Monarca exercera sobre o corpo Legislativo.

Todos sabem que nas Repúblicas de Veneza e Gênova o Poder Executivo era confiado a um só Magistrado com o título de Doge; que o Stathouder era o Chefe supremo da Holanda, e que a Polônia dava título de Rei ao Magistrado que a presidia, bem como tinham o mesmo título os dois Magistrados Chefes do Governo da Lacedemônia. Por ventura todos esses Magistrados, em cujas mãos se achava depositado todo o Poder Executivo, eram Monarcas? Por certo que não. Eram Republicanos os Governos, a que eles presidiam? Sim. Logo nem a unidade do Chefe da Nação, nem o título que é denominado determina a forma específica de um Governo; o que verdadeiramente caracteriza o Governo Monárquico Representativo, e o que distingue as Repúblicas é a grande influência que o Monarca tem no Corpo Legislativo.¹⁴⁰

Para Carneiro de Campos, as monarquias representativas deveriam evitar dois grandes riscos: a reunião dos poderes no corpo legislativo, o que constituiria a tirania dos muitos, e a concentração de poderes no chefe da nação, o que daria a este o caráter de monarca absoluto e formaria a tirania de um só. Para conservar a liberdade é indispensável, aponta Carneiro de Campos, que o poder legislativo e o monarca estejam vigilantes. O poder legislativo deve observar as ações dos ministros, cumpridores do poder Executivo, e o monarca, as atividades da Assembleia. Estas circunstâncias, ainda de acordo com o constituinte, deram nascimento ao Poder Moderador, “que é o baluarte da liberdade pública e a mais firme garantia para Nação de que nós, que somos seus legítimos representantes, e os que nos sucederem em outras Assembleias, jamais nos transformaremos em seus senhores e tiranos”. Segundo Carneiro de Campos, os mandatários do povo brasileiro estão sujeitos às ambições e aos seus interesses particulares que “a nação constitua a sua sentinela n’aquela que é superior a todas as considerações e interesses particulares, e que tem um interesse eminente em manter a constituição pela qual existe a monarquia”, isto é, no Imperador.¹⁴¹

A primeira voz que se levantou para combater a preexistência do Imperador à Assembleia foi a do padre Venâncio Henriques de Rezende, revolucionário de 1817 e eleito por Olinda:

Em todos os publicistas que tenho lido [...] tenho visto que os decretos das Assembleias Constituintes não dependem da sanção real: nem é possível que dependam, Sr. Presidente, porque é ela que deve marcar os limites dos poderes constitucionais, e a parte que o chefe da nação deve ter na factura das

¹⁴⁰ Joaquim Carneiro de Campos, DAC, sessão 26 de junho de 1823, p. 300.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 301. Sobre o Poder Moderador ver o trabalho recente de LYNCH, Christian E. C. *O momento monarquiano: o poder moderador e o pensamento político imperial*. Tese de doutoramento em Ciência Política. Orientadores: Marcelo Jasmin; Pierre Rosanvallon. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

leis, enquanto isto se não faz tudo está em suas mãos, salva a monarquia constitucional[...]. Dizem que a Assembleia não é infalível, e é sujeita as paixões; e o imperador é um anjo, não tem paixões? O imperador é mais sujeito a essas paixões porque tem para elas mais incentivos; comanda a força, dá os empregos, as honras, e é quem executa as leis e por isso tem mais interesse em que elas sejam ao seu jeito; nós nada disso temos, e somos temporários, e tornamos para o que antes éramos. A Assembleia não é infalível: e o imperador é? Nego. É tanto homem como nós; e demais tem maiores entraves para ver a verdade, mais incentivo de paixões.¹⁴²

Na perspectiva lançada pelo Pe. Henriques Resende, o Imperador seria um poder constituído. Assim, o monarca seria parte da Constituição e deveria ser recriado pela Assembleia Constituinte. Nas suas próprias palavras:

[...] quando os Povos aclamaram o Imperador, não foi para que ele governasse em absoluto: os brasileiros não querem ser escravos. Aclamaram o Imperador na implícita, e mesmo explícita condição de governar debaixo de uma Constituição; mas quem há de fazer essa constituição? Será o Imperador como inculcava uma cláusula do Decreto de convocação do Conselho de Estado, que diz – *A Constituição que eu jurei dar?* Não, decerto. O Parlamento inglês? Não. As Cortes de Lisboa? As de Espanha? Pior [...]. A Assembleia Brasiliense é quem deve fazer esta Constituição. Isto é o que queria dizer, jurar S.M.I a Constituição que fizer a Assembleia do Brasil. Concorra Ele para essa obra com seu voto como cidadão, e cidadão qualificado, que com a experiência dos negócios pode ter uma razão poderosa contra tal, ou tal disposição: e então a Assembleia, que certamente não se leva por caprichos, atenderá a essas razões; mas não ser a Assembleia Constituinte... ter o Imperador o *veto* sobre a Constituição! Jamais! A Assembleia é pois Constituinte.¹⁴³

Ao longo do período de discussão do projeto, os Andradas foram depostos do Governo, fato este que forneceu um elemento a mais nos debates. O substituto de José Bonifácio no Ministério, Carneiro de Campos, marcou seus pronunciamentos, como vimos, em favor da defesa das prerrogativas monárquicas e da *ideia de soberania como união e divisão de poderes*. Na sessão de 29 de julho, ainda sobre a forma de promulgação das leis da Assembleia, Carneiro de Campos ratificou suas ideias tentando demonstrar que o Brasil, em primeiro lugar, não era uma Nação nova, pois antes da instalação da Assembleia “o Brasil no exercício imediato da soberania nacional havia já adotado por unânime deliberação e vontade o governo monárquico constitucional”. Por isso, não era possível considerar a Assembleia “revestida da plenitude do exercício da soberania nacional, pois nela não se achavam concentrados todos os poderes soberanos”. Para o constituinte, “a soberania reside na Nação”, e consiste na “reunião de todos os poderes”. A nação, ainda seguindo as ideias de Carneiro de Campos, delega

¹⁴² Venâncio Henriques Resende, DAC, sessão 26 de junho de 1823, p. 303.

¹⁴³ *Ibidem*, p. 303. Grifos do autor.

apenas o exercício dos poderes, e à Assembleia concedeu “simplesmente o exercício do poder legislativo”. Logo, arrematou Carneiro de Campos, negar ao Imperador a tarefa de sancionar leis significa alterar a forma de governo monárquico constitucional, “que a nação tem decretado e que nos deu por base que nós não podemos mudar”.¹⁴⁴ Para não deixar dúvidas, concluiu o deputado:

Esta decantada ideia da concentração dos poderes soberanos, nasce de outra igualmente errônea de residir a soberania na assembleia, quando aliás esta é inalienável e inseparável da nação, que verdadeiramente é soberana. Se todavia chamamos a esta assembleia soberana, não é certamente porque nela resida a soberania, mas porque exerce um poder soberano, como o de legislar e de formar a constituição; no mesmo sentido se dá ao monarca o título de soberano, porque também exerce poderes soberanos e tem demais a mais a primeira e suprema dignidade na hierarquia política.¹⁴⁵

Em resposta a Carneiro de Campos, levantou-se o deputado Manoel José de Sousa França, eleito pelo Rio de Janeiro, e advertiu que a Assembleia é soberana, posto que exercita um poder soberano, uma vez que entendia por soberania

o direito que tem uma Nação qualquer de se constituir, e de mudar a sua constituição, como, e quando lhe convier. É pois soberania um termo próprio da ciência do governo, que significa faculdade, virtude, poder, enfim direito exclusivo que tem os indivíduos de uma nação seletivamente considerados de estabelecerem a forma de governo, com que convencionam ser regidos.¹⁴⁶

O termo soberania aqui é entendido como direito constitutivo inerente a cada Nação. A soberania é a substância interna da sociedade. E ainda que signifique na fala de alguns deputados a relação, primazia, ordem, preeminência e superioridade que guarda o chefe da Nação em relação aos súditos, não é, esclarece o mesmo constituinte França, “nesta significação que cumpre tomar o termo quando tratamos da ação dos direitos políticos”, conquanto é absurdo “chamar-se a assembleia soberana em razão da ordem ou hierarquia, como chamar soberano o chefe da nação em razão do direito político de constituir”. De acordo com o deputado, o termo soberania não pode ser confundido com o poder soberano delegado à Assembleia ou ao monarca:

O chefe da nação é pois denominado soberano porque a Nação o colocou no mais alto posto da hierarquia política; a assembleia é soberana, enquanto reunida representa a nação, e exercita um direito político exclusivo, que só ela tem, mas não pode por si mesmo exercer [...]. Quando dizemos que uma assembleia é soberana, queremos dizer que exercita o direito da soberania da nação, o direito primitivo da convenção das sociedades, o direito de constituir

¹⁴⁴ Deputado Joaquim Carneiro de Campos, DAC, sessão 29 de julho de 1823, pp. 473-474.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 475.

¹⁴⁶ Deputado Manuel de Sousa França, DAC, sessão 29 de julho de 1823, p. 477.

salvos certos princípios; quando dizemos que o chefe da nação é soberano, não significa-nos nisso a mesma ideia; é outra coisa o que queremos dizer; isto é, que é o superior de todos os indivíduos dessa nação colocado por eles no mais alto posto da hierarquia civil [...].¹⁴⁷

Para ambos os deputados, o princípio de que a soberania reside na Nação não sofre dúvida. Entretanto, a forma de interpretar a noção de soberania é distinta. Carneiro de Campos enxerga a ideia de soberania como divisão e organização de poderes; França, por sua vez, entende soberania como formação da Nação, elaboração da Constituição, relacionada à ideia de direitos políticos. O que está em jogo é a distinção moderna por excelência entre a titularidade e o exercício da soberania. Para ambos os parlamentares, o povo era a única fonte do poder soberano; entretanto, para Manoel de Sousa França, apenas os deputados reunidos em Assembleia poderiam encarnar institucionalmente a soberania. Já para Carneiro de Campos, ao contrário, “os imperativos da ordem e da harmonia impunham o controle e a vigilância do monarca sobre a soberania popular”.

A elite política brasileira proclamava “como sagrado o axioma da soberania do povo” e defendia que “em virtude desta soberania o povo elegeu os seus representantes”¹⁴⁸; mas, ao mesmo tempo, entendia que o *exercício* da vontade geral rousseauiana era uma impossibilidade teórica. Assim, a referência à soberania popular era mais filosófica do que política. Tratava-se da concepção de *soberania como autorização*, cujo significado é limitar as prerrogativas do Imperador. Por isso, para a maioria dos constituintes, a noção de soberania estava associada ao seu exercício por meio da divisão dos poderes. Entretanto, não podemos descartar, por ser a única voz que se levantou em contrário, as palavras pronunciadas por Manoel José de Sousa França: a soberania é “o direito que tem uma Nação qualquer de se constituir”, ou, em outras palavras, de formar o corpo político.

2.3 A negação da soberania ao povo

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 477.

¹⁴⁸ José Martiniano de Alencar, DAC, sessão 24 de julho de 1823, p. 455. José Martiniano de Alencar (1794-1860), padre, era natural do Crato, Ceará. Participou ativamente da Revolução de 1817 em Pernambuco. Em 1821, foi eleito suplente pelo Ceará para as Cortes de Lisboa. Como o titular José Inácio Gomes não compareceu por motivos de doença, Alencar foi chamado a Casa legislativa em 1822. Em 1823, foi eleito pela mesma província deputado da primeira Assembleia Constituinte brasileira. Foi eleito novamente deputado para a 2ª legislatura, agora pela província de Minas Gerais. Em 1831, foi escolhido pelo Ceará como senador do Império.

A divisão da unidade política, a agitação popular e a ausência de ilustração política do povo foram representadas como ameaças incontestáveis ao seu papel soberano no novo Estado que surgia. Para um grupo de deputados, incumbir ao povo a escolha de seus governantes locais era o mesmo que fomentar a desordem e a anarquia, pois, “a voz onipotente do Povo”, disse Antônio Carlos, “nos preconiza curandeiros políticos”; e, de súbito, continuou o deputado, “nos investe do poder de construir, e desconstruir, mas não nos dá, porque não pode, as precisas Luzes”. É por isso, segundo o constituinte, que seria necessário “arredar dos muros da ainda não bem começada organização social do Brasil”.¹⁴⁹ Para Antônio Carlos Machado, o povo é “naturalmente compassivo”, por isso, seria “impossível, que a união em massas neutralizasse esse amável ingrediente na composição da natureza”. E continua: em nossa formação a Divindade prodigalizou os elementos de amor e de doçura”.¹⁵⁰ Nesse sentido, apenas os representantes reunidos em Assembleia estavam classificados para exprimir a vontade geral, visto que eram os indivíduos mais capazes e mais dignos de participar da expressão da vontade geral.

No decorrer dos debates sobre os governos provinciais¹⁵¹, que aspirava a extinção das juntas de governo eletivas compostas no período da Revolução do Porto em Portugal e substituí-las por uma administração reunida no novo centro do Império, isto é, no Rio de Janeiro, Antônio Carlos mostrou como se daria na prática o exercício da soberania em um país de tão amplas dimensões territoriais. De acordo com o constituinte,

Não se dá ao Povo o que ele não pode bem desempenhar, dás-lhe sim aquilo em que é útil a sua ingerência. Ora, eu sou de parecer, que em todas as matérias, em que o Povo pode ter parte sem dano da ordem, sem perigo de anarquia, é bom que o Povo trate; o que a todos interessa, é da competência de todos. Mas não se creia que desejo entregar o poder à multidão; não decerto, tenha o povo parte, como em geral tem, não por si, mas por seus eleitos; por outros termos tenha parte no que lhe interessa localmente, por meio de representantes locais, assim como trata os negócios gerais pelos seus representantes gerais.¹⁵²

Seguindo o mesmo raciocínio, Moniz Tavares asseverou que “o povo mal aconselhado persuade-se, que assim como pode eleger, pode também depor [...]”; por

¹⁴⁹ Antônio Carlos Machado, DAC, sessão 21 de maio de 1823, p. 95.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 95.

¹⁵¹ Sobre os debates em torno do projeto de lei sobre os governos províncias e as concepções de soberania ver BERBEL, M. R.; FERREIRA, P. B. C. Soberanias em questão: apropriações portuguesas sobre um debate iniciado em Cádiz in: BERBEL, M. R.; OLIVEIRA, C. H. S. (Org.). *A experiência constitucional de Cádiz - Espanha, Portugal e Brasil*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2012.

¹⁵² Antônio Carlos, DAC, sessão 26 de maio de 1823, p. 125.

isso, “as comoções surgem, as perseguições formigam, a segurança perde-se, a liberdade desaparece, a ordem social aniquila-se, tal tem acontecido a maior parte das províncias deste Império”.¹⁵³ De acordo com Joaquim Carneiro de Campos, os males que afligiam as províncias tinham origem menos na organização das juntas provisórias do que na repentina mudança “de governo arbitrário para o livre”, pois “o povo que de repente passa da escravidão à liberdade, não sabe tomar esta palavra no seu verdadeiro sentido”:

Disse-se que o povo era soberano; e disso entendeu-se que cada cidade ou vila podia exercitar atribuições de soberania [...]. Além disto os membros das juntas, pela maior parte, assentam que são representantes do povo, e que podem como tais exercitar a soberania. Destes e outros absurdos é que eu assento que nascem todos os males que tem sofrido nas províncias; porque o povo, que é sempre falto de luzes, vai na boa fé do que lhe pregam os mal intencionados que o descaminham para seus fins particulares [...].¹⁵⁴

João Antônio Rodrigues de Carvalho reforçou o argumento proposto por Carneiro de Campos. Para aquele constituinte, as províncias consideraram-se isoladamente e segregadas de um poder supremo, e conseqüentemente nomearam seus governantes locais sem dependência ou conexão com o governo central e os governos das outras províncias. O povo de cada província, para Rodrigues Carvalho, imaginou-se soberano, pois

nomeando os membros do governo julgou que tinha direito de exigir o que quisesse, de os depor, e de dar as leis. Entraram a dominar as paixões, e partidos próprios de nomeação populares; o tempo era de revolução, em que todos querem tudo a um tempo, todos se julgam com o direito de legislar, e cada um se acredita um soberano mesmo a respeito das autoridades, e daqui veio que em geral os governos das províncias foram increpados, pelos mesmos que os nomearam [...]. Os Povos, mais ou menos, atribuem aos Governos as desordens próprias do tempo, aumentadas por uma forma de eleições, que dando lugar aos ambiciosos de intrigarem ou para serem escolhidos, ou os de seu partido, arma uns cidadãos contra outros, secundando facções e bandos. Os escritores que deviam conduzir a opinião pública, *explicando qual era a essência da soberania da nação e a sua indivisibilidade, entraram a lisonjear o povo, e em breve tempo foram tantas as soberanias quantas as províncias*”.¹⁵⁵

Para esses deputados, os males que atormentavam as províncias procediam da ideia de soberania do povo mal entendida no seu verdadeiro sentido:

¹⁵³ Moniz Tavares, DAC, sessão 26 de maio de 1823, p. 126.

¹⁵⁴ Joaquim Carneiro de Campos, sessão 26 de maio de 1823, p. 128.

¹⁵⁵ João Antônio Rodrigues Carvalho, DAC, sessão 26 de maio de 1823, p. 137. Grifos nosso.

Desde a época da revolução [1820] tem-se difundido no povo princípios desorganizadores e subversivos da ordem pública, e alguns aliás verdadeiros, se lhe tem oferecido de uma maneira tão equívoca, que necessariamente o tem conduzido a erros funestos. Quando se tratou dos governos das províncias, eu então ponderei que as desordens que nelas se experimentavam, não procediam tanto da forma desses governos, quanto dos erros de que se acha o povo imbuído. Tem-se dito o Povo é Soberano, e porque não se tem explicado bem que então se toma por povo toda a nação, se tem caído no erro de entender soberania qualquer parte da nação, porque também se chama povo a coleção dos habitantes de uma província, cidade, vila e mesmo um pequeno arraial [...].¹⁵⁶

Os governos locais, para estes parlamentares, deveriam estar alinhados com a política do centro do Império, visto que o povo brasileiro ainda não possuía “conhecimentos dos negócios políticos” e era muito “novo nesta carreira”. Portanto, indagou José de Alencar, “que mal faz que se lhe diga uma verdade constitucional, isto é, que os únicos procuradores que ele tem e deve ter d’aqui em diante são os seus representantes no Congresso?”¹⁵⁷

A objeção e os limites da soberania do povo estão dados pelo desconhecimento de seus direitos e por sua incapacidade para exercê-los. Por isso, um dos objetivos dos constituintes de 1823 foi a educação política do povo, a tomada de consciência de seus direitos e deveres. É o que podemos depreender da fala do deputado Antônio Gonçalves Gomide, eleito por Minas Gerais, sobre o projeto de instrução pública: “A instrução do Povo é a primeira fonte de felicidade pública e é um bem que o homem possui até a sua sepultura. Precisamos instruir o povo para que aos filhos os pais deem boa educação”.¹⁵⁸ Alguns deputados, como João Severiano Maciel da Costa, defenderam a necessidade de um *Tratado* de educação com um caráter teórico e prático. Os constituintes travaram alguns debates acerca deste assunto, mas decidiu-se que o Tratado de educação para o Império do Brasil deveria atender aos dois princípios para promover as aptidões “físicas, morais e intelectuais” e promover as sociais, que seriam “verdadeiramente aplicações das morais e intelectuais à arte de viver com os homens e forçá-los a concorrer para o nosso bem concorrendo nós para o deles”.¹⁵⁹ Neste caso, as diferenças sociais seriam remediadas pela ascensão social fomentada pela educação, uma vez que o

¹⁵⁶ Joaquim Carneiro de Campos, DAC, sessão 22 de julho de 1823, pp. 439-440.

¹⁵⁷ José Martiniano de Alencar, DAC, sessão de maio de 1823, p. 193

¹⁵⁸ Antônio Gonçalves Gomide, DAC, p. 491.

¹⁵⁹ João Severiano Maciel da Costa, DAC, p. 562.

talento do indivíduo poderia suplantar as desigualdades econômicas, sociais e culturais.¹⁶⁰

Podemos notar nas falas dos deputados que a preocupação com o modelo educacional deveria ser abraçada pelo Estado brasileiro. Esse ponto era fundamental, uma vez que determinaria o tipo de cidadão que se pretendia formar. Os parlamentares reafirmaram suas posições políticas, já que as discussões giraram em torno de que a educação interessava as elites dominantes. O núcleo central dos debates era afastar a importância do iluminismo radical no projeto educacional brasileiro, uma vez que essa tendência de pensamento defendia a liberdade, o fim do regime escravocrata, o direito à propriedade, e atacava a Igreja Católica. Assim, a mocidade local brasiliense deveria receber uma instrução de caráter público, para fundi-la aos princípios da ordem social vigente, escravista e aristocrática. Como se sabe, os negros e os índios não figuravam neste tipo de educação. Os valores que os parlamentares pretendiam incorporar deveriam ser tidos como “íntos” da sociedade, visto que a ordem social liberal-escravista era a que estava no poder no período de vigência da Assembleia Constituinte de 1823.

¹⁶⁰ Sobre o projeto educacional na constituinte de 1823 ver: FERRONATO, Cristiano de Jesus. *Construindo uma nova ordem: o debate educacional na Assembleia Constituinte de 1823*. Dissertação de mestrado. UFPB: João Pessoa, 2006. Orientador Dr. Antônio Carlos Ferreira Pinheiro.

Capítulo III

Os limites da soberania: entre a inclusão e a exclusão

A adoção do princípio da soberania nacional para fundar e legitimar o governo e a autoridade, empregado pela maioria das novas comunidades políticas após a ruptura com o Antigo Regime, trouxe mudanças decisivas nas instituições, normas e práticas políticas, com resultados bem diferentes em cada Estado. No Brasil não foi diferente. Investigaremos neste capítulo os problemas que estiveram presentes na construção do corpo político, especificamente as formas de inclusão e exclusão, na primeira experiência constituinte brasileira.

A Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil iniciou seus trabalhos, como vimos nos capítulos anteriores, em 03 de maio de 1823, sem a presença dos representantes das províncias que não aceitavam a mudança do eixo geopolítico do Império para a Corte do Rio de Janeiro. Em seguida, em 05 de maio do mesmo ano, foi nomeada a comissão incumbida de elaborar um Projeto de Constituição para ser debatido entre todos os deputados no Parlamento. A Comissão de Constituição foi eleita por votação e era composta por 7 deputados: Antônio Carlos (com 40 votos); Antônio Luiz Pereira da Cunha (com 30 votos); Pedro de Araújo Lima (com 20 votos); José da Costa Aguiar (com 19 votos); Manoel Ferreira da Câmara (com 18 votos); Francisco Moniz Tavares (com 16 votos); e José Bonifácio de Andrada e Silva (com 16 votos).¹⁶¹

¹⁶¹ Pedro de Araújo Lima (1793-1870) nasceu em Serinhaém, na Zona da Mata pernambucana. Começou a carreira política em 1821 nas Cortes de Lisboa. Em 1823 foi eleito deputado da Assembleia Constituinte pela sua província natal. Foi ministro do Império, ministro da Justiça e ministro dos negócios estrangeiros. Em 1827 foi diretor da Faculdade de Direito de Recife. Em 1837 foi escolhido senador por Pernambuco; no mesmo ano foi indicado regente do Império. No Segundo Reinado recebeu os títulos de Visconde (em 1841) e de Marquês de Olinda (em 1854).

José Ricardo da Costa Aguiar d'Andrada (1787-1846) nasceu em Santos. Formou-se em Leis pela Universidade de Coimbra em 1810. Foi deputado, pela província de São Paulo das Cortes portuguesas, da Assembleia Constituinte (1823) e da 1ª legislatura (1826-1829). Foi desembargador, ministro do Supremo Tribunal de justiça e conselheiro do Imperador.

Manuel Ferreira da Câmara (1762-1835) nasceu em Minas Gerais. Em 1823 foi eleito deputado à Assembleia Constituinte pela sua província natal. Entre 1827 e 1825 foi senador do Império.

José Bonifácio de Andrada e Silva, o mais velho dos irmãos Andradas, nasceu em Santos, em 1763. Iniciou seus estudos na Universidade de Coimbra em 1783, matriculando-se no curso de Cânones e Leis; dois anos mais tarde começou a estudar filosofia e ciências naturais. Foi ministro do reino e dos negócios estrangeiros entre 1822 e 1823. Foi eleito deputado, pela província de São Paulo, à Assembleia Constituinte de 1823. Após o fechamento da Assembleia em novembro de 1823, José Bonifácio ficou exilado na França durante seis anos. De volta ao Brasil, tornou-se tutor de D. Pedro II, com a abdicação de D. Pedro I, em 1831.

Para informações sobre Antônio Carlos de Andrada e Antônio Luís Pereira da Cunha, ver: Introdução, nota 6. Já para informações sobre Moniz Tavares, ver: Capítulo 1, nota 99.

Na sessão de 1º de setembro, a Comissão apresentou à Assembleia o Projeto de Constituição para o Império do Brasil. O Projeto contava com 272 artigos, organizados em 15 títulos¹⁶², que podem ser divididos em três grandes grupos de questões em que talvez já transparecessem as preocupações dos redatores: 1) definir a Nação; 2) delimitar os direitos e deveres dos cidadãos; e 3) organizar o Estado. Como outras constituições contemporâneas, o Projeto adotou a divisão e o equilíbrio entre os poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário –, dos quais ao Imperador era delegado o Poder Executivo (art. 138), e era tido como pessoa “inviolável e sagrada” (art. 139). Os ministros assinavam os atos do Executivo e eram responsáveis pelo “abuso do Poder Legislativo” e “exercício ilegal do poder ilegítimo” (art. 175, III e IV). O Imperador, além de ser membro do Executivo, também participava do Poder Legislativo, que era “delegado à Assembleia Geral e ao Imperador conjuntamente”. É importante sublinhar, por fim, que o Projeto sugeria a criação de um “Conselho Privado” do Imperador, composto por conselheiros escolhidos pelo monarca, sendo estes “responsáveis pelos conselhos opostos às leis e interesses do Estado” (arts. 180-186).

Por outro lado, o Projeto da Constituinte buscava formar uma comunidade política na qual os cidadãos teriam o direito de participar direta ou indiretamente do exercício do poder político, de acordo com “os auxílios da Sabedoria Divina e [...] os princípios de Justiça”.¹⁶³ O Projeto de Constituição do Império garantia o direito de cidadania a todos os portugueses residentes no Brasil (art. 5, II), certificava os direitos civis de liberdade, segurança pessoal e propriedade (art. 7, I-VI), abolia os “privilégios”, acabava com as corporações e instituía o critério censitário para o exercício dos direitos políticos, assegurando a pequenos proprietários, lavradores, empregados públicos e oficiais militares o acesso às eleições primárias (arts. 122-137).

Contudo, a discussão do Projeto, iniciada em 15 de setembro, logo foi interrompida em seus artigos iniciais devido ao fechamento da Casa em novembro de 1823. Ainda assim, os deputados tiveram tempo para discutir as propriedades de quem seriam os “cidadãos brasileiros”. Porém, os constituintes não chegaram a debater os

¹⁶² 1." Do Território do Império do Brasil; 2." Do Império do Brasil; 3." Da Constituição do Império, e Representação Nacional; 4." Do poder Legislativo; 5." Das Eleições; 6." Do Poder Executivo, ou do Imperador; 7." Do Ministério; 8." Do Conselho privado; 9." Do Poder Judiciário; 10." Da Administração; 11." Da fazenda Nacional; 12." Da Força Armada; 13." Da Instrução Pública, Estabelecimentos de caridade, Casas de Correção, e Trabalho; 14." Disposições Gerais; 15." Do que é Constitucional e sua Revista.

¹⁶³ Projeto de Constituição para o Império do Brasil, DAC, sessão 1º de setembro de 1823, p. 689.

parágrafos referentes aos direitos políticos. Sobre este assunto, dedicar-nos-emos apenas ao Projeto elaborado pela Comissão de Constituição.

A reconstrução da ordem política brasileira foi alicerçada sobre o princípio da soberania da Nação. Desse modo, a nação deveria ser a fonte de poder soberano e o espaço de exercício desse poder. Nos primeiros anos da década de 1820, principalmente nas discussões na Assembleia de 1823, prevaleceu a ideia de nação como entidade abstrata de soberania una e indivisível e composta por indivíduos livres, os cidadãos. Junto com ela foi assegurado também o critério moderno de representação política, e triunfou o princípio de que o governo da nação deveria ficar nas mãos daqueles eleitos pelos cidadãos.

A admissão do princípio de representação acarretava definir dois termos da relação política, os representantes e os representados, o que presumia também determinar os limites da comunidade política que estava sendo produzida. Quem eram os habitantes da Nação? Entre os membros da Nação, quem tinha o direito de eleger e ser eleito? Quem eram os cidadãos? Quem podia ser dirigente ou representante? As respostas para estas perguntas implicavam a produção de categorias novas ou a ressignificação dos velhos vocábulos.¹⁶⁴ Assim, vejamos como os constituintes de 1823 tentaram responder estas questões.

Na sessão de 23 de setembro de 1823, iniciou-se o debate sobre quem seriam os “membros da sociedade do Império do Brasil”. No capítulo I do Projeto de Constituição, intitulado “Dos Membros da Sociedade do Império do Brasil, Título II Do Império do Brasil”, especificamente no artigo 5º, eram definidos como “Brasileiros”:

- I." Todos os homens livres habitantes no Brasil, e nele nascidos.
- II." Todos os Portugueses residentes no Brasil antes de 12 de Outubro.
- III." Os filhos de pais brasileiros nascidos em países estrangeiros, que vierem estabelecer domicílio no Império.
- IV." Os filhos de pai brasileiro, que estivesse em país estrangeiro a serviço da Nação, embora não viessem estabelecer domicílio no Império.
- V." Os filhos ilegítimos de mãe brasileira, que, tendo nascido em país

¹⁶⁴ SABATO, Hilda. “Soberania Popular, Cidadania, e Nação na América Hispânica: a experiência republicana do século XIX”, *Almanack braziliense*, nº 9, maio de 2009.

estrangeiro, vierem estabelecer domicílio no Império.

VI." Os escravos que obtiverem Carta de Alforria.

VII." Os filhos de estrangeiros nascidos no Império, contanto que seus pais não estejam em serviço de suas respectivas Nações.

VIII." Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua religião.¹⁶⁵

A primeira emenda ao capítulo foi proposta por Nicolau Vergueiro, eleito pela província de São Paulo: “proponho que se diga – Cidadãos – em lugar de Membros da sociedade”.¹⁶⁶ A alteração constitucional proposta por Vergueiro para que o termo *membros* fosse substituído por *cidadãos*, intensificou o debate dentro da Casa. Para o baiano Francisco Montezuma, não existia diferença entre os termos *brasileiro* e *cidadão brasileiro*. Disse o deputado:

Eu quisera que se adotasse a emenda do Sr. Vergueiro para desvanecer a ideia de que se há de fazer diferença entre Brasileiros, e Cidadãos brasileiros. Separemo-nos nessa parte de algumas Constituições. Ser brasileiro é ser Membro da Sociedade Brasílica: por tanto todo brasileiro é Cidadão Brasileiro: convém sim dar a uns mais direitos, e mais deveres do que a outros; e eis aqui Cidadãos ativos e passivos.¹⁶⁷

¹⁶⁵ Projeto de Constituição para o Império do Brasil, DAC, sessão 1º de setembro de 1823, p. 689.

¹⁶⁶ Nicolau Vergueiro, DAC, sessão 23 de setembro de 1823, p. 89.

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (1778-1859) nasceu em Bragança, Portugal. Formou-se em direito pela Universidade de Coimbra. Participou do processo de emancipação política brasileira. Foi eleito deputado, pela província de São Paulo, às Cortes de Lisboa. Quando retornou ao Rio de Janeiro elegeu-se deputado para Assembleia Constituinte de 1823. Ingressou na câmara dos deputados, onde esteve até 1828, quando foi nomeado senador por Minas Gerais. Com a abdicação de D. Pedro I, em 1831, tornou-se membro da regência Trina Provisória. Assumiu a pasta do Império em 1832. Retornou ao ministério em 1847, no Ministério da Justiça e, interinamente, no do Império. Foi do Conselho do Imperador e membro do IHGB.

¹⁶⁷ Francisco Montezuma, DAC, sessão 23 de setembro de 1823, p. 90.

Francisco Gomes Brandão (1794-1870) nasceu em Salvador. Formou-se em Direito pela universidade de Coimbra. Ao retornar à sua terra natal, em 1821, trazia o nome Montezuma incorporado ao de batismo, apelido que recebera dos colegas coimbrãos. Participou das lutas pela independência e combateu a designação do general Madeira de Melo para o comandante de armas da província da Bahia. Nesse período, alterou outra vez o nome, passando a assinar Francisco Gê de Acabaia Montezuma – Gê em razão das raízes indígenas; Acabaia como referência a uma árvore da selva brasileira. Tomou assento na Assembleia Constituinte de 1823, pela província da Bahia. Dissolvida a Assembleia, foi preso e deportado para França. Ao regressar para o Brasil, em 1831, retomou sua carreira política. Desempenhou a função de ministro da justiça, durante a regência de Feijó. Foi eleito deputado provincial pela província do Rio de Janeiro em 1847. Foi escolhido senador, em 1851, pela Bahia. Foi membro do Conselho de Estado, da Sociedade de Geografia de Paris, do Instituto de Advogados de Paris, da Ordem da Rosa, da Real Sociedade dos Antiquários do Norte, fundador do IHGB e condecorado por D. Pedro II com o título de visconde de Jequitinhonha em 1854.

Os constituintes tinham, de fato, um problema difícil para resolver: “por que não elevar todos os ‘membros da sociedade’ à categoria de ‘cidadãos?’”¹⁶⁸ Ao empregar o termo amplo *membros da sociedade* ou *brasileiros* no texto constitucional, os deputados admitiriam os indígenas e os cativos como parte da nação brasileira, ideia que não era bem vista pela maioria dos parlamentares. Nesse sentido, duas questões encontravam-se em discussão: a definição da nacionalidade, isto é, de quais indivíduos fariam parte da nação brasileira; e quais direitos que eles teriam garantidos na Constituição. Em outras palavras, os deputados faziam uso da distinção entre nacionalidade e cidadania. E, em seguida, na fala de Montezuma, estabelecia-se a divisão entre *cidadãos ativos* e *cidadãos passivos*. A dificuldade de trocar o termo *membros da sociedade brasileira* por *cidadão brasileiro* foi claramente percebida por Manoel José de Souza França. Para o deputado eleito pelo Rio de Janeiro, era indispensável fazer a divisão entre *brasileiro* e *cidadão*:

Segundo a qualidade da nossa população, os filhos dos negros, crioulos cativos, são nascidos no território do Brasil, mas, todavia, não são cidadãos Brasileiros. Devemos fazer esta diferença: Brasileiro é o que nasce no Brasil, e Cidadão Brasileiro é aquele que têm direitos cívicos. Os índios que vivem nos bosques são Brasileiros e, contudo, não são Cidadãos Brasileiros, enquanto não abraçam a nossa civilização. Convém por consequência fazer esta diferença por ser heterogênea a nossa população.¹⁶⁹

Com o avançar das discussões, os deputados chegaram ao âmago da questão: afinal, o que significava *ser cidadão brasileiro*? Montezuma argumentou que era necessário tratar apenas daqueles que fazem parte da “Sociedade Brasileira”. Nas palavras do deputado:

[...] não tratamos aqui senão dos que fazem a Sociedade Brasileira, falamos aqui dos *Súditos do Império do Brasil*, únicos que gozam dos cômodos de nossa Sociedade, e sofrem seus incômodos, que têm direitos, e obrigações no Pacto Social, na Constituição do Estado. Os Índios, porém estão fora do grêmio da nossa sociedade, não são súditos do Império, não o reconhecem, nem por sua consequência suas autoridades desde a primeira até a última, vivem em guerra aberta conosco; não podem de forma alguma ter direitos, porque não tem, nem reconhecem deveres ainda os mais simples, (falo dos não domésticos) logo: como considerá-los Cidadãos Brasileiros? Como considerá-los Brasileiros no sentido político, e próprio de uma constituição?¹⁷⁰

¹⁶⁸ SLEMIAN, Andréa. “Seriam todos cidadãos? Os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824)” in: JANCSÓ, István (org). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005, p. 830.

¹⁶⁹ Manoel José de Souza França, DAC, sessão 23 de setembro de 1823, p. 90.

¹⁷⁰ Francisco Montezuma, DAC, sessão 23 de setembro de 1823, p. 90.

Dessa maneira, “súdito” era sinônimo de “cidadão”, visto que, no espaço da Assembleia, fazer parte da sociedade brasileira significava aderir à causa do Brasil, ou em outras palavras, concordar com o sistema monárquico que se instaurava. Os argumentos defendidos por Montezuma provocaram debates importantes para definir os membros da sociedade, ao lembrar aos seus colegas constituintes que se tratava de precisar quem eram os *súditos do Império*, ou seja, aqueles que teriam determinados direitos e obrigações na constituição do Estado. Aliás, o deputado ainda enumerou alguns elementos importantes para excluir dois grupos da cidadania, os índios e os cativos.

No que concerne aos indígenas, a luta permanente contra as autoridades luso-brasileiras e a falta de conhecimento sobre a sociedade que se formava justificava a exclusão. Faltava aos indígenas a figura do rei, como fonte legítima da lei, ou seja, da máquina estatal. Tratava-se de uma sociedade que não conhecia o Estado, tal qual vivido pelo deputado Montezuma, uma vez que não aceitava a autoridade da hierarquia, as relações de poder, a dominação dos homens, e por isso viviam em uma luta constante contra o Estado.

Quanto aos escravos, alertava o mesmo deputado:

Deus queira que quanto antes purifiquemos de uma tão negra mancha as nossas instituições políticas: Deus queira que em menos de um ano extirpemos do coração do estado, cancro tão virulento, e mortífero: mas enquanto o não façamos de força havemos confessar que não entram na classe dos Cidadãos, que não são membros de nossa política Comunhão, e, portanto que não são Brasileiros no sentido próprio, técnico das disposições políticas. São homens para não serem tiranizados; mas (permita-se-me o uso da expressão dos juriconsultos, bem que bárbara, mas é política) quanto ao exercício de direitos na sociedade são considerados coisa ou propriedade de alguém [...].¹⁷¹

A exclusão dos cativos era justificada pela sua condição de coisa ou propriedade de outrem. Não é uma originalidade do deputado Montezuma essa pintura da condição do escravo. Aristóteles, já na antiguidade clássica, na sua *Política*, assim descreveu a condição de escravo:

[...] qualquer ser humano que, por natureza, pertença não a si mesmo mas a outro é, por natureza, escravo; e um ser humano pertence a outro sempre que fizer parte da propriedade, ou seja, um instrumento que tem uma existência separada e útil para os propósitos da vida. [...] Portanto, alguns homens são

¹⁷¹ Francisco Montezuma, DAC, sessão 23 de setembro de 1823, p. 90.

livres por natureza, enquanto outros são escravos, e para estes últimos a escravidão é conveniente e justa.¹⁷²

Aristóteles inicia a obra definindo “cidade”. Para isso, o filósofo distingue dois tipos de comunidades, ambas naturais, ambas fundadas na necessidade e tendo por finalidade a sobrevivência. A primeira comunidade é aquela destinada às atividades da casa – *oikos* –, oriunda da necessidade natural da união entre um homem e uma mulher para perpetuação da espécie – *o que os une é o laço de sangue* –, e da união, também natural, entre aquele que comanda (o senhor, aquele que pode usar seu espírito para *prever*) e aquele que é comandado (naturalmente escravo, animal despótico, aquele que usa o seu corpo para *prover*) – *o laço que os une é a preservação recíproca*. Esta concepção constitui, em Aristóteles, o mando doméstico – o *dominium*, como dirão os latinos –, um atributo impresso na natureza dos seres: uns nascem para comandar, outros nascem para serem comandados.

A segunda comunidade Aristóteles denomina “povoado”, que seria proveniente da união de várias famílias, cujo elo é o interesse. “A comunidade (*etnos*) constituída a partir de vários povoados (*genos*) é a Cidade definitiva, após atingir o ponto de uma auto-suficiência praticamente completa”.¹⁷³ Toda Cidade, então, nos diz o filósofo grego, estágio final das primeiras comunidades políticas, existe naturalmente. A Cidade é, pois, para Aristóteles, uma criação natural, organizada para satisfação das necessidades dos seus membros. Apesar de Aristóteles definir a Cidade como um prolongamento das formas de agrupamento “sociável” – a família e a aldeia (ou povoado), o que sugere uma espécie de *continuum* entre o “domínio do lar” (*oikos*) e o “domínio político” (*Polis*) –, há, entretanto, uma ruptura entre os dois espaços caracterizada pela forma de comando (*arkhê*) político que distingue a autoridade política do mando despótico, ou doméstico. No último, predomina o poder que o chefe de família exerce sobre os escravos, a mulher e os filhos. A autoridade política, por sua vez, depende da capacidade de prever, ajuizar, calcular e dialogar.¹⁷⁴ Por isso,

¹⁷² ARISTÓTELES, *Política*, Livro I, cap. 4, p. 149 & cap. 5, p. 151. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores)

¹⁷³ ARISTÓTELES, *op. cit.*, Livro I, cap. I, p. 151.

¹⁷⁴ ARISTÓTELES, *op. cit.*, Livro III, cap. IV, pp. 218-219: “O cidadão virtuoso precisa ter o conhecimento e a habilidade tanto de governar como de ser governado. É isso que entendemos por virtude de um cidadão – entender o governo de homens livres por homens livres [...]. Para um governante, a única qualidade especial, ou virtude, é a inteligência [...]. A qualidade necessária de um subordinado não é a inteligência mas a informação correta; ele é como a pessoa que faz flautas, enquanto o governante é aquele que a toca”.

Aristóteles quer, por um lado, definir e justificar a escravidão, e por outro lado, distinguir e preservar o espaço da liberdade dos cidadãos – espaço este reservado àqueles propriamente livres e aptos ao discurso, à previsão calculada e ao juízo acerca do Bem Comum da *Polis*.

A obra de Aristóteles, entretanto, foi atravessada pelos estóicos e epicuristas, assim como pelos padres da Igreja e pela Reforma, chegando aos teóricos do direito natural e, por fim, recebendo, como cereja do bolo, o problema da autopreservação na teoria lockeana. Ao contrário de Aristóteles, para Locke nenhum indivíduo é escravo naturalmente ou se faz escravo por consentimento, visto que ninguém pode abrir mão de sua liberdade. Todavia, Locke julga que existem situações em que um homem escolhe ser escravo: “os quais, sendo prisioneiros tomados em guerra justa, estão sujeitos, por direito de natureza, ao domínio absoluto e ao poder arbitrário dos senhores”.¹⁷⁵ Em outras palavras, quando troca, em condições de conquista e guerra, sua vida pela escravidão. Feito escravo numa guerra justa, o homem perde o direito à vida, à liberdade, às propriedades, e não se pode “considerar como fazendo parte da sociedade civil, cujo fim principal é a preservação da propriedade”.¹⁷⁶

É a esta longa tradição que recorre Montezuma. Para o deputado baiano, os escravos não eram considerados cidadãos brasileiros porque “este nome só pod[ia] competir, e só tem competido a homens livres [...]”.¹⁷⁷ Segundo o constituinte, os escravos eram simples habitantes do Brasil, por isso não deveriam ser discutidos no capítulo do projeto de Constituição referente aos cidadãos brasileiros. A sua fala situou-se entre a defesa do espaço da liberdade dos cidadãos e o temor em relação aos homens sem posses, os quais seriam capazes, por isso, de romper, a qualquer instante, a ordeira comunidade composta pelos homens livres, retos e sábios. Logo, cidadania, nas palavras deste deputado, residia nos homens livres. Eram estes que deveriam ter seus direitos e deveres garantidos pela futura Constituição.

As declarações de Montezuma sobre o caráter de “coisa” atribuído ao escravo não agradou alguns deputados, principalmente José Custódio Dias, eleito por Minas Gerais, que retrucou: “os escravos entre nós estão sujeitos a todas as leis penais, e Criminais, bem como protegidos pelas mesmas leis para vingar seus Direitos, e

¹⁷⁵ LOCKE, “Capítulo VII: Da sociedade política ou civil” in: *Segundo Tratado sobre o Governo Civil: Ensaio Relativo à Verdadeira Origem, Extensão e Objetivos do Governo Civil* [1690]. Tradução de Jacy Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Coleção Os Pensadores), p. 66.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 66

¹⁷⁷ Francisco Montezuma, DAC, sessão 23 de setembro de 1823, p. 90.

conservar sua existência: logo não são coisas, pois a estas não competem direitos, e deveres”.¹⁷⁸

Os debates e as preocupações dos deputados expressavam a dificuldade da elite política brasileira em lidar com a questão do escravo e do indígena no plano constitucional. Por isso, as discussões em torno dos léxicos utilizados no Projeto de Constituição percorreram algumas sessões e geraram pronunciamentos de vários deputados, dentre eles Severiano Maciel da Costa, futuro Marquês de Queluz, que também defendeu a distinção entre “brasileiro” e “cidadão”. Em suas palavras:

[...] todos os indivíduos que compõem a grande Família Brasileira, dos quais se trata neste Capítulo, têm direito a serem protegidos pela Lei no exercício, e gozo daqueles direitos, para cuja conservação, e segurança os homens se uniram em Sociedade: liberdade individual, segurança pessoal, direito, ou segurança de propriedade [...] mas nem todos os indivíduos da Família Brasileira podem ter o gozo, e exercício dos chamados direitos políticos, entre os quais tem primeiro lugar o direito de eleição, e de elegibilidade para terem parte na Legislação do país, porque esses direitos são, digamo-lo assim, de convenção Social, e dependentes de certas condições, que se não encontram em todos os indivíduos.¹⁷⁹

Para Maciel da Costa, a distinção entre os membros da sociedade brasileira residia, como na teoria lockeana, na desigualdade entre os homens, visto que nem todos os indivíduos teriam “certa propriedade e capacidade moral”¹⁸⁰ para participarem da convenção social. Não se trata, nas palavras do deputado, das distinções que, nos argumentos defendidos por Montezuma, separavam os escravos dos homens livres, ou que distinguiram os nobres dos plebeus, mas de “certas condições” prescritas pela lei necessárias para o exercício dos direitos de cidadania. A primeira condição era a de nascimento ou naturalização. Os indivíduos nascidos no Brasil seriam portadores dos direitos civis; cada um deles teria direito à liberdade pessoal, julgamento por um júri, liberdade de indústria, inviolabilidade da propriedade e liberdade de imprensa, tal qual

¹⁷⁸ José Custódio Dias, DAC, sessão 23 de setembro, p. 91. O deputado se referia às leis das Ordenações Filipinas, vigentes no Império brasileiro até 1832 com a promulgação do código criminal, que estabeleciam punições e alguns direitos para os escravos do Império do Brasil. Para um estudo mais detalhado sobre os escravos e a questão da cidadania na Assembleia, ver: ALVES, Andréia Firmino. “A assembleia Constituinte de 1823 e a questão da cidadania” in: *O Parlamento Brasileiro: 1823-1850, debates sobre o tráfico de escravos e a escravidão*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História. Brasília: Universidade de Brasília. Orientadora Dr^a Tereza Cristina Kirschner, 2008.

¹⁷⁹ João Severiano Maciel da Costa, DAC, sessão 23 de setembro de 1823, p. 91. João Severiano Maciel da Costa (1769-1833) bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, nasceu em Mariana, Minas Gerais. Foi eleito para deputado à Assembleia Constituinte pela sua província natal. Dissolvida a Constituinte, foi nomeado Ministro do Império. Foi Ministro da Fazenda, membro do conselho de Estado, presidente da província da Bahia e senador do Império de 1826 a 1833.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 91.

enunciado no “Capítulo II: Dos Direitos Individuais dos Brasileiros”, artigo 7º do Projeto de Constituição. Entretanto, parcela da população gozaria também dos direitos políticos, basicamente o direito do voto, que seria exercido visando o interesse do todo social. Estes acima mencionados é que seriam considerados os cidadãos plenos e inteiros.

Os fundamentos da legitimidade da soberania, como apontamos no capítulo anterior, estavam em um ente abstrato, a Nação. Entretanto, o problema dos parlamentares estava concentrado agora no modo de identificar este princípio político em relação ao *povo-concreto*. Nasce aqui o *povo-político*, visto que a concepção de “cidadão” – aquele que possui direitos civis e direitos políticos – fazia referência menos ao componente elementar da nação do que à independência do indivíduo.

A proposta levantada entre alguns deputados era que se considerassem todos os habitantes, isto é, estrangeiros naturalizados, índios e negros forros como *membros* da sociedade brasileira, mas não *cidadãos*. É o que notamos a partir da fala do deputado José Antônio da Silva Maia:

Não devemos fazer diferença entre brasileiros, e Cidadãos Brasileiros, ainda que no artigo 5º, primeiro deste Capítulo, se fale só de Brasileiros, porque como a Constituição não pode dar, nem tirar este título de Brasileiros àqueles que nasceram no Brasil, da mesma sorte, que não pode dar, nem negar a denominação de Mineiros aos filhos da Província de Minas, Paulistas aos filhos de S. Paulo, &c., está por isso bem claro, que quando neste projeto se fala de Brasileiros, se enunciam os Cidadãos do Império do Brasil. Creio que esta foi a intenção dos Ilustres redatores, que não quiseram fazer diferença de Brasileiros, e Cidadãos Brasileiros, admitindo somente a distinção entre Cidadãos ativos, e Cidadãos passivos, como se vê no Cap. 5 das Eleições, e não fazendo outra alguma divisão em todo este Projeto, em que a Comissão não quis seguir o exemplo dos Espanhóis, que na sua Constituição fizeram essa diferença de Espanhóis simples, e espanhóis Cidadãos. Entendo por membros da Sociedade do Império do Brasil, aqueles, que formam atualmente a Sociedade Brasileira [...].¹⁸¹

A cidadania, para o deputado da província de Minas Gerais, era idêntica à condição de nacionalidade “brasileira”, e os “cidadãos” se dividiriam em “passivos” – membros da associação – e “ativos” – aqueles que teriam aptidão para o exercício dos direitos políticos. Com uma terminologia semelhante a dos seus contemporâneos como Sieyès e Benjamin Constant, parece que o deputado pretendia erigir uma construção política em três níveis. Na base, mais numerosa, estariam os indivíduos portadores dos direitos civis; no meio, os cidadãos que exerceriam os direitos políticos; e no topo, finalmente, os representantes dos cidadãos ou uma elite.

¹⁸¹ José Antônio da Silva Maia, DAC, sessão 23 de setembro de 1823, p. 90.

Antes que esta distinção fosse consagrada pela teoria constitucional, Sieyès, e poucos anos depois Benjamin Constant, fizeram uso dela em suas obras para distinguir, na esfera eleitoral, os cidadãos passivos e os cidadãos ativos. Para o primeiro, o abade de Fréjus, a distinção está concentrada em um regime capacitário, baseado na ampliação intelectual e moral e na vontade de participar da coisa pública. Para Sieyès, o cidadão ativo é aquele que dá uma contribuição voluntária como sinal do seu interesse e da sua participação real nos assuntos da comunidade.¹⁸² Benjamin Constant também enfatizou a aquisição de um certo grau de “luzes” e de interesse comum com os outros membros da associação política como critérios para se tornar um cidadão ativo, mas, para ele, apenas a propriedade proporcionava o tempo necessário para o cidadão adquirir ilustração e civismo. Em suas próprias palavras: “somente a propriedade torna os homens capazes do exercício dos direitos políticos”, estando, neste caso, a distinção fundada em critérios de riquezas ou posses.¹⁸³

O Constituinte Luís José de Carvalho e Mello, futuro Marquês de Cachoeira e bem próximo do debate francês, defendeu que todos os indivíduos podem ser considerados cidadãos, contudo limitados quanto à participação, sobretudo com relação ao voto:

¹⁸² SIEYÈS, E. J. “Consideraciones sobre los medios de ejecución de los cuales los representantes de Francia podrán disponer em 1789”, *Escritos políticos de Sieyès*. Introducción, estudio preliminar y compilación de David Pantoja Morán. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 103. BAKER, Keith. “Sieyès” in: FURET, François & OZOUF, Mona. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Prefácio de José Guilherme Merquior. Tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

¹⁸³ CONSTANT, Benjamin. *Escritos de Política*. Tradução Eduardo Brandão; edição, notas e introdução Célia N. Galvão Quirino. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 283. É importante lembrar que no ano de 1823 o Jornal Diário do Rio de Janeiro anunciava a venda do *Cours de Politique Constitutionnelle* de Benjamin Constant, em 8 volumes. Este acontecimento pode sugerir a facilidade com que as ideias do filósofo circulavam entre a elite política brasileira, mas também revela o interesse pelo autor entre os publicistas e políticos brasileiros. É perigoso afirmar que as ideias contidas no Projeto da Constituinte de 1823 e na Carta outorgada de 1824, especialmente as noções de soberania limitada, as noções de poder moderador, cidadão ativo e cidadão passivo foram transplantadas da obra de Constant para o Brasil, visto que, como ponderou Iara Lis, os debates da constituinte e o texto outorgado em 1824 passaram “por uma série de leituras políticas e suas filtrações sociais”. Contudo, a autora reitera que a obra foi uma referência tanto no Projeto da Constituinte como na Carta Constitucional outorgada em 1824. Para informações mais detalhadas, ver: SOUZA, Iara Lis F. S. C. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, especialmente as páginas 196 a 199. BARBOSA, Silvana Mota. *A sphinge monárquica: o poder moderador e a política imperial*. Campinas – SP, Tese apresentada ao Departamento de História, IFCH, Unicamp, 2001, especialmente o primeiro capítulo pp. 23-89. E mais recentemente LYNCH, Christian E. C. *O momento monárquico: o poder moderador e o pensamento político imperial*. Tese de doutoramento em Ciência Política. Orientadores: Marcelo Jasmin; Pierre Rosanvallon. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007, especialmente capítulo II, pp. 125-142.

Nós temos aqui nos artigos próprios a conveniente doutrina, e sempre entendendo Cidadão, quando se fala dos direitos políticos e das prerrogativas; por exemplo, o criado de servir é Cidadão, e não pode ter as prerrogativas do que goza dos direitos políticos, bem como outros por suas circunstâncias, que não podem eleger e ser eleitos. Estas pertencem àqueles homens que maior interesse tem na conservação e prosperidade da Sociedade segundo os princípios e regras de direito político. São doutrinas tiradas de todos os Códigos, geralmente decididas, e que quase não mereciam discussão alguma [...].¹⁸⁴

A grande questão dos deputados era esclarecer as categorias utilizadas pelos redatores do Projeto de Constituição. Para o deputado do Rio de Janeiro, Manoel José de Souza França, o título do artigo 5º, “São Brasileiros”, deveria ser substituído pelo termo “São Cidadãos Brasileiros”:

O termo cidadão é o característico que torna o indivíduo acondicionado de certos Direitos Políticos que não podem ser comuns a outros quaisquer indivíduos, posto que brasileiros sejam. Por exemplo, os Crioulos, ou filhos dos escravos que nascem no nosso continente são sem dúvida brasileiros, porque o Brasil é o seu país natal; mas são eles porventura ou podem considerar-se como Membros civis da Sociedade Brasileira, isto é, acondicionados dos Direitos Políticos do Cidadão Brasileiro? Não certamente.¹⁸⁵

A Comissão de Constituição não havia deixado claro as nuances ou conexões entre os termos “brasileiro”, “cidadão” e “membro da sociedade”, o que permitia interpretações dúbias quanto à condição de indígenas, libertos e escravos. Os constituintes persistiam na importância de definir o grupo dos cidadãos, ou seja, aqueles que formariam o corpo político brasileiro, para depois definir quais os direitos que esses cidadãos possuíam. Resolveu-se que o conceito de cidadão incluía determinados grupos e excluía outros. Para o deputado Pedro Araújo Lima, futuro Marquês de Olinda:

Na organização da sociedade entram todos com as suas forças, e com seu grau de inteligência para o fim comum, que é o bem de todos; por isso devem todos ter a mesma denominação: é verdade que nem todos têm igual habilidade para desempenhar os ofícios da sociedade, porque a natureza não deu a todos iguais talentos; isto porém o que prova, é que nem todos podem exercer os mesmos direitos, mas não que não sejam membros da sociedade para terem diferente denominação. A desigualdade de talentos, e inabilidade natural e mesmo social traz consigo desigualdade de direitos; porém

¹⁸⁴ Luís José de Carvalho e Mello, DAC, sessão 23 de setembro de 1823, p. 92. Luís José de Carvalho e Mello (1764-1826) nasceu na Bahia. Formou-se em Leis pela Universidade de Coimbra. Foi magistrado no Rio de Janeiro. Foi eleito deputado à Assembleia Constituinte de 1823 pela Bahia. Foi Ministro do terceiro gabinete do Império (1823-1825). Foi escolhido senador na primeira legislatura, em 1826, entretanto não assumiu o cargo, pois veio a falecer no ano seguinte.

¹⁸⁵ Manoel José de Souza França, DAC, 24 de setembro de 1823, tomo 3, p. 105.

pergunta-se, porque se dá a todos a mesma denominação, segue-se que todos têm os mesmos direitos? Não: portanto está a questão bem examinada.¹⁸⁶

Para a maioria dos constituintes, entre eles Carvalho e Mello, devia-se refazer e reimprimir o projeto para modificar o termo “brasileiros”, substituindo-o por “cidadãos”. Para o deputado baiano, eram considerados cidadãos brasileiros todos os que nasceram no território do Império, ou se tornaram por lei, uma vez que são cidadãos aqueles que gozam de proteção das leis e que estão sob o abrigo dela:

Não é visto que esta distinção odiosa privando a alguns membros do Império Brasileiro do honroso título de Cidadão desgostará aos que dela participarem, e é justo que ao estabelecer a Constituição geral do Império se deem motivos de dissabor a alguns membros desta grande sociedade? Não, Sr. Presidente; convidemos antes com iguais prerrogativas, até onde pode ser, todos os nossos concidadãos: é já doloroso o ser necessário que alguns deles não possam gozar dos direitos políticos, porque assim o pede e exige o bem da Ordem Social.¹⁸⁷

As reflexões sobre participação política deram origem à subdivisão entre cidadãos ativos – com direitos políticos – e cidadãos passivos – apenas com direitos civis. Os direitos civis eram comuns a todos os cidadãos, independentemente de sua situação econômica ou social. As restrições estariam asseguradas no âmbito político. Para Antônio da Rocha Franco, eleito por Minas Gerais, a denominação “cidadão passivo” era “pouco exata, porque um cidadão que não tem o exercício dos direitos em sua cidade deixa de ser tal”:

Entende-se que para ser brasileiro basta só a naturalidade, ou a naturalização; e pelo contrário para ser Cidadão Brasileiro é necessário que concorram juntos a residência, a propriedade, e quanto a mim, mui essencialmente; porque assim como para haver Cidade é mister que haja território, e propriedade; para ser Cidadão, para ser Membro dessa cidade, é necessário que participe de uma, e outra coisa; do território pela propriedade, e da sociedade pela habitação, ou residência. A razão que milita a respeito do todo da Nação, é aplicável a cada um indivíduo que faz parte dela: a residência e a propriedade são pois os caracteres distintivos do cidadão.¹⁸⁸

É indispensável, portanto, uma condição além do nascimento para o cidadão ser portador dos direitos políticos. Essa condição seria a propriedade. Somente quem possuísse renda necessária para existir, independentemente de qualquer vontade alheia,

¹⁸⁶ Pedro de Araújo Lima, DAC, sessão 24 de setembro de 1823, p. 106.

¹⁸⁷ Luís José de Carvalho e Mello, DAC, sessão 25 de setembro de 1823, p. 110.

¹⁸⁸ Antônio da Rocha Franco, DAC, sessão 25 de setembro de 1823, p. 110.

poderia exercer o direito de cidadania. No mesmo sentido falou o deputado eleito por Pernambuco Manuel Caetano Almeida e Albuquerque:

Quem não vê quanto é simples, e natural esta divisão? Pretender que sejam cidadãos Brasileiros todos os membros da sociedade, é querer confundir as ideias: seria bom que todos fossem cidadãos: mas não é isto uma verdadeira quimera? Em um país, onde há escravos, onde uma multidão de negros arrancados da Costa da África, e outros lugares, entram no número dos domésticos, e formam parte das famílias, como é possível que não haja essa divisão? Muitos Senhores Deputados querem que o seja a mesma coisa; mas eu quisera que me explicassem, se um cidadão brasileiro perder (o que pode acontecer) a qualidade de cidadão o que fica sendo? Estrangeiro? A que Nação pertencerá então? Creio que ninguém dirá que ele deixa de ser brasileiro; logo a qualidade de cidadão é mais alguma coisa.¹⁸⁹

Para ambos, o título de cidadão não deveria ser ofertado a todos os membros da sociedade, apenas baseado no critério de nacionalidade. Para Rocha Franco, a ideia de cidadão estava ligada ao direito da cidade, aos caracteres distintivos, como a propriedade, a habitação e a residência. Almeida e Albuquerque, por sua vez, considerava um grave erro chamar todos os membros da sociedade de cidadãos, já que isto poderia confundir homens livres e escravos; além disso, o léxico “cidadão” já estava ligado ao “gozo dos direitos políticos”. Entretanto, a inquietação de Almeida e Albuquerque não foi predominante no seio da Assembleia, e venceu a emenda proposta por Vergueiro: a definição “são brasileiros” foi aprovada e substituída pelos deputados para “são cidadãos brasileiros”, incluindo na categoria de cidadão os homens livres e os estrangeiros naturalizados.

Os parlamentares adotaram o modelo de sociedade naturalmente desigual, típico da sociedade liberal da época. Isso só foi possível, afirma Slemian, devido à separação entre o plano dos princípios e o substrato da prática política, pois assim era razoável que todos tivessem oportunidades de adquirir o título de “cidadão”, os quais teriam, ao menos teoricamente, seus direitos naturais garantidos pela constituição.¹⁹⁰

Até aqui, a organização do corpo político correspondia a três critérios principais: o nascimento, a independência do juízo, e por fim a propriedade. De acordo com a segunda de tais condições, todos aqueles considerados dependentes de outro no

¹⁸⁹ Manuel Caetano Almeida e Albuquerque, DAC, sessão 25 de setembro de 1823, p. 111. Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque (1780-1844) nasceu em Recife e formou-se em Leis pela Universidade de Coimbra. Em 1806, iniciou sua carreira pública como magistrado. Dois anos mais tarde foi nomeado Juiz de Fora na Ilha da Madeira. Foi eleito deputado da Assembleia Constituinte de 1823 e para primeira legislatura (1826-1829) por Pernambuco. Foi nomeado senador pela mesma província e posteriormente Ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

¹⁹⁰ SLEMIAN, 2009, p. 840.

exercício da vontade, como os menores, as mulheres e os escravos, foram excluídos do direito de votar e de ser votado. Com relação à primeira condição, o exercício dos direitos políticos deveria ser confiado àqueles que tivessem nascido no Brasil ou fossem naturalizados brasileiros. Assim entrou em discussão o problema dos portugueses que moravam no Brasil.

Ao contrário dos debates ocorridos em torno da questão do escravo ou do indígena, os deputados assumiram uma postura conciliadora em relação aos lusitanos. O Projeto constitucional declarava brasileiro todo português que residisse no Brasil antes de 12 de outubro de 1822, data da Aclamação de D. Pedro I como Imperador do Brasil.¹⁹¹ Alguns deputados insistiram em considerar como critério de inclusão dos portugueses ao corpo político brasileiro a adesão explícita à “causa do Brasil”. Porém, com o propósito de “harmonizar a parte com o todo”, ou seja, os portugueses residentes no Brasil e os brasileiros aqui nascidos, determinaram-se os laços culturais e familiares como os critérios fundamentais para integrá-los à categoria de cidadão brasileiro.¹⁹²

A terceira condição criava e justificava a figura do cidadão-proprietário, próspero e instruído, apto a discutir os interesses nacionais. Em outras palavras, a propriedade determinava a cidadania, por isso os não-proprietários não teriam direitos políticos. Esta tese está longe de ser democrática aos olhos do leitor de hoje, mas explica-se pela condição de autonomia ou independência do indivíduo, visto que se o indivíduo não possuísse propriedades não teria tino necessário para agir de acordo com os interesses da nação. O que está em jogo, como vimos, é a distinção entre cidadãos ativos, os proprietários, que têm racionalidade porque possuem interesses comuns; e os cidadãos passivos, os não-proprietários, que possuem direitos civis, e por isso são protegidos pela lei, mas não têm direitos políticos. Talvez os deputados não estivessem apenas preocupados em definir a cidadania, mas resolver o problema da mão-de-obra. Julgar o escravo cidadão, por exemplo, seria conceder-lhe a qualidade de homem livre e, conseqüentemente, abrir mão do trabalho escravo, que era a base do sistema econômico adotado desde o período colonial brasileiro.

Os critérios definidores da cidadania utilizados pelos deputados excluíam mulheres e menores por serem dependentes em relação a outrem, assim como os

¹⁹¹ Sobre a importância da escolha desta data para a organização tanto interna como externa da Assembleia, em relação aos outros poderes, especialmente o Executivo, ver: MARTINS, Eduardo. *A Assembleia Constituinte de 1823 e a sua posição em relação a construção da cidadania*.

¹⁹² DAC, sessão 26 de setembro de 1823, p. 120.

escravos (alguns deputados os consideravam apenas como propriedade ou “coisa” dos senhores). Os indígenas, por fim, também eram excluídos, já que não só desconheciam o Estado que surgia, como também se colocavam contra ele. Contudo, existia uma parcela da população que correspondia tanto ao critério de nacionalidade como ao critério de independência de juízo: os libertos. Seriam eles cidadãos?

No parágrafo VI do artigo 5º do Projeto de Constituição, lia-se: seriam considerados cidadãos brasileiros “todos os escravos que obtiverem carta de alforria”. Para Manoel José de Souza França, apenas os ex-escravos nascidos no Brasil teriam direito ao atributo de cidadão. Para o deputado,

[...] se os nossos escravos fossem todos nascidos no Brasil, porque tendo o Direito de origem territorial para serem considerados Cidadãos uma vez que se removesse o impedimento civil das condições de seus Pais, ficavam restituídos pleno *jure* ao gozo desse Direito, que estivera suspenso pelo cativeiro; mas não sendo assim, porque ainda uma grande parte dos nossos libertos, e escravos são estrangeiros da participação dos Direitos de Cidadão Brasileiro, é clara a conclusão, sendo coerentes em nossos princípios, que o parágrafo só pode passar pelo que respeita aos libertos crioulos; mas nunca aos libertos Africanos; pois como estrangeiros de origem, são estes compreendidos na regra geral dos mais estrangeiros; e sendo certo que a condição de cativeiro com que vieram ao nosso país lhes não induz exceção favorável ao dito respeito.¹⁹³

Outros deputados defendiam a aplicação do princípio de nascimento para aquisição da cidadania. Os africanos, por serem estrangeiros, deveriam ser submetidos ao processo de naturalização. O principal argumento para a exclusão dos libertos dos direitos civis alicerçava-se na legitimidade do discurso civilizador, como indagava Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque, deputado eleito por Pernambuco:

[...] como é possível que um homem sem Pátria, sem virtudes, sem costumes, arrancado, por meio de um comércio odioso, do seu território, e trazido para o Brasil, possa por um simples fato, pela vontade de seu Senhor, adquirir de repente na sociedade direitos tão relevantes [?]¹⁹⁴

O deputado João Severiano Maciel da Costa mostrava-se assustado com a ideia de que os africanos alforriados fossem incluídos na sociedade brasileira:

Que nós devemos aos Africanos a admissão à nossa família como compensação dos males que lhes temos feito, é coisa nova para mim. Nós não somos culpados dessa introdução do Comércio de homens; recebemos os escravos que pagamos, tiramos o trabalho que dos homens livres também

¹⁹³ Sessão 27 de setembro de 1823, p. 130

¹⁹⁴ Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque, sessão 27 de setembro de 1823, p. 134.

tiramos, e damo-lhes o sustento e a proteção compatível com o seu estado; está fechado o contrato.¹⁹⁵

Para o deputado Pedro José da Costa Barros, “todo o Cidadão é obrigado a trabalhar, até para conveniência geral da sociedade”, por isso a admissão dos libertos à condição de cidadão deveria passar pelas suas condições de trabalho ou ofício. Apesar das críticas, os outros deputados que se pronunciaram defenderam o artigo. Joaquim Carneiro da Cunha, da província da Paraíba, e José Martiniano de Alencar, padre cearense, criticaram a emenda que afirmava que os libertos deveriam ter propriedade ou ofícios para serem cidadãos. Para Carneiro da Cunha, “o escravo que se liberta tem a seu favor, geralmente falando, a presunção de bom comportamento e de atividade, porque cumpriu as suas obrigações”.¹⁹⁶

A proposta vencedora, todavia, foi a defendida por José da Silva Lisboa, que assegurava cidadania a todos os libertos. Aprovada na sessão de 30 de setembro, a emenda recebeu o seguinte formato: seriam considerados cidadãos brasileiros “os libertos que adquiriram sua liberdade por qualquer título legítimo”.¹⁹⁷ Na sua longa defesa da emenda, José da Silva Lisboa se baseava em preceitos liberais:

Muito se altercou sobre não ter o título de Cidadão Brasileiro, quem não tiver propriedade. Se prevalecesse esta regra, até a maior parte dos brancos nascidos no Brasil não seriam Cidadãos Brasileiros, a considerar-se somente a propriedade territorial, ou de bens de raiz [...]. A propriedade do pobre está nos seus braços e força do corpo, ele prestando as suas obras, e serviços pessoais, como jornaleiro, e criado, no campo e Cidade, vem a ser membro útil da comunidade; e não faltariam brancos que os preferissem aos escravos, se houvessem em abundância.¹⁹⁸

A cidadania, no caso dos libertos, estava submetida ao nascimento no Brasil e ao cumprimento das outras exigências legislativas. A inclusão dos libertos à condição de

¹⁹⁵ João Severiano Maciel da Costa, DAC, Sessão 30 de setembro de 1823, p. 138.

¹⁹⁶ Joaquim Carneiro da Cunha, DAC, sessão de 30 de setembro de 1823, p. 134. Joaquim Carneiro da Cunha participou da revolução de 1817 em Pernambuco, sendo preso e encarcerado até 1821. Foi eleito deputado, pela província da Paraíba, à Assembleia Constituinte de 1823. Em 1824 assinou o manifesto contra a dissolução da Constituinte, documento que deflagrou a confederação do Equador. Foi deputado à Assembleia Geral, pela Paraíba, na 2ª legislatura (1830-1833), 5ª legislatura (1843-1844) e 8ª legislatura (1850-1852).

¹⁹⁷ José da Silva Lisboa, DAC, sessão 30 de setembro de 1823, p. 136. José da Silva Lisboa (1756- 1835) nasceu em Salvador. Entre 1774 e 1779 estudou na Universidade de Coimbra, formando-se em filosofia e direito canônico. Em seguida, ministrou aulas de filosofia e grego, primeiro em Portugal, depois na Bahia. Ocupou várias funções públicas, como a de membro da Real Junta do Comércio e Agricultura, Fábrica e Navegações, membro da Junta Diretora da Imprensa Régia e deputado da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens. Em 1823 foi eleito deputado à Assembleia Constituinte pela província da Bahia. Foi senador vitalício entre 1826 e 1835. Em 1825 foi agraciado com o título de barão. No ano seguinte foi elevado a visconde de Cairu.

¹⁹⁸ *Ibidem*, p. 136.

cidadão, sublinha Slemian, tratava-se de uma “solução liberal inovadora”.¹⁹⁹ Por um lado, a limitação da cidadania aos libertos nascidos em outros lugares relacionava-se à questão da nacionalidade, amplamente discutida pelos constituintes. Por outro, o problema relacionava-se ao crescimento das alforrias ao longo das primeiras décadas do século XIX. Os deputados deduziram que o crescente número de alforrias podia causar implicações sociais e políticas. Nesse contexto, assombrava aos parlamentares a repercussão da independência do Haiti, antiga colônia francesa de São Domingos, ocorrida nos primeiros anos do século XIX e liderada por negros. Nessas circunstâncias, era necessário delimitar o espaço dos escravos e dos libertos na formação do novo corpo político que surgia.

Ao contrário de Slemian, que buscou investigar os problemas que estiveram presentes na construção do cidadão brasileiro no âmbito da Assembleia de 1823, e enxergou nas discussões em torno da condição do liberto uma inovação política para os padrões da época, Eduardo Martins procurou demonstrar que os discursos dos parlamentares acerca da cidadania tentavam silenciar ou negar a grande parte dos indivíduos a participação no processo de construção e conquista dos direitos. Na verdade, para Martins, as falas dos deputados geraram a construção de um discurso de não-cidadania, particularmente em relação aos indígenas, aos negros e aos libertos, formando um projeto de cidadania de cima para baixo. Para Santos e Ferreira, em estudo sobre as metamorfoses do vocábulo “cidadão” entre o final do período colonial e as primeiras décadas do século XIX brasileiro, a natureza inclusiva do conceito de cidadania votado na Assembleia – especificamente no que se refere ao liberto – foi resultado da tentativa de preservar a escravidão.²⁰⁰

É importante lembrar que no início do século XIX, qualquer sistema político limitava os direitos políticos. Como sublinhou Miriam Dolnikoff, não podemos analisar o Estado que surgia no Brasil no início do século XIX sob ótica das democracias modernas.²⁰¹ A construção da cidadania foi um processo pelo qual grande número de indivíduos passou a usufruir de direitos políticos, mas isso não significa dizer que o

¹⁹⁹ SLEMIAN, 2009, p. 843.

²⁰⁰ MARTINS, Eduardo. *A Assembleia Constituinte de 1823 e a sua posição em relação à construção da cidadania*. São Paulo: Assis. Tese de doutoramento apresentada ao programa de pós-graduação em História - UNESP. Orientador: José Carlos Barreiro, 2008. E SANTOS, Beatriz Catão Cruz; FERREIRA, Bernardo. “Verbete cidadão” in: Feres Jr. João. *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 43-64.

²⁰¹ Dolnikoff, Miriam. “Representação na monarquia brasileira”. *Almanack brasiliense*, nº 09, maio de 2009, p. 41.

processo de inclusão se deu dentro de uma “perspectiva universalizante”²⁰² como nas democracias modernas, ou seja, a inclusão por meio da participação não evitava que se constituísse um regime de natureza excludente. Durante todo o século XIX discutiu-se quais seriam os limites ideais da cidadania, e em grande parte desse período houve consenso que ela não deveria ser universal. O que prevaleceu foi o critério de qualificação dos representantes: estes deveriam ser capacitados para tomarem decisões de acordo com os interesses nacionais. Assim, um representante capacitado (seja pela exigência censitária, seja pela alfabetização) seria escolhido se o voto fosse exclusivo dos setores da população também qualificados. Daí a diferenciação entre os cidadãos ativos e os cidadãos passivos, entre cidadania civil e cidadania política, entre o que chamamos de cidadão simples e cidadão pleno.²⁰³

Como acentuou Slemian, um elemento fundamental para entender o processo de inclusão no corpo político no início do século XIX brasileiro foi o fato de se conferir cidadania ao liberto.²⁰⁴ Na assembleia de 1823, predominou a necessidade de integrar o liberto à condição de cidadão. Entretanto, o artifício restritivo à participação deste grupo no corpo político estava presente no Título V – “Das Eleições”, art. 127, do Projeto de Constituição: “não podem ser eleitores Libertos em qualquer parte nascidos, embora tenham Patentes Militares ou Ordens Sacras”.²⁰⁵ Desta maneira, os libertos participariam das eleições primárias, que constituíam o corpo de eleitores que nas eleições secundárias elegeriam os deputados, senadores e conselheiros de província.

Os direitos políticos no Império do Brasil, segundo o Projeto de Constituição, consistiam “em ser-se membro das diversas autoridades nacionais, e das autoridades locais, tanto municipais, como administrativas, e em concorrer-se para a *eleição* dessas autoridades”.²⁰⁶ Ao transferir para a Nação a fonte da soberania, os constituintes introduziram a eleição no centro de uma nova ordem política, como o modo necessário da legitimidade da autoridade pública. O sufrágio tornou-se atributo da cidadania.

²⁰² Dolnikof, 2009, p. 42.

²⁰³ Seguindo os debates da Constituinte, consideramos cidadãos plenos ou inteiros os indivíduos que possuíam direitos civis e políticos; e cidadãos ou cidadãos simples, os que possuíam apenas a proteção da lei, os direitos civis.

²⁰⁴ SLEMIAN, 2009.

²⁰⁵ Sessão 1º de setembro, p. 694.

²⁰⁶ Projeto de constituição, Título II – Do Império do Brasil, Capítulo III – Dos Direitos Políticos no Império do Brasil, art. 29. Grifo nosso. Trata-se, na verdade, quase de uma tradução literal de uma das passagens redigidas por Benjamin Constant no seu *Escritos de Política*. Para o filósofo, “os direitos políticos consistem em ser membro das diversas autoridades nacionais, a ser membro das autoridades locais dos departamentos e a concorrer para eleição das diversas autoridades”. CONSTANT, 2005, p. 281.

O Projeto de Constituição regulou os direitos políticos e delimitou quem teria direito de votar e ser votado. Podiam votar nas eleições primárias todos os homens maiores de 25 anos, com rendimento líquido anual de cento e cinquenta alqueires de mandioca. As mulheres não votavam, e os escravos, como vimos, não eram considerados cidadãos. Os libertos nascidos no Brasil podiam votar nas eleições primárias. No caso dos chefes de família, bacharéis formados, clérigos e empregados públicos, o limite de idade caía para 21 anos. Também não votavam os “filhos-família que estive[ssem] no poder e companhia de seus pais”, os criados de servir, os libertos que não tivessem nascido no Brasil (exceto se exercessem alguma patente militar ou ordem sacra), os caixeiros, os jornaleiros e os religiosos que vivessem em comunidade claustral.²⁰⁷

As eleições seriam realizadas de quatro em quatro anos, de forma indireta, isto é, em dois turnos. No primeiro, os votantes escolhiam os eleitores – estes deviam ter renda líquida anual de duzentos e cinquenta alqueires de mandioca. Não podiam ser eleitores os libertos, “em qualquer parte nascidos, embora [tivessem] patentes militares, ou ordens sacras”, os estrangeiros naturalizados, os criados da casa imperial, os apresentados por falidos e os cidadãos brasileiros nascidos em Portugal que não tivessem 12 anos de domicílio no Brasil e não fossem “casados ou viúvos de mulher nativa brasileira”. No segundo, os eleitores elegiam os deputados e os senadores. Entretanto, os constituintes deixaram para o futuro a criação “de uma lei regulamentar que marcar[ia] o modo prático das eleições e a proporção dos deputados à população”.²⁰⁸

A base eleitoral era relativamente ampla, porém o universo dos eleitores de segundo grau – os que podiam votar para eleger os deputados, senadores e os conselheiros provinciais – e dos elegíveis era inicialmente mais restrito porque aos cidadãos plenos e inteiros e aos representantes era estipulada a condição de propriedades maiores. Para ser considerado cidadão-eleitor era necessário possuir “rendimento líquido anual [n]o valor de duzentos e cinquenta alqueires de farinha de mandioca, proveniente de bens rurais, e urbanos de raiz, ou próprios, ou foreiros, ou arrendados por longo termo, ou de comércio, indústria, ou artes” (art. 126). Para se eleger deputado essa cifra subia para quinhentos alqueires de farinha de mandioca (art.

²⁰⁷ Projeto de Constituição, arts. 123, 124. Projeto de Constituição, DAC, sessão 1º de setembro, p. 694.

²⁰⁸ Arts. 131-137. Projeto de Constituição, DAC, sessão 1º de setembro, pp. 694-695.

129), e no caso dos senadores, “o dobro do rendimento dos deputados e [que] t[ivessem], demais, prestado à nação serviços relevantes, em qualquer dos ramos de interesse público” (art. 131). Essas regras davam forma a um universo político de base ampla e estrutura hierarquizada. Nesse caso, a hierarquia respondia ao critério não apenas de propriedade – como reflexo da composição da sociedade –, mas também de capacidade: os representantes deveriam ser os melhores para encarnar a vontade da nação; e as eleições, o método para selecionar quem eram considerados aptos para governar.

Participar do processo eleitoral não era um direito inerente ao indivíduo, mas uma função pública que apenas alguns homens estavam qualificados para exercer.²⁰⁹ Os direitos próprios de cada indivíduo residiam na esfera do cidadão – aquele portador de direitos civis – e não no campo do cidadão-eleitor ou cidadão pleno – aquele que podia votar nas eleições para escolher os representantes da nação e também ser votado. As eleições, como vimos acima, se davam em dois graus, semelhante ao modelo adotado na França revolucionária. Como assinalou Rosanvallon, o votante de primeiro grau dá legitimidade ao processo eleitoral, enquanto os eleitores (os que votam nas assembleias eleitorais ou nas eleições de segundo grau) exercem verdadeiramente uma decisão política.²¹⁰ Entretanto, não podemos menosprezar as eleições de primeiro grau, afinal eram uma forma de inclusão dos setores mais amplos no corpo político.

Em tese, a legislação permitia que quase toda a população adulta masculina participasse da formação do governo. Os homens livres e independentes foram incorporados. A exclusão estava ligada especialmente à falta de autonomia, e, ressaltando alguns casos pontuais, as condições de propriedade ou de capacidade não eram tão significativas. Porém, nem os escravos, nem os indígenas eram donos desses direitos. Predominaram as condições de idade, sexo e residência; homens livres que viviam em relação de dependência (filhos solteiros e empregados domésticos, por exemplo) eram excluídos da vida política. O critério mais conhecido de exclusão, como vemos, era a autonomia; e o de inclusão, a propriedade e a ilustração. Em nome da independência social se explicava a exclusão dos menores, dos escravos, dos indígenas

²⁰⁹ Algo semelhante aconteceu na França revolucionária. Ver: GUENIFFREY, Patrice. “verbete sufrágio”, especialmente pp. 608-612 in: FURET, François & OZOUF, Mona. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Prefácio de José Guilherme Merquior. Tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

²¹⁰ ROSANVALLON, Pierre. *Le sacre du citoyen: histoire du suffrage universel em France*. Paris: Gallimard, 1992.

e, sem assinalar expressamente, das mulheres. Em nome da propriedade se explicava a inclusão dos homens livres, brancos, sábios e retos. Fazer parte do corpo político representava uma honra que significava a ausência de qualquer mancha.

À Maneira de Conclusão

Cruzamos a linha de chegada da nossa pesquisa do *Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*. Não se trata, com certeza, de uma análise minuciosa do documento, nem penetramos todos os aspectos nele contidos. Ao contrário, concedemos prioridade a um de seus elementos e, a partir da investigação dele, buscamos definir a posição do *Diário*. Despendemos nossa atenção, durante todo o trabalho, no exame do conceito de *soberania*, tal qual debatido pelos constituintes, tomando como fio condutor as suas concepções de povo.

O problema da soberania atravessou toda a existência da Assembleia Constituinte de 1823, desde as sessões preparatórias com a discussão do lugar do Imperador na abertura dos trabalhos da Assembleia até os debates em torno do Projeto de Constituição, especificamente no que diz respeito à formação do corpo político. A partir das leituras dos discursos parlamentares, podemos notar que a preocupação do corpo legislativo estava concentrada na afirmação interna da soberania. Por um lado, os primeiros representantes do povo brasileiro tentavam definir o sujeito da soberania; por outro, buscavam demarcar as fronteiras desta concepção de soberania por meio dos debates em torno da delimitação dos poderes, particularmente nas disputas entre a Assembleia e o Imperador pelo lugar do poder; também preocupavam-se em formar o corpo político, estabelecendo, para isso, debates sobre a cidadania e a participação política. Estava dada, assim, a divisão do presente trabalho: num primeiro momento, ocupamo-nos com a questão da natureza e legitimidade da soberania; em seguida, reconhecemos que nas fronteiras desta concepção de soberania se produzem contextos de inclusão e exclusão necessários para a formação do corpo político da nação.

Para a maioria dos parlamentares, senão para todos, a legitimidade da soberania estava depositada em um ente abstrato, a nação. Assim, a nação deveria ser a fonte do poder soberano e o espaço de exercício desse poder. Nos debates travados dentro da esfera da Constituinte, prevaleceu a ideia de nação como entidade abstrata de soberania una e indivisível, composta por indivíduos livres, os cidadãos. Contudo, o problema central dos deputados estava no modo de identificar este princípio político na realidade “concreta”. Por isso, o tema e as questões sobre a soberania apareceram primeiramente relacionados à ocupação do lugar simbólico do poder coletivo. Quem seria o verdadeiro

representante do povo brasileiro e assim poderia ocupar o poder: a Assembleia ou o Imperador?

Para alguns deputados, a Assembleia era considerada a fonte de todo poder, recebido diretamente do povo; para outros, o Imperador detinha um poder superior, ou pelo menos igual ao da Assembleia. Em outras palavras, duas posições políticas confrontavam-se no seio da Casa Legislativa: a primeira defendia que o povo era o único soberano, logo, apenas a Assembleia poderia encarnar a soberania; a segunda afirmava que o imperador era o primeiro representante da vontade nacional, por isso a soberania deveria ser dividida entre o monarca e o povo.

O tema da soberania voltou ao tablado da Assembleia nas discussões sobre a cidadania e a participação política. Aqui, as atenções dos deputados estavam voltadas para construção do corpo político. Quem eram os cidadãos? Como se comporia o corpo eleitoral? Em 1823 essas questões eram essenciais.

Os debates em torno da organização do corpo político centraram-se em três critérios principais: o nascimento, a independência do juízo, e a propriedade. A primeira condição determinava que os direitos políticos deveriam ser confiados àqueles que tivessem nascido no Brasil ou fossem naturalizados brasileiros. O segundo critério considerava que todos aqueles que dependessem de outro no exercício da vontade estavam excluídos do direito de votar e ser votado. A terceira condição estabelecia a propriedade como o principal critério para o exercício dos direitos políticos. A exclusão estava associada principalmente à falta de autonomia. Em nome da independência social excluía-se do corpo político os menores, os escravos, os indígenas e as mulheres.

É importante sublinhar, porém, que os esforços dos parlamentares e mesmo do Imperador, ao que parece, estavam destinados a unir *os povos* – entendidos como províncias, cidades ou habitantes do território brasileiro –, muitos deles imersos em conflitos pró ou contra a Independência política, e construir o UM, o Estado, *o povo* no sentido moderno do termo. O processo de construção da unidade teve como fundamento a ideia de nação. Por isso, cabe matizar as interpretações que afirmam que o ingresso do Brasil na trilha constitucional se deu segundo o modelo contemporizador e conciliador, para que a soberania nacional e popular fosse “negada, freada, mutilada e, mais tarde golpeada”; ou a acepção que defende que desde antes da independência praticou-se a

“recusa da soberania popular e nacional”; ou ainda que o povo é “um simples figurante, quando não mero espectador” do jogo político.²¹¹

Não podemos precisar ao certo o grau de participação do povo nos primeiros anos da década de 1820, mas vimos com o estudo da historiadora Iara Lis Sousa o envolvimento do povo, o “povo do Imperador”, no processo de construção da soberania nacional. Também nos dias que antecederam a dissolução da Constituinte notava-se a presença de um grande número de indivíduos que lotavam a Assembleia. O deputado José Martiniano de Alencar deixou esse fato registrado no *Diário da Assembleia*:

[...] uns cidadãos desejam ouvir as discussões, me pediram agora que visto não haver lugar nas Galerias, requeresse eu à Assembleia a permissão para entrarem para dentro [sic] da sala, ficando por detrás das cadeiras dos Deputados; eu proponho a Assembleia decidirá.²¹²

O povo, então, imiscuía-se, a seu modo, acerca dos debates sobre o futuro da nação. O deputado Antônio Carlos assim expressou este fato: “nisto não pode haver dúvida, ninguém é mais interessado nos trabalhos e nas deliberações da Assembleia do que o Povo: isso se tem feito em todas as Assembleias”. E complementa, convocando: “entrem, ouçam e saibam como nós, ou bem ou mal, defendemos os seus direitos”.²¹³ Para o constituinte paulista, o Povo, escrito com P maiúsculo, era parte constituinte do corpo legislativo; logo, deveria tomar parte nas discussões parlamentares. Esse raciocínio não é compartilhado por outros deputados, entre eles José da Silva Lisboa:

Esta alterada toda ordem, não se discutiu, e já foi aprovada a entrada tumultuária do Povo nesta sala, contra o Regimento! Eu requeiro que se mande discutir, porque foi decidido contra toda ordem, está tudo inteiramente fora de ordem. Não está decidido com a regularidade do estilo. Senhores, não vamos levar a praça de assalto...²¹⁴

Antônio Carlos encerrou a discussão em tom de surpresa: “o que me admira é haver tanto medo do Povo, e tão pouco da tropa! No meio do Povo Brasileiro nunca podemos estar mal (apoiado, tanto dos Senhores Deputados como das Galerias)”.²¹⁵

²¹¹ FAORO, Raymundo. “Assembleia Constituinte: A Legitimidade Resgatada” in: *A República Inacabada*; organização e prefácio de Fábio Konder Comparato. São Paulo: Globo, 2007. ROMANO, Roberto. “Como papel Amassado” in Júlio César França Lima e Lúcia Maria Wanderley Neves. *Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Editora Fiocruz, 2007. COMPARATO, Fábio Konder. “prefácio” in: *A República Inacabada*...

²¹² José Martiniano de Alencar, DAC, sessão 10 de novembro de 1823, p. 389.

²¹³ Antônio Carlos Machado, DAC, sessão 10 de novembro de 1823, p. 389.

²¹⁴ José da Silva Lisboa, DAC, sessão 10 de novembro de 1823, p. 389.

²¹⁵ Antônio Carlos Machado, DAC, sessão 10 de novembro de 1823, p. 389.

Ao analisarmos os discursos dos deputados no *Diário da Assembleia*, constatamos que o Estado brasileiro, em sua formação, está assentado no princípio da soberania da nação. Assim, teoricamente, o titular da soberania estava bem instituído; na prática, todavia, o lugar central da política – que no Antigo Regime era ocupado pela pessoa do rei – é um lugar vazio, inocupado. A nova legitimidade política faz com que todos os atores pretendam transformar-se em encarnação ou representantes do povo, e os debates entre os parlamentares em 1823 confirmam esta ideia – basta observarmos as longas discussões entre aqueles que consideravam a Assembleia como a primeira e legítima representante do povo e aqueles que consideravam o Imperador como o poder supremo da sociedade, que predominaram na Constituinte de 1823. O único caminho para ascender ao poder consistia em assumir a representação do povo, que se dava por meio da transferência simbólica da vontade do povo a um ou vários homens: à elite intelectual e política, ou aos proprietários e homens letrados, os que podiam conceber o interesse geral da nação (representantes). A composição do corpo eleitoral dividido entre cidadãos ativos e cidadãos passivos, e o sufrágio indireto em dois graus reservavam na realidade o exercício do poder à elite, ao permitir uma seleção progressiva dos eleitos graças a sua influência social, e também ao impedir que a lógica da soberania depositada em um ente coletivo e abstrato pusesse em perigo a ordem social. Por esse motivo, a posição política da maioria dos deputados situava-se entre a exaltação do governo livre, que garantisse a igualdade da sociedade civil, e a descrença no povo. Estavam lançadas as bases para a construção – para usarmos as palavras de um cientista político de nosso tempo – do povo inencontrável...

Bibliografia

BRASIL. Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa (1823). *Diário da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

Jornal *Correio do Rio de Janeiro*, Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/>.

Jornal *Império do Brasil: Diário do Governo*, Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/>.

Jornal *O Espelho*, Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/>.

Jornal *Guarita de Pernambuco: Sentinela da Liberdade*, Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/>.

Ata da aclamação do Senhor Dom Pedro I, Imperador Constitucional do Brasil, e seu defensor perpétuo in: *Correio Braziliense* de dezembro de 1822, pp. 578-579. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/>.

Sermão, que na cerimônia da Sagração do Nosso Augusto Imperador Constitucional D. Pedro I. Defensor Perpétuo do Brasil, repetiu na capela imperial o Padre Mestre Fr. Francisco de S. Paio, in: *O Regulador Brasileiro*, nº 21, Rio de Janeiro, 1822, p. 311. Disponível em hemerotecadigital.bn.br

Panfleto IGNÁCIO LUIS MADEIRA DE MELLO, 09 de maio de 1823 in: *À Armas, Cidadãos! Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823)*. Organização, transcrição, introdução e notas José Murilo de Carvalho, Lúcia Bastos, Marcelo Basile. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

ALVES, Andréia Firmino. “A assembleia Constituinte de 1823 e a questão da cidadania” in: *O Parlamento Brasileiro: 1823-1850, debates sobre o tráfico de escravos e a escravidão*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História. Brasília: Universidade de Brasília. Orientadora Dr^a Tereza Cristina Kirschner, 2008.

ANDRADA, José Bonifácio. *Representações que, a Augusta presença de sua Alteza Real o Príncipe Regente do Brasil, levaram o governo, o Senado da Câmara, e o Clero de São Paulo; por meio de seus respectivos deputados; com o discurso, que, em audiência pública do dia 26 de janeiro de 1822, dirigiu em nome de todos ao mesmo Augusto Senhor, o conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva, Ministro, e Secretário de Estado e Negócios do Reino, e Estrangeiros*, pp. 13-14. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/>.

ASLAN, N. *Subsídios para uma Biografia de Joaquim Gonçalves Lêdo: Textos e Documentos*. Rio de Janeiro: Editora Maçônica, 2 v., 1975.

ARISTÓTELES. *Política*, Livro III, cap. 7. São Paulo: Editora Nova Cultural (Coleção Os Pensadores), 2004.

ARMITAGE, John [1835]. *História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil*, de Southey/por João Armitage. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1981.

BAKER, Keith Michael. “Verbete Constituição” & “Verbete Soberania” in: FURET, François & OZOUF, Mona. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Prefácio de José Guilherme Merquior. Tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

BARBOSA, Silvana Mota. *A sphinge monárquica: o poder moderador e a política imperial*. Campinas – SP, Tese apresentada ao Departamento de História, IFCH, Unicamp, 2001.

BERBEL, Márcia R. Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas de 1821-22. São Paulo: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 51, julho 1998.

BERBEL, Márcia R. Os apelos nacionais nas cortes constituintes de Lisboa (1821/22) in: MALERBA, Jurandir. *A Independência Brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BERBEL, M. R. ; FERREIRA, P. B. C. . Soberanias em questão: apropriações portuguesas sobre um debate iniciado em Cádiz in: BERBEL, M. R.; OLIVEIRA, C. H. S. (Org.). *A experiência constitucional de Cádiz - Espanha, Portugal e Brasil*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2012

BIGNOTTO, Newton. *As aventuras da virtude: as ideias republicanas na França do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BONAVIDES, P. & AMARAL, R. *Textos Políticos da História do Brasil*. Brasília: Editora do Senado Federal, 3ª ed., vol VIII: Constitucionalismo, 2002.

CARNEIRO DA CUNHA, Pedro Octávio. “Capítulo V: A fundação de um Império liberal: discussão de princípios” in: HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 9 ed. Tomo II, V. 1, Livro Segundo.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 2006.

CARVALHO, Frank Viana. *O Pensamento Político Monarcômico: da Limitação do Poder Real ao Contratualismo*. Orientador: Prof. Dr. Milton Meira do Nascimento. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2007, tese doctoral. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-30072008-125008/>>

CONSTANT, Benjamin. *Escritos de Política*. Tradução Eduardo Brandão; edição, notas e introdução Célia N. Galvão Quirino. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CONSTANT, Benjamim. *Princípios de Política Aplicáveis a todos os Governos* [1810]. Tradução Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Topobooks Editora, 2007.

DOLNIKOFF, Miriam. “Representação na monarquia brasileira”. *Almanack brasiliense*, nº 09, maio de 2009

FAORO, Raymundo. “Existe um Pensamento Político Brasileiro?” [1987] in: *A República Inacabada*; organização e prefácio de Fábio Konder Comparato. São Paulo: Globo, 2007.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. *Construindo uma nova ordem: o debate educacional na Assembleia Constituinte de 1823*. Dissertação de mestrado. UFPB: João Pessoa, 2006. Orientador Dr. Antônio Carlos Ferreira Pinheiro.

FRIEIRO, Eduardo. *O Diabo na Livraria do Cônego; Como era Gonzaga?; E Outros Temas Mineiros*. São Paulo: Ed. Itatiaia: Ed. Universidade de São Paulo, 1981.

GOLDMAN, Noemí; TERNAVASIO, Marcela. “Construir la república: semántica y dilemas de la soberanía popular en Argentina durante el siglo XIX. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 20, n. 42, p. 11-19, jun. 2012.

GONZAGA, Tomás Antônio. *Tratado de Direito Natural* [1772]. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GUERRA, François-Xavier. “El Pueblo soberano: incertidumbres y coyunturas del siglo XIX” in: *Modernidad e Independencias: Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: FCE, MAPFRE, 2000.

GUERRA, François-Xavier. “De la política antigua a la política moderna. La revolución de la soberanía” in: GUERRA, François-Xaveir; LEMPÉRIÈRE, Annick (orgs). *Los espacios públicos em Iberoamérica: ambigüedades y problemas. (siglos XVIII e XIX)*. México: CFEMC/Fondo de Cultura Económica, 1998.

GUENIFFREY, Patrice. “verbete sufrágio”, in: FURET, François & OZOUF, Mona. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Prefácio de José Guilherme Merquior. Tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

HESPANHA, Antônio Manuel. “Introdução” a Hugo GROTIUS. *O Direito da Guerra e da Paz*; Tradução: Ciro Mioranza. Ijuí: Editora Unijuí, 2ª ed., 2005 (Coleção Clássicos do Direito Internacional/coord. Arno Dal Ri Junior).

HOBBS, Thomas. *Leviatã* [1651]. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOMEM DE MELLO, Francisco Ignácio Marcondes. *A Constituinte perante a História*. Rio de Janeiro: Typ. Da Actualidade, 1863/ ed. Fac-similar, Brasília: Senado Federal, 1996.

JAUCOURT, Chevalier de, Verbetes Povo in: DIDEROT & D’ALEMBERT. *Verbetes políticos da Enciclopédia*. Tradução de Maria das Graças de Souza. São Paulo: Discurso Editorial/Editora UNESP, 2006.

KRITSCH, Raquel. *Soberania: a construção de um conceito*. São Paulo: FFLCH/ USP/ Humanitas, 2002.

LIRA, E.M. *Uma teoria moral da soberania: o Tratado de Direito Natural de Tomás Antônio Gonzaga*. Monografia. UFPB: graduação em Ciência sociais, 2010, publicada na Revista Caos, disponível em http://www.cchla.ufpb.br/caos/n19/MONOGRAFIA_ERYGEANNY%20LIRA.pdf

LYRA, Maria Lourdes Vianna. *A utopia do poderoso Império – Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994.

LOCKE, “Capítulo VII: Da sociedade política ou civil” in: *Segundo Tratado sobre o Governo Civil: Ensaio Relativo à Verdadeira Origem, Extensão e Objetivos do Governo Civil* [1690]. Tradução de Jacy Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Coleção Os Pensadores).

LUSTOSA, Isabel. *A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUSTOSA, Isabel. Criação, Ação e Dissolução da primeira Assembleia Constituinte Brasileira: 1823 in: *As Trapaças da Sorte: ensaios de história política e de história cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004

LYNCH, Christian E. C. *O momento monarquiano: o poder moderador e o pensamento político imperial*. Tese de doutoramento em Ciência Política. Orientadores: Marcelo Jasmin; Pierre Rosanvallon. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

MACHADO, Lourival Gomes. *Tomás Antônio Gonzaga e o Direito Natural*. São Paulo: Edusp, 2000.

MARTINS, Eduardo. *A Assembleia Constituinte de 1823 e a sua posição em relação à construção da cidadania*. São Paulo: Assis. Tese de doutoramento apresentada ao programa de pós-graduação em História - UNESP. Orientador: José Carlos Barreiro, 2008.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1996.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Barão de. *O Espírito das Leis*. Tradução Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 3ª ed., 2005.

MOTA, Carlos Guilherme (org). *Os Juristas na Formação do Estado-nação Brasileiro. Século XVI a 1850*. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

MOTTA, Ronaldo Serôa da; VERSIANI, Flávio Rabelo; SUZIGAN, Wilson (coord.). *Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: cultura e política (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Cidadania e participação na época da Independência”. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 22, n. 58, p. 47-64, dezembro/2002. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

NOGUEIRA, Octaciano; FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília: Editora do Senado Federal, 1973.

NORA, Pierre. “verbete nação” in: FURET, François & OZOUF, Mona. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Prefácio de José Guilherme Merquior. Tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: Edusf/Ícone, 1999.

OLIVEIRA, C. H. de S. *A invenção do grito* disponível em http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/a_invencao_do_grito.html

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. A ideia de Império e a fundação da Monarquia constitucional no Brasil (Portugal-Brasil, 1772-1824). Rio de Janeiro, *revista Tempo*, nº 18, 2005, pp.53-54.

PALTI, Elias. *El tempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2007.

PEREIRA, Luisa Rauter. Os conceitos de Povo e Plebe no Mundo Luso-Brasileiro Setecentista. *Almanack Braziliense*. São Paulo, nº11, p. 100-114, mai. 2010.

_____. Verbetes povo e povos in: Feres Jr. João. *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 203-224.

_____. O Conceito de Soberania: dilemas e conflitos na construção e crise do Estado Imperial Brasileiro (1750-1870), *Intellèctus*. Ano IX. n.2, pp. 1-22.

RIVAS, Xosé Luiz Barreiro. Verbetes “povo” In: *Dicionário de Filosofia Moral e Política*. Instituto de Filosofia da Linguagem. Universidade de Lisboa. Fundação para a Ciência e Tecnologia. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Disponível em www.ifl.pt

RODRIGUES, José Honório. *A Assembleia Constituinte de 1823*. Petrópolis: Editora Vozes, 1974.

ROMANO, Roberto. *O caldeirão de Medeia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

ROSANVALLON, Pierre. *Le sacre du citoyen: histoire du suffrage universel en France*. Paris: Gallimard, 1992.

ROSANVALLON, Pierre. *Le peuple introuvable: histoire de la représentation démocratique en France*. Éditions Gallimard, 1998.

SABATO, Hilda. “Soberania Popular, Cidadania, e Nação na América Hispânica: a experiência republicana do século XIX”, *Almanack braziliense*, nº 9, maio de 2009.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz; FERREIRA, Bernardo. “Verbetes cidadão” in: Feres Jr. João. *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 43-64.

SEBASTIÁN, Javier Fernández (dir). *Diccionario político y social del mundo ibero-americano: la era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid: Fundación Carolina; Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

SIEYÈS, E. J. Consideraciones sobre los medios de ejecución de los cuales los representantes de Francia podrán disponer em 1789, *Escritos políticos de Sieyès*. Introducción, estudio preliminar y compilación de David Pantoja Morán. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo G. *O “nascimento político” do Brasil: as origens do Estado e da Nação (1808-1825)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SLEMIAN, Andrea. Seriam todos cidadãos? Os impasses da construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824). In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo G. *A Corte e o mundo: uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

SLEMIAN, Andrea. “Um Império entre Repúblicas? Independência e construção de uma legitimidade para monarquia constitucional no Brasil, 1822-1834” in OLIVEIRA, C. H. de S.; BITTENCOURT, V. L. N.; COSTA, W. P. (orgs). *Soberania e Conflito: configurações do Estado Brasileiro no Século XIX*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

SOUZA, Iara Lis F. S. C. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SOUZA, Octávio Tarquínio de. *Três Golpes de Estado*. São Paulo: Editora Itatiaia Limitada/Editora da Universidade de São Paulo. História dos Fundadores do Império do Brasil, Vol. VIII, 1957.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo [1854/1857]. *História da Independência do Brasil até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data*. Ed. Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1918.